

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESTUDOS DA LINGUAGEM
ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

Laís Callegaro Fritzen

**OS EFEITOS DE SENTIDOS DE *TO KILL A MOCKINGBIRD* NO BRASIL:
ANÁLISE DE UMA NOTA DE APRESENTAÇÃO**

Porto Alegre
2022

Laís Callegaro Fritzen

**OS EFEITOS DE SENTIDOS DE *TO KILL A MOCKINGBIRD* NO BRASIL:
ANÁLISE DE UMA NOTA DE APRESENTAÇÃO**

Dissertação de Mestrado em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Zandwais

Porto Alegre
2022

CIP - Catalogação na Publicação

Fritzen, Laís Callegaro

Os efeitos de sentidos de To Kill a Mockingbird no Brasil: análise de uma nota de apresentação / Laís Callegaro Fritzen. -- 2022.

179 f.

Orientadora: Ana Zandwais.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Acontecimento. 2. Análise do Discurso. 3. Enunciação. 4. Ênio Silveira. 5. Tradução. I. Zandwais, Ana, orient. II. Título.

Laís Callegaro Fritzen

**OS EFEITOS DE SENTIDOS DE *TO KILL A MOCKINGBIRD* NO BRASIL:
ANÁLISE DE UMA NOTA DE APRESENTAÇÃO**

Dissertação de Mestrado em Análises Textuais,
Discursivas e Enunciativas apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestra em Estudos
da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em
Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

APROVADA: Porto Alegre, 22 de junho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elizamari Rodrigues Becker
(UFRGS)

Profa. Dra. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia
(UFPR)

Profa. Dra. Raquel Ribeiro Moreira
(UTFPR)

Profa. Dra. Ana Zandwais
Orientadora (UFRGS)

Aos professores, mestres para a vida.
E aos meus pais, já atribuídos na primeira linha.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível devido às pessoas que me acompanharam e incentivaram, a quem demonstro minha gratidão. Na impossibilidade de nomear todos que influenciaram de alguma forma o resultado final desta pesquisa, me direciono àqueles que ativamente marcaram seu desenvolvimento.

Minha (grande) família, que oferecia os olhos e os ouvidos para tudo que eu produzisse, ou melhor, acreditasse ter produzido, dando seu apoio baseado na confiança em minha dedicação, e trazendo as risadas necessárias para manter a leveza ao longo do caminho.

Meus amigos, da graduação e de antes dela, que sempre, sempre, são meus companheiros, mesmo que eu precise afirmar isso com mais frequência; espero que agora vocês tenham essa certeza. Guilherme, o guru das gramáticas, Laura, a musa das chamadas em grupo, Manoela, a diva das artes publicitárias, Cecília, a especialista na assistência em mudanças, e Maria, a rainha da revisão: vocês são incrível! E Maria, sem você este trabalho não teria o potencial que agora tem; obrigada pelas conversas e pelos *emojis* (a sua revisão é a melhor por eles).

Meus amigos da Pós, os que vieram, os que foram e os que permaneceram. Para agradecê-los, faço minhas as palavras da Ari: vocês são anjos! As conversas que tivemos e as indicações de textos literalmente definiram os rumos desta Dissertação. Um alô especial para aquele grupo que trabalha na base das figurinhas (vocês alegram meus dias!), e outro alô especial para o Matheus Ragievicz, que se tornou um parceiro de projetos e de incentivo (é como eu digo, você é dez!).

Meus professores e professoras na Pós, que foram exemplo de resistência e sobrevivência em tempos em que educação e pesquisa são vilipendiadas: vocês são a força para continuar lutando e acreditando na transformação pela educação e na educação pública para todos. Especialmente, minha orientadora, professora Ana Zandwais, meu maior incentivo na passagem da graduação ao mestrado; nossas conversas, seus conselhos e seu olhar tão atento à minha escrita foram imprescindíveis para meu aprimoramento como pesquisadora e como pessoa.

E as professoras Elizamari, Gesualda e Raquel, que tão brilhantemente leram este trabalho. Espero que a versão final da escrita corresponda à perspicácia e ao interesse curioso de seus comentários ao ler meu trabalho pela primeira vez.

Nunca é possível compreender inteiramente outra pessoa, enquanto não nos colocarmos do lado do seu ponto de vista... (LEE, 1963, p. 40).

Digo: o real não está na saída, nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (GUIMARÃES ROSA, 2006, p. 64).

RESUMO

Esta dissertação discorre sobre a constituição dos sentidos em sua produção a partir de posições ocupadas pelo sujeito e suas representações no interior das formulações discursivas. Analisa, com base em pressupostos de teorias enunciativas e discursiva, a Nota de Apresentação de *O sol é para todos* (1963), tradução brasileira do romance *To Kill a Mockingbird* (1960), da escritora estadunidense Harper Lee. A Nota, intitulada “Como ser bom e democrata, apesar de branco e americano” é assinada por Ênio Silveira, diretor da Editora Civilização Brasileira, que a publica junto da primeira tradução da obra no Brasil, de Fernando de Castro Ferro. Ao apresentar a narrativa reportando-se às condições sociais e históricas de seu funcionamento, os conflitos sociais e raciais do sul estadunidense nos anos 1930, a Nota reinscreve a narrativa para os leitores brasileiros nos anos 1960, desestabilizando seus sentidos e configurando, discursivamente, a posição da Editora face à realidade brasileira. Esta pesquisa propõe tratar da Nota como um acontecimento, a partir da definição do conceito na relação dialética entre os trabalhos de Pêcheux (2015) e Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020), como aquela que emerge em certas condições de produção e intervém na produção histórica dos sentidos da narrativa em tradução. Nessa configuração, a Nota formaliza avaliações de um enunciador que, ocupando o lugar de apresentador, suspende alguns sentidos e coloca outros em evidência em um movimento possível a partir do interdiscurso. Este funcionamento é abordado com base em estudos de Authier-Revuz (1998) e Zandwais (2009) sobre a glosa. Os procedimentos metodológicos adotados perante esses propósitos compreendem três movimentos: a) análise dos funcionamentos metafóricos, com base em Pêcheux (2011), dos títulos do romance, *To Kill a Mockingbird* e *O sol é para todos*, em relação à Nota de Apresentação na ressignificação dos funcionamentos para a tradução; b) análise de recortes da Nota de Apresentação; e c) análise de recortes da homenagem de Ênio Silveira a Mário da Silva Brito (1966). Para analisar os recortes de b e c, mobilizam-se advérbios, adjetivos e conjunções na forma da orientação argumentativa, como propõe Guimarães (1987), de um enunciador-apresentador que interpela o leitor e mobiliza sentidos a partir do interdiscurso. A análise propõe que a desestabilização de sentidos compreendida na Nota se dá, principalmente, à medida que o enunciador-apresentador cria juízos de valor acerca da personagem Atticus Finch, ressignificando o título e a narrativa. Ademais, esses juízos partem da posição de resistência de esquerda em meio à classe editorial, assumida pelo enunciador na iminência do Golpe Militar no Brasil. Considerando o exposto, a Nota configura uma produção que atesta a posição da Editora frente às condições históricas e sociais brasileiras de 1963, tendo consequências para os sentidos da narrativa na tradução que apresenta. Esta dissertação provoca o questionamento da transparência de sentidos a todos que leem e produzem leituras na forma de interpretação.

PALAVRAS-CHAVE: acontecimento; Análise do Discurso; Enunciação; Ênio Silveira; tradução.

ABSTRACT

This work discusses the social and historical production of signification from subject ideological positions and their representation within discursive formulations. It analyzes the introductory note of *O sol é para todos* (1963), a Brazilian translation of Harper Lee's novel *To Kill a Mockingbird* (1960), based on enunciative and discursive theories. The note entitled "Como ser bom e democrata, apesar de branco e americano" ("How to be good and democrat even though being white and American" in a free translation) is assigned to Ênio Silveira—publisher of Civilização Brasileira publishing house—and accompanies Fernando de Castro Ferro's translation of the novel, the first one in Brazil. When introducing the narrative by referring to its social and historical functioning conditions, namely, social and racial conflicts in the South of the United States during the 1930s, the note sets the narrative to Brazilian readers in the 1960s disturbing its signification and discursively setting the publishing house ideological position towards Brazilian reality. Based on the theoretical definition of enunciative event in a dialectic relationship of Pêcheux (2015) and Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020), this research proposes an approach to the introductory note as the one that appears under certain conditions of production and disarranges the historical production of the translated narrative's signification. In this configuration, the note formalizes the interpretation of an enunciator that covers some signification and uncovers others—by occupying the position of an introducer—in a motion possible within the interdiscourse. This functioning is approached based on studies of Authier-Revuz (1998) and Zandwais (2009) about the enunciative remark. The methodological procedures involve a) analysis of the novel titles'—*To Kill a Mockingbird* and *O sol é para todos*—metaphorical functioning based on Pêcheux (2011) and its relation to changes in translation's signification by the introductory note; b) analysis of excerpts of the introductory note; and c) analysis of excerpts of Ênio Silveira's praise of Mário da Silva Brito (1966). Excerpts b and c are analyzed by reflecting upon adverbs, adjectives, and conjunctions by their argumentative orientation—as presented in Guimarães' (1987) study—of an enunciator-introducer that intercepts the reader and motions signification within the interdiscourse. The analysis suggests that the note's signification disruption happens mainly by the enunciator's interpretation of the character Atticus Finch, which interferes with the title of the novel and the narrative's signification. Furthermore, the enunciator's interpretation comes from a left-resistance subject position occupied inside the publishing class on the verge of the military coup in Brazil. Finally, it is suggested that the note characterizes a production that evidences the publishing house's ideological position towards Brazilian social and historical conditions of 1963, having an impact on the signification of the translated narrative it introduces. This dissertation may lead everyone who reads and produces reading as an interpretation to question the transparency of signification.

KEYWORDS: enunciative event; Discourse Analysis; Enunciation; Ênio Silveira; translation.

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|---|-----------|
| | INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 | NOTA DE APRESENTAÇÃO, TRADUÇÃO LITERÁRIA E SENTIDO: SOBRE A COMPOSIÇÃO DO ESTUDO | 21 |
| 1.1 | A NARRATIVA: CONDIÇÕES TEMÁTICAS PARA A PRODUÇÃO DE UMA NOTA DE APRESENTAÇÃO | 21 |
| 1.2 | A TRADUÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO: POR QUE E COMO | 24 |
| 1.2.1 | As traduções de <i>To Kill a Mockingbird</i> no Brasil: um percurso sinuoso | 27 |
| 1.3 | O TRATAMENTO DA SUBJETIVIDADE E DO SENTIDO NAS PERSPECTIVAS ENUNCIATIVAS E DISCURSIVA | 36 |
| 1.3.1 | A perspectiva de Benveniste | 37 |
| 1.3.2 | A perspectiva de Guimarães | 45 |
| 1.3.3 | A perspectiva de Pêcheux | 52 |
| 2 | ACONTECIMENTO, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E ANÁLISES: SOBRE O TRABALHO DOS SENTIDOS | 64 |
| 2.1 | O ACONTECIMENTO | 64 |
| 2.1.1 | A perspectiva de Pêcheux | 64 |
| 2.1.2 | A perspectiva de Guimarães | 73 |
| 2.2 | AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO | 81 |
| 2.2.1 | Condições de produção: uma revisão teórica | 81 |
| 2.2.2 | Condições de produção da narrativa: entorno temático e lançamento da obra..... | 89 |
| 2.2.3 | Condições históricas de produção: intersecção de <i>To Kill a Mockingbird</i> (1960) e de <i>O sol é para todos</i> e sua Nota de Apresentação (1963)..... | 102 |
| 2.2.4 | Condições de produção de <i>O sol é para todos</i> (1963): acontecimento(s) para uma Nota de Apresentação | 106 |
| 2.3 | <i>CORPUS</i> : CONSTITUIÇÃO, PROCEDIMENTOS E ANÁLISE | 117 |
| 2.3.1 | Da glosa..... | 117 |
| 2.3.2 | Dos procedimentos metodológicos..... | 121 |
| 2.3.3 | Análises..... | 124 |
| 2.3.3.1 | Da tradução de <i>To Kill a Mockingbird</i> para <i>O sol é para todos</i> : funcionamentos metafóricos..... | 124 |
| 2.3.3.1.1 | <i>Da Nota de Apresentação sobre o funcionamento metafórico de O sol é para todos</i> | 135 |
| 2.3.3.2 | Dos recortes da Nota de Apresentação: desestabilização dos sentidos..... | 139 |
| 2.3.3.3 | Dos recortes da homenagem de Silveira a Mário da Silva Brito: posições em torno do cenário brasileiro | 151 |

| | | |
|---------|---|------------|
| 2.3.3.4 | Da Nota de Apresentação como acontecimento | 158 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 162 |
| | REFERÊNCIAS | 168 |
| | ANEXO A – Nota editorial de apresentação da tradução de 1963..... | 176 |
| | ANEXO B – Síntese da primeira edição de <i>To Kill a Mockingbird</i> em Língua Inglesa de 1960 (orelhas) | 178 |

INTRODUÇÃO

As posições que o sujeito ocupa no interior das formulações enunciativas dão constituição aos sentidos na medida em que o próprio nó de constituição do sentido se dá em torno das questões do sujeito e de sua representação no discurso. O exercício de pesquisa que compõe esta Dissertação parte dessas considerações ao tomar como arquivo para análise discursiva e enunciativa a Nota de Apresentação de *O sol é para todos* (1963), tradução brasileira da obra *To Kill a Mockingbird* (1960), da escritora norte-americana Harper Lee.

Analisamos a Nota de Apresentação, intitulada “**Como ser bom e democrata, apesar de branco e americano**”¹, publicada pela Editora Civilização Brasileira junto da tradução realizada por Fernando de Castro Ferro, e assinada pelo diretor da editora, Ênio Silveira, em seu funcionamento de glosa à medida que ela se constitui em um acontecimento em que emerge uma posição-sujeito que comenta e avalia a narrativa, mobilizando sentidos perante as condições históricas e sociais estadunidenses e brasileiras e, assim, desdobra e desestabiliza os sentidos da tradução.

Se assumimos essa linha de pesquisa é porque nos situamos na continuidade de um estudo (FRITZEN, 2018) que explorou o trabalho de interpretação do tradutor e que problematizou a constituição do sentido por um viés semântico pautado por perspectivas enunciativas e discursiva. Isso uma vez que, nesse estudo anterior, voltamo-nos para a tese de que a prática da tradução se realiza por meio de um efeito de interpretação sobre o qual opera a ação de um sujeito historicamente situado que denuncia suas posições ao exercer sua profissão, produzindo determinados efeitos de sentidos.

Em meio a esse processo, também ensaiamos o início de reflexões sobre a ação de outros sujeitos que costumeiramente fazem parte do processo editorial de publicação de uma obra literária traduzida, e que contribuem à produção da obra final publicada. Assim, nesta Dissertação, continuamos nos alicerçando em teorias enunciativas e discursivas, dando ênfase, por sua vez, à constituição do sujeito na produção dos sentidos à medida que nos voltamos para outro lugar ocupado pelo sujeito dentro do processo editorial: não mais o lugar de tradutor, mas o de editor.

¹ A nota pode ser consultada no anexo A.

Para esse fim, esclarecemos que entendemos o processo editorial de publicação de uma tradução literária como aquele que compreende a ação de diferentes indivíduos a partir de diferentes lugares autorizados a executar certas tarefas. Esses indivíduos, assim, estão submetidos a obrigações e impeditivos próprios dos lugares que ocupam na relação hierárquica que se constitui no interior do modo de produção de publicação de uma tradução literária. Em meio a essas relações, entendemos ainda que, mesmo que a combinação das ações autorizadas aos diferentes lugares dê composição à obra final publicada, preponderam sobre ela as deliberações dos lugares superiores nessa hierarquia.

Por sua vez, quando nos referimos ao modo de organização dessa relação de produção, estamos pensando na constituição do seguinte processo editorial com as seguintes etapas (mais ou menos estáveis, podendo ter algumas variações): a) negociação e escolha da obra a ser traduzida a partir do projeto/escopo da editora; b) designação, pelo editor, do tradutor para ativamente realizar a transposição do texto-fonte para um texto-alvo; c) designação do revisor, ou revisores, da tradução realizada; d) elaboração do projeto gráfico pelo(s) diagramador(es); e) aprovação do texto final pelo(s) editor(es) e diretor(es). Esse processo, ainda, nem sempre será exatamente nessa ordem, já que o texto com que se trabalha pode avançar e retroceder várias etapas para entrar em conformidade com as exigências realizadas pelos que detêm funções superiores na hierarquia, principalmente como aquelas do editor/diretor.

Considerando o todo do processo, composto por indivíduos que ocupam diferentes lugares, autorizados a diferentes tarefas, que contribuem em maior ou menor medida para a obra final apresentada, torna-se imprescindível levar em conta a constituição de tais lugares para que possamos compreender as condições de produção e os efeitos de sentidos de uma tradução e para que possamos problematizar as operações interpretativas no trabalho de elaboração de uma Nota de Apresentação, como uma formulação que se desdobra sobre a tradução, a partir das perspectivas enunciativas e discursiva.

Haja vista essas preocupações, a Nota de Apresentação com que nos deparamos, assinada pelo proprietário e diretor da Editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira, editora pela qual a primeira tradução de *To Kill a Mockingbird* é publicada em 1963, toma grandes proporções nesta pesquisa, tornando-se o objeto central de estudo. A Nota, na singularidade de sua produção, é formalizada a partir

de um lugar de diretor, o lugar autorizado às deliberações sobre a publicação, por um sujeito que assume a posição de apresentador da obra que, para cumprir esse fim, articula acontecimentos históricos dos Estados Unidos e do Brasil pertinentes à narrativa e ao contexto de publicação dessa tradução.

Enquanto narrativa, a obra apresentada pela Nota suscita questões que remetem a embates ideológicos, e o que propomos é que, ao se reportar à narrativa, a Nota reconstitui elementos que estão para além desta, mas que conversam com ela. Nesse dialogismo se estabelece um paralelo das práticas de reprodução e manutenção da desigualdade, do preconceito e do abuso de poder, como tomado pelo enunciador, entre os Estados Unidos e o Brasil. Logo, é a abertura da narrativa a determinadas interpretações que é mobilizada pelo enunciador para estabelecer tal paralelo, de modo que este se dá também à medida que a narrativa suporta diferentes interpretações.

Dessa forma, quando nos reportamos à singularidade de constituição da Nota, estamos falando de uma materialidade discursiva que tem seu funcionamento alicerçado no texto literário que o enunciador apresenta, mas também no contexto histórico a que se reporta. Especialmente, se pensada pelo viés de seu funcionamento discursivo, a Nota tem sua produção em condições históricas e sociais ímpares com determinados efeitos de sentidos, o que nos remete ao desenvolvimento teórico do conceito de *acontecimento* por Michel Pêcheux (2015) e Eduardo Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020), resguardadas as especificidades das teorias da Análise do Discurso e da Semântica Histórica da Enunciação a que os pesquisadores filiam-se, respectivamente.

Isso porque, à medida que estabelece um paralelo entre as condições históricas e sociais dos Estados Unidos e do Brasil, reconstituindo propriedades das práticas que fomentam a desigualdade social, o preconceito e o abuso do poder imperialista nos anos 1930 nos Estados Unidos, e nos anos 1960 no Brasil, no momento histórico em que é produzida, discursivamente, a Nota pode ser analisada na forma de um acontecimento.

Para essa compreensão, nos baseamos no que propõe Michel Pêcheux (2015, p. 16) sobre o acontecimento como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”: encontro da memória da desigualdade, do preconceito e da exploração norte-americana com uma atualidade, à época, da desigualdade brasileira nas vésperas do acontecimento histórico que caracteriza o Golpe Militar no

Brasil. Baseamo-nos, ainda, no que propõe Eduardo Guimarães (2018, p. 37) sobre o acontecimento como “o que faz diferença na sua própria ordem”: o acontecimento de produção da Nota de Apresentação enquanto diferença na produção histórica e social dos sentidos na sua relação com a narrativa.

Assim, ao aliar Pêcheux (2015) e Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020), defendemos, no decorrer deste estudo, que o acontecimento da Nota de Apresentação tem como funcionamento dar lugar à equivocidade dos enunciados enquanto dá condições de produção aos sentidos pelo modo como intervém na realidade. Refletimos sobre o *enlace da estabilidade*, própria de sua estrutura linguística, a parte que pode ser logicamente descrita, *com o instável*, as interpretações decorrentes das contingências históricas de sua realização, *que configura um acontecimento de produção de sentidos*: o lugar de abertura dos enunciados à interpretação pela intervenção do circunstancial e do histórico.

Estamos tratando, afinal, de uma Nota de Apresentação produzida em 1963, previamente ao período de maior censura da Ditadura Militar, mas que, em sua formulação por um enunciador a partir de uma posição editorial de oposição às formas de opressão, denuncia as condições em que estas já estão se manifestando através de diferentes modos de exploração. Assim, na Nota, observamos a emergência de uma posição-sujeito que a todo momento interpela o leitor a posicionar-se também perante práticas de exploração e subjugação, característica de um grupo de editores e, conseqüentemente, linhas editoriais de oposição a qualquer tipo de exploração e subjugação, bem como de oposição ao regime vigente alicerçado em práticas de censura e ditadura.

Mesmo que a censura só viesse a se intensificar em 1968, com o decreto do Ato Institucional n. 5 (AI-5), desde que foi reestruturada em meados de 1950 pelas mãos do diretor Ênio Silveira, aquele que assume o lugar de enunciador-apresentador da Nota de Apresentação, a Editora Civilização Brasileira já passara a se firmar com uma posição editorial politicamente marcada, assumida de acordo com a posição ideológica de seu diretor. Essa posição, sustentada na convicção de que a libertação do povo e seu desenvolvimento se dão através da leitura, tomava o livro como a “arma” capaz de compelir o leitor a também posicionar-se perante a realidade que se apresenta.

Desse modo, a Editora Civilização Brasileira, com o lema “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”, se sobressai na história editorial dos anos 1950 a 1970 pela

ênfase dada ao livro, inovando na forma de estruturá-lo e vendê-lo, através da centralidade conferida à diagramação e às capas elaboradas, e através do investimento em projetos de *marketing*. E se sobressai principalmente por assumir uma posição política marcada em sua linha editorial, que vem a se configurar, como analisamos neste estudo, como uma posição de oposição e resistência às práticas do Regime Militar em meio a um grupo de outras editoras de oposição e resistência que se desenhou nesse período.

Enquanto as notas de apresentação caracterizam-se justamente como uma das “inovações do livro” proporcionadas por Silveira, pois até então, em sua maioria, este era produzido com capas simples, sem muito investimento gráfico e de apresentação, esta Nota de que tratamos também caracteriza-se como uma formulação discursiva que permite uma reflexão para além da “aparente apresentação” de livro de sua formalização linguística. Discursivamente, ela nos permite refletir sobre o movimento dos sentidos em suas condições de produção a partir de lugares de enunciação e de posições-sujeito, além de nos permitir refletir sobre o modo pelo qual as ideologias se materializam no discurso e na língua de forma a constituir sentidos.

Para esclarecer como este estudo será desenvolvido, em primeiro lugar, diremos que partimos de pressupostos teóricos que nos possibilitam entender que, ao apresentar e comentar a narrativa de *To Kill a Mockingbird* na tradução de Fernando de Castro Ferro, a unidade aparente de que se constitui a Nota de Apresentação do diretor Ênio Silveira funciona na forma de uma glosa, como tomada nos estudos Authier-Revuz (1998) e Zandwais (2009), na medida em que sua formulação discursiva se dá “nas bordas” do texto literário de que trata e comenta. Portanto, discursivamente a Nota não se refere, simplesmente, à narrativa, mas volta-se sobre si mesma ao reportar-se às condições históricas e sociais que dão constituição à narrativa em sua tradução na publicação da Editora Civilização Brasileira no Brasil de 1963.

Assim, em nossa proposição de análise, a Nota se faz glosa ao se constituir na forma de uma resposta metaenunciativa de um enunciador, neste caso, o diretor, que passa a ocupar o lugar de enunciador-apresentador, enquanto aquele que reconhece a multiplicidade de sentidos a que as formulações dos enunciados estão submetidas e que, em meio ao processo de instabilidade do modo como a realidade afeta os sujeitos, responde suspendendo alguns sentidos e colocando outros em

evidência. Ao articular um paralelo entre condições sociais diferentes, a estadunidense e a brasileira, o enunciador-apresentador da Nota suspende sentidos da narrativa que tem suas condições de produção e sustentação nas condições sociais dos anos 1930 no Sul dos Estados Unidos, e os desdobra de modo a colocar em evidência traços de opressão manifestos na realidade brasileira dos anos 1960.

Intervindo, portanto, na produção de sentidos da narrativa ao assumir posições perante o modo pelo qual ela se constitui, e desdobrando os sentidos da tradução através de um deslocamento que só é possível no interdiscurso, o enunciador-apresentador intervém no processo de interpretação do texto.

Em segundo lugar, diremos, a partir das reflexões realizadas no decorrer deste estudo, que, na condição de funcionamento de glosa e, ao ser produzida do lugar de diretor, que assume o lugar de enunciador-apresentador, a Nota caracteriza-se em um acontecimento que intervém nas condições históricas em que se produz, desestabilizando sentidos e permitindo determinadas leituras da narrativa traduzida pela equivocidade que lhe confere.

Desse modo, tendo por base Zandwais (2012, p. 59) na definição de que “todos os modos de produção dos sentidos dependem tanto dos processos de simbolização, como de uma materialidade simbólica que encontra na língua as formas e os meios de produção indispensáveis”, tomamos a Nota de Apresentação como a materialidade discursiva e linguística principal² a partir da qual problematizamos a produção de efeitos de sentidos para a narrativa nessa tradução. A Nota, portanto, em sua linearização discursiva dentro das correlações sociais e históricas em que tem sua produção, passaria a permitir determinadas leituras da tradução.

Como forma de proceder à análise, a fim de reconstituir o funcionamento de glosa da Nota no interior de um acontecimento enunciativo, refletindo sobre seus efeitos de sentidos a partir das contingências em que é produzida, realizamos um exercício enunciativo e discursivo que compreende três movimentos.

O primeiro movimento se dá pela análise da tradução do título do romance, de *To Kill a Mockingbird* para *O sol é para todos*. Mobilizando os funcionamentos metafóricos das expressões “*to kill a mockingbird*” e “o sol é para todos”, abordados a partir do conceito de metáfora em Pêcheux (2011) dentro do escopo da AD,

² A Nota é a materialidade linguística principal de nossa problemática de estudo, mas não a única mobilizada em nosso *corpus* de análise, como será explicitado na sequência.

podemos refletir de que modo a Nota de Apresentação reconstitui, e ressignifica ideologicamente, a refração de sentidos produzida na transposição de uma expressão a outra. Por meio desse movimento, desenhamos um caminho para investigar os juízos de valores criados pelo sujeito em torno da narrativa na produção da Nota de Apresentação como glosa.

O segundo movimento toma como *corpus* de análise recortes da Nota de Apresentação de modo a dar continuidade ao pensamento sobre seu funcionamento discursivo enquanto uma glosa produzida por um enunciador-apresentador; funcionamento a partir do qual podemos levantar questões sobre a Nota tomada no acontecimento enunciativo.

O terceiro movimento, por fim, toma como *corpus* recortes de outra produção do diretor Ênio Silveira, em 1966, já em meio à Ditadura Militar, por ocasião de uma homenagem ao escritor e jornalista Mário da Silva Brito, integrante da Editora Civilização Brasileira, ex-funcionário das Editoras Globo e Saraiva e um dos fundadores da Câmara Brasileira do Livro. A análise desses recortes nos leva a refletir, por meio de certas posições ideológicas que já estão em emergência na Nota de Apresentação, sobre o acontecimento enunciativo produzido na Nota pelo modo como este vem configurar a posição da Editora frente ao cenário brasileiro e sua intervenção nas condições do meio editorial.

A análise do *corpus* que compreende os recortes da Nota e da homenagem dá condições para se pensar sobre o lugar de enunciador-apresentador que está se configurando a partir de certas condições de produção, bem como as posições ideológicas que são assumidas pelo sujeito que ocupa o lugar de apresentador.

Ao partir da materialidade discursiva desses recortes, necessitamos analisar como determinadas operações argumentativas produzem este ou aquele efeito nas contingências em que ocorrem. Portanto, como forma de acessar o discurso, nos baseamos em Guimarães (1987) ao partir da materialidade linguística, considerando-a como essencial para chegarmos à discursiva, mobilizando advérbios, adjetivos e conjunções por meio de raciocínios lógicos, como forma de refletir sobre o funcionamento de enunciados que, em sua estrutura, apresentam uma razão a favor de uma conclusão que produz certos efeitos de sentidos. As razões que sustentam os movimentos argumentativos são também compreendidas, em nosso *corpus*, em seu funcionamento na passagem da língua ao discurso, pois são também sustentadas interdiscursivamente.

Por meio dessas operações de análise, nos propomos pensar, ainda, como se dá, discursivamente, a interpelação do(s) destinatário(s) pelo enunciador-apresentador da Nota, perante os discursos que retoma e se acerca e/ou se opõe, situando-os diante da narrativa e construindo relações entre as condições sociais e históricas estadunidense e brasileira.

Acreditamos que este estudo, centrado em análises discursivas e enunciativas, produz questionamentos válidos a todo estudo que se proponha a problematizar a transparência de sentidos, fomentando assim, a reflexão acerca da leitura interpretativa e da produção de sentidos em seus efeitos ideológicos. Para o meio editorial, de tradução e publicação de obras literárias especificamente, este estudo se constitui em uma provocação que convoca os leitores a desconfiar da transparência evidente do que leem, assim como das posições ideológicas, assumidas, *ou não*³, nas publicações; e convoca editoras a assumirem posições perante aquilo que publicam. A provocação aqui estabelecida direciona-se, especialmente, àqueles que leem e aqueles que produzem leituras – tradutores, revisores, editores etc., que fazem da interpretação o exercício de sua profissão – a se posicionarem e a questionarem evidências acima de tudo.

De modo a situar o leitor, realizamos um breve roteiro desta Dissertação no que segue daqui para a frente. Dividimo-la em dois grandes eixos, organizados do seguinte modo: o primeiro eixo, “Nota de apresentação, tradução literária e sentido: sobre a composição do estudo”, apresenta os principais temas nos quais o estudo se baseia. Principia apresentando a narrativa de *To Kill a Mockingbird*, em seguida justifica a escolha da obra e, na sequência, apresenta as condições editoriais de produção das diferentes traduções brasileiras em suas publicações por diferentes editoras, deslocando o foco para o trabalho dos sentidos na Nota de Apresentação. Por fim, reconstitui teoricamente o tratamento do sentido e da subjetividade nas teorias enunciativas e discursiva, em antecipação ao tratamento teórico da categoria de *acontecimento* nas mesmas teorias.

O segundo eixo, “Acontecimento, condições de produção e análises: sobre o trabalho dos sentidos”, divide-se em três focos principais: da reconstituição teórica do conceito de *acontecimento* nas teorias da Análise do Discurso e da Semântica

³ Entendemos, de uma perspectiva discursiva, que mesmo que não haja uma posição declarada, marcada no discurso, há sempre uma posição constitutiva, assumida pelo sujeito nas imbricações do discurso, o que consiste em afirmar que a não-posição é uma falácia.

Histórica da Enunciação; da reconstituição teórico-prática das condições de produção necessárias à análise do *corpus*; e do tratamento analítico do *corpus*, desenvolvido após a revisão teórica do conceito de glosa em conjunto com a delimitação dos procedimentos metodológicos adotados. A parte final deste eixo, portanto, apresenta uma retomada teórico-prática do acontecimento que compreende as análises realizadas.

Por fim, de modo a produzir um efeito de fechamento, fazemos as considerações finais, que retomam o exposto na introdução e almejam realizar o enlace das reflexões realizadas neste estudo.

1 NOTA DE APRESENTAÇÃO, TRADUÇÃO LITERÁRIA E SENTIDO: SOBRE A COMPOSIÇÃO DO ESTUDO

Nesta primeira parte do estudo, nos dedicamos a três pontos principais, que deram composição basilar a esta Dissertação. Primeiro, nos dedicamos a apresentar a narrativa, de modo a entender como se constitui a Nota de Apresentação sobre ela, aprofundando questões referidas na introdução. Segundo, nos dedicamos à justificativa da escolha pela tradução do texto literário e pela obra *To Kill a Mockingbird* para este estudo, apresentando na sequência as condições editoriais de suas diferentes traduções e edições no Brasil, etapa da pesquisa que nos fez assumir a tradução de 1963, pela Editora Civilização Brasileira, como a primeira tradução da obra publicada no Brasil. Terceiro, nos dedicamos à constituição teórico-conceitual das categorias de sujeito e sentido por diferentes linhas teóricas, da Teoria da Enunciação, da Semântica Histórica da Enunciação e da Análise do Discurso, a fim de embasar o desenvolvimento teórico-analítico realizado na segunda parte deste estudo.

1.1 A NARRATIVA: CONDIÇÕES TEMÁTICAS PARA A PRODUÇÃO DE UMA NOTA DE APRESENTAÇÃO

A obra *To Kill a Mockingbird*, apresentada na Nota do diretor Ênio Silveira, oferece questões que remetem a embates ideológicos em sua narrativa, como mencionamos na introdução. Gostaríamos, nessa seção, de apresentar a obra ao leitor, identificando algumas dessas questões. Adiantamos, contudo, que aquilo que concerne às condições de produção de seu entorno temático e de seu lançamento é discutido mais adiante, em meio às condições de produção.

To Kill a Mockingbird, de Harper Lee, trata-se de um romance literário lançado em 1960 nos Estados Unidos. Além de ter sido traduzido para mais de 40 línguas e ter vendido mais de 40 milhões de cópias no mundo, recebeu o Prêmio Pulitzer de Ficção⁴, uma das maiores honrarias dos Estados Unidos, em 1961, ano seguinte ao seu lançamento, e foi adaptado para filme em 1962. Nas traduções do Brasil o título

⁴ Renomado prêmio dos Estados Unidos realizado pela universidade de Columbia. Criado por Joseph Pulitzer, desde 1917 elege trabalhos de destaque do jornalismo, literatura, poesia e música (TOPPING, c2022).

O sol é para todos tem se mantido desde o lançamento do filme, que chegou ao país em fevereiro de 1963 (IMDB, c2021)⁵.

Enquanto obra literária, *To Kill a Mockingbird* é escrito em prosa e pode ser lido como um romance de formação, já que acompanha o crescimento e formação da identidade moral da narradora e personagem principal, Jean Louise Finch, ou Scout, como é chamada ao longo da narrativa.

Constituída na forma de memórias narradas em primeira pessoa pela adulta Jean Louise Finch, a narrativa traça um percurso em que acompanhamos acontecimentos marcantes de três anos de sua infância que determinaram seu crescimento e a fizeram amadurecer ao lidar com diferentes dilemas morais próprios de uma comunidade que é socialmente dividida e exclui os menos privilegiados.

Tendo como exemplo o pai, o advogado Atticus Finch, e a companhia do irmão mais velho, Jem, e do amigo Dill, Scout aprende diversas lições ao crescer, seja através das brincadeiras que envolvem a curiosidade por “Boo Radley”, o vizinho recluso, seja ao acompanhar a atuação do pai na defesa de Tom Robinson, homem negro injustamente acusado de estupro.

Essas duas situações principais dão a base sobre a qual se desenvolve a narrativa, sendo lembradas em meio a acontecimentos de proporções menores. Dizemos isso porque, ambientada na década de 1930, na pequena cidade fictícia de “Maycomb”, no estado do Alabama, sul dos Estados Unidos, a narrativa toca em grande medida situações em que pessoas menos privilegiadas econômica e socialmente são segregadas, sofrendo algum tipo de preconceito. A situação de “Boo Radley”, que se vale do isolamento como enfrentamento ao preconceito, abre e encerra a narrativa; a situação de Tom Robinson, que é condenado por implicações que não aquelas da comprovação de ter cometido o crime pelo qual é acusado, dá o ápice da narrativa, provocando questionamentos sobre o extremo do racismo em uma condenação injusta.

Assim, remetendo a acontecimentos transcorridos no Sul dos Estados Unidos, *To Kill a Mockingbird* faz um esboço do modo de vida nas cidades pequenas dessa região. Não só retrata os costumes próprios à infância de Lee, a autora da obra, mas principalmente as condições sociais próprias da década de 1930, em meio à Grande

⁵ *Internet Movie Database*. Proveniente de uma empresa subsidiária da *Amazon.com*, o *site* reúne e produz conteúdo a partir dos dados catalográficos de filmes e outros programas televisivos. De acordo com dados do *site*, o filme foi lançado no final de 1962 nos EUA e chegou ao Brasil em fevereiro de 1963.

Depressão Americana, em que um grupo hegemônico, predominantemente branco e historicamente estabelecido a partir do trabalho escravo, prevalece sobre um grupo não hegemônico, predominantemente negro e historicamente explorado como mão de obra escravizada, submetido às condições mais precárias de sobrevivência tanto pela situação econômica que se perpetuou em meio a essas relações de produção, como pelo imaginário de exclusão e submissão que se reproduz em meio a essas relações de produção.

Lançada no início dos anos 1960, em meio ao Movimento dos Direitos Civis dos Negros nos Estados Unidos, a obra colocou em posição de destaque e problematizou o racismo enraizado no Sul dos Estados Unidos. Em meio a sua linha narrativa, a personagem do advogado Atticus Finch, que defende Tom Robinson, mesmo não sendo a personagem principal, acabou destacando-se pelo papel que desempenha ao se opor ao grupo hegemônico do qual historicamente faz parte, rompendo, assim, com as práticas próprias das relações estabelecidas na cidade, bem como do Sul dos Estados Unidos de um modo geral.

É a partir dessas considerações que propomos que, através da abertura da narrativa a determinadas interpretações, a Nota de Apresentação se faz glosa. Discursivamente, esta reconstitui elementos exteriores à obra que se imbricam em sua produção de sentidos. Através dessa mobilização de sentidos se desenvolve um paralelo entre as condições históricas e sociais dos Estados Unidos e do Brasil, alicerçado na reprodução e manutenção das práticas de desigualdade, abuso de poder e discriminação.

Ao comentar e se desdobrar sobre a publicação da narrativa no Brasil, o enunciador-apresentador assume certas posições ideológicas perante os acontecimentos que alicerçam sua construção, evidenciando alguns sentidos e dissimulando outros. Esta condição pela qual se abre a narrativa a determinadas interpretações desestabiliza seus sentidos na tradução.

A personagem Atticus Finch, que, nas condições de lançamento da obra nos Estados Unidos, foi alçado à condição de herói, na Nota de Apresentação para os brasileiros se transforma em um exemplo a ser seguido, de modo que nas contingências em que a Nota é produzida, torna-se a figura utilizada para interpelar os leitores também a se posicionarem conforme seu exemplo, entretanto, para situações diversas daquelas da narrativa. Enquanto no interior da história o advogado defende Tom Robinson na crença de agir pelo que acredita, dando

condições de amparo a um réu acusado injustamente, na Nota de Apresentação a ação do advogado é comparada ao modo como cada um deve se portar perante qualquer situação de injustiça social.

Metaforicamente, a ação de Atticus Finch passa a se aplicar não apenas a situações de violações de direitos, em que “cada leitor é chamado” pelo enunciador-apresentador a se impor contra injustiças, mas ainda por ocasião da reprodução e perpetuação das práticas de violações de direitos no seio social, em que “cada leitor é chamado” a se desenvolver intelectualmente através do livro para se impor a fim de impedir a manutenção da exploração social.

Considerando o apelo ao desenvolvimento intelectual e o fim da exploração, podemos mencionar até mesmo a convocação, feita pelo enunciador-apresentador, para que o leitor aja em prol de mudanças em um nível superestrutural, das formas de governo, o que se fazia necessário no Brasil frente ao imperialismo estadunidense e à iminência do Golpe Militar. Assim se estabelece o paralelo das práticas de manutenção de desigualdade, preconceito e abuso de poder entre Estados Unidos e Brasil, que se produz discursivamente na Nota a partir da memória de acontecimentos no Sul dos Estados Unidos nos anos 1930, que traduzem os modos de discriminação e a exploração na construção da narrativa, e que entra em choque com a atualidade das condições discriminatórias e exploratórias do Brasil que dão recepção à publicação da obra em 1963. Trataremos dessas questões em profundidade a partir do momento em que abordamos a categoria teórico-analítica de condições de produção.

1.2 A TRADUÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO: POR QUE E COMO

Um assunto importante a ser abordado na parte inicial desse estudo diz respeito ao porquê de nos dedicarmos a uma Nota de Apresentação de uma tradução literária. As justificativas para essa escolha se deram tanto por um interesse pessoal, voltado à tradução literária, quanto por questões circunstanciais pelas quais a obra traduzida de *To Kill a Mockingbird*, em suas diferentes constituições, se apresentou em nosso percurso de formação durante a graduação e o mestrado. Contudo, foram os questionamentos teóricos que se formaram ao problematizar o modo de se trabalhar a partir daquilo que a materialidade da obra,

nessa tradução e edição publicada em 1963, permitia antever, que nos levaram a traçar os caminhos desta pesquisa.

Em primeiro lugar, explicamos nosso interesse pela tradução literária, que se consolidou através de nossa formação de graduação em um Bacharelado em Letras com habilitação para tradução no par de línguas Português/Inglês. Em meio a essa formação, voltada para a tradução em sua modalidade escrita, nosso interesse pessoal pela tradução literária, que se iniciara anos antes com a leitura de obras traduzidas, se intensificou a partir do aporte teórico estudado e das técnicas aprendidas para realizar a transposição de uma língua a outra nesse gênero que se sustenta e opera principalmente por meio de metáforas, diferentemente de textos técnicos e científicos, que, na tentativa de buscar uma racionalização do objeto de estudo, com mais frequência partem da exposição de premissas para uma conclusão lógica.

Diremos, assim, que nosso interesse pelo texto literário, e sua consequente tradução, recai sobre o próprio de seu funcionamento simbólico. Não só ele funciona por meio de um senso estético e estilístico, mas, principalmente, a partir de uma capacidade simbólica, a propriedade pela qual o texto literário é capaz de ficcionalizar realidades, reproduzindo simbolicamente as práticas do mundo material com as quais podemos nos identificar e sobre as quais podemos refletir. No que concerne à tradução, esse funcionamento se torna ainda mais complexo à medida que o simbólico em uma língua precisa ser compreendido, mobilizado e recriado em outra língua, resultando em diferenças constitutivas desse tipo de transposição.

Mesmo que a tradução não se faça tão presente na vida diária de todos nós através do texto literário⁶, esse ainda é um dos gêneros pelos quais a tradução é mais lembrada e estudada. Ao nosso ver, isso se dá pela propriedade simbólica que abordamos, e ainda por outra propriedade: aquela de possibilitar a leitura de obras que se popularizam, através do reconhecimento crítico ou popular, por leitores que não dominam a língua de produção primeira da obra e não teriam acesso a ela. E devemos acrescentar e essa segunda propriedade, ainda, o efeito inverso, pelo qual a tradução da obra possibilita sua popularização e reconhecimento, consolidando-a como um clássico.

⁶ Pensamos aqui, por exemplo, na ampla difusão de celulares e computadores e no seu uso corriqueiro, condição que introduz na vida de cada um, de forma despercebida, a tradução, realizada tanto na transposição do conteúdo de *sites* e redes sociais, como na dos sistemas operacionais desses aparelhos.

Atestado, assim, o espaço e o fascínio que a tradução literária ocupa em nossa formação pessoal e profissional, passamos a explicar nosso interesse pela obra enfatizada neste estudo, que floresceu na continuidade do interesse pela tradução literária. *To Kill a Mockingbird* se caracteriza como um desses clássicos duplamente: pelo reconhecimento crítico, atestado pelo prêmio concedido à obra, e pelo reconhecimento popular, atestado e consolidado por suas inúmeras traduções realizadas para diversas línguas.

Quando lemos a obra pela primeira vez em meados de 2015, essa leitura se deu através de uma tradução. A obra, que na época completava 55 anos de lançamento, era, e é, citada em livros, filmes, séries etc. estadunidenses porque faz parte da formação de muitas crianças e adolescentes dos Estados Unidos na forma de leitura obrigatória⁷. Assim, tendo feito parte de diferentes gerações de leitores, a obra tem espaço no imaginário estadunidense, sendo comumente citada por diferentes pessoas em diferentes veículos. Nosso encontro com o romance, motivado pela curiosidade de entender o que a obra representava/representa em meio a essas condições pelas quais sua narrativa se perpetua nesse imaginário, se deu através da tradução de Beatriz Horta⁸, lançada no ano de 2015 pela Editora José Olympio: uma tradução atualizada e bastante divulgada, ocupava lugares de destaque no comércio de livros.

Com essas considerações, estamos dizendo que nossa leitura de *To Kill a Mockingbird* não se deu na ingenuidade de ler uma obra produzida e lançada em Língua Portuguesa, mas com o conhecimento mínimo de se tratar da tradução de uma obra que impactou diferentes gerações de leitores. Conosco o impacto não foi diferente.

O romance, que acompanha as peripécias da infância de uma menina e seus amigos em uma cidade pequena e do interior, se assemelha às nossas próprias memórias de infância em uma cidade pequena e do interior: as brincadeiras inventadas e improvisadas, a assimilação do mundo adulto por um olhar infantil que

⁷ Embora faça parte das leituras obrigatórias do 5º ao 9º ano de diferentes escolas dos Estados Unidos, há um debate recente sobre a incorporação de *To Kill a Mockingbird* na grade curricular. O debate inclui a complexidade das questões apresentadas na obra para a compreensão de crianças e, principalmente, a inclusão de autoras e autores negros dos últimos 50 anos, que trazem suas perspectivas sobre questões raciais, na grade curricular. Sobre esse debate, ver Randall (2017).

⁸ Tradutora literária de obras como *A viagem de cem passos*, de Richard Moraes (2012) pela Record, *O diário de Bridget Jones*, de Helen Fielding (2016) pela Editora Companhia das Letras e *O sol é para todos*, de Harper Lee (2015), e sua “continuação”, *Vá, coloque um vigia* (2015), pela Editora José Olympio.

tenta compreender as divisões sociais existentes em sua forma de manutenção e reprodução e que tipifica as pessoas conhecidas da comunidade, dando a elas tratamento discriminatório e, por fim, o crescimento obtido pela ruptura da divisão dicotômica entre bem e mal que, no olhar infantil, determina a tipificação e resulta na discriminação. Atestamos, assim, o espaço que *To Kill a Mockingbird* ocupa em nossa memória de leituras através do apelo da narrativa.

E, claro, não obstante a identificação pessoal com a narrativa, o romance cativa pela facilidade com que vai do humor ao drama e pelo esmero da escrita, que faz com ele possa ser lido em diferentes níveis. Não observamos apenas o rigor estético que constitui a narrativa, mas também a abertura a diferentes empreendimentos teóricos, principalmente aqueles voltados à interpretação.

Por fim, diremos ainda que nossa escolha pela obra para este estudo se deu também em virtude do conhecimento da existência de mais de uma tradução do romance para o Brasil: aquela realizada por Beatriz Horta, que citamos há pouco, e aquela realizada por Maria Aparecida Moraes Rego. Essa condição, de existência de mais de uma tradução, se fazia crucial no momento inicial do estudo, devido à tentativa de entender o lugar no qual *To Kill a Mockingbird* se configurou no Brasil perante diferentes condições históricas na forma de *O sol é para todos*. Foi ao depararmos-nos com a tradução de Fernando de Castro Ferro na forma em que é publicada, com a Nota de Apresentação, que passamos a nos debruçar sobre essa edição.

Não imagináramos, contudo, que tantas seriam as ramificações entre as traduções em suas publicações por diferentes editoras, condições que constatamos a partir de um processo cuidadoso de pesquisa. Conseqüentemente, dedicamos a continuidade deste capítulo a tratar dessa complexidade, que deu condição de existência a este estudo, tratando das condições editoriais de produção das traduções brasileiras em suas publicações por diferentes editoras. Na sequência, voltamo-nos às circunstâncias em que iniciamos com o trabalho da subjetividade e dos sentidos de modo a problematizar o trabalho dos sentidos na Nota de Apresentação.

1.2.1 As traduções de *To Kill a Mockingbird* no Brasil: um percurso sinuoso

Sabendo haver no Brasil ao menos duas traduções de *To Kill a Mockingbird*,

precisávamos restringi-las perante a possibilidade de existência de outras traduções, de forma a conduzir um estudo que sabe das circunstâncias de onde parte, de onde se insere e do recorte que realiza. Se essas duas traduções de que tínhamos conhecimento, a de Beatriz Horta, pela Editora José Olympio, e a de Maria Aparecida Moraes Rego, pelo Círculo do Livro, faziam contraponto uma a outra, foi a descoberta de uma terceira tradução que definiu os rumos da pesquisa.

A tradução de Fernando de Castro Ferro, pela Editora Civilização Brasileira em 1963, encontrada despreziosamente ao delinear o desenvolvimento desta Dissertação, se sobressaiu pela existência da Nota de Apresentação de Ênio Silveira, o diretor da Editora. Diferentemente das sínteses e resumos que acompanham as outras traduções de *To Kill a Mockingbird* no Brasil, que não possuem indicação de autoria e se atêm, quase que exclusivamente, à apresentação da construção da narrativa e aos temas que justificam o sucesso da obra, a Nota assinada pelo diretor da Editora Civilização Brasileira se realiza em uma formulação que, específica da tradução que acompanha, vem a configurar a posição da Editora em face dos conflitos sociais e raciais dos Estados Unidos, à época, em sua similaridade ao Brasil.

Além disso, detendo o conhecimento de que a publicação dessa tradução se deu próxima ao Golpe Militar de 1964, a Nota configura-se ainda em condições muito diferentes daquelas das sínteses ou resumos das outras traduções. A posição assumida pela editora, a partir de seu diretor, frente aos acontecimentos do período, se dá em condições de produção específicas, por meio das quais, ao pensarmos sobre o modo pelo qual a Nota coloca em contraponto a memória de dois momentos históricos distintos, dos Estados Unidos de 1930 e do Brasil de 1960, podemos também pensar sobre o abalo produzido pela Nota nessas condições. Em vista disso, passamos a conjeturar em que medida a Nota desestabiliza os sentidos da narrativa nesta tradução, deixando de ser compreendida como um mero *acessório* da obra, para ser analisada como a materialidade discursiva e linguística indispensável ao trabalho dos sentidos da obra.

Contudo, ainda na tentativa de nos certificarmos minimamente acerca da produção da Nota em sua singularidade de ocorrência, buscamos outras informações sobre as demais traduções. O percurso traçado tornou-se sinuoso à medida que as condições editoriais de produção e publicação das traduções não estavam dadas – e com isso afirmamos que não havia dados disponíveis sobre as

publicações – e à medida que iam surgindo mais e mais edições brasileiras de *To Kill a Mockingbird* por diferentes editoras, mas que, como pudemos constatar, utilizam uma das três traduções já existentes. Em meio a esse levantamento do trânsito editorial da obra no Brasil, outro achado foi constatar que a primeira tradução da obra é a publicada pela Editora Civilização Brasileira, o que a torna mais significativa por ser aquela que dá subsistência, no imaginário do público leitor, da obra que posteriormente viria a ser novamente traduzida.

No propósito de esclarecer o trânsito editorial da obra em tradução, reafirmamos que, à obra *To Kill a Mockingbird*, da escritora Harper Lee publicada pela primeira vez nos Estados Unidos, em Língua Inglesa, pela editora J. B. Lippincott & Co. no ano de 1960, encontramos no mercado brasileiro pelo menos três traduções para o português, além de uma tradução da adaptação da obra para história em quadrinhos⁹, nos mais de 60 anos que transcorreram até o momento desta pesquisa.

As três traduções¹⁰, identificadas sob os nomes dos tradutores Fernando de Castro Ferro, Maria Aparecida Moraes Rego e Beatriz Horta, apresentam, cada qual, características particulares de produção que demandaram pesquisa acurada até mesmo para que se pudesse estabelecer uma linha temporal de publicação. É notória a dificuldade em delimitar alguns aspectos das traduções pela ausência de fichas catalográficas, indisponibilidade de informações de parte das editoras, de outros documentos e ainda de levantamentos bibliográficos independentes. Em outras palavras, a data de publicação e o movimento realizado de uma tradução a outra não estão dados para todas essas traduções.

Na tentativa de estabelecer uma cronologia que possa ser tomada como base para o tratamento da tradução publicada pela Editora Civilização Brasileira, em sua relação com o todo das traduções de *To Kill a Mockingbird* para o Brasil, primeiramente nos dedicamos a discorrer sobre os dados editoriais que conseguimos reunir sobre as diferentes traduções e edições da obra.

Assim, começamos explicando que, se falamos aqui também em *edições*, e

⁹ Adaptação realizada por Fred Fordham a partir da edição de *To Kill a Mockingbird* da editora William Heinemann na Grã-bretanha de 1960. A *graphic novel* foi publicada pela primeira vez na Grã-Bretanha pela William Heinemann em 2018 e no Brasil a tradução é creditada a Marina Vargas pela editora José Olympio em 2019 (LEE; FORDHAM, 2019).

¹⁰ Não consideramos na contagem a tradução da adaptação para a história em quadrinhos por ser a tradução de um outro módulo de narrativa que já se constitui de uma adaptação ao texto literário de Harper Lee.

não apenas *traduções*, é porque a tradução de Maria Aparecida Moraes Rego, uma das três autorias que mencionamos, foi publicada por quatro editoras diferentes: Editora Record, Editora Abril Cultural, Círculo do Livro e Editora José Olympio¹¹, condição que produz questionamentos e demanda uma análise sobre o movimento da tradução entre as quatro editoras. Ao nos depararmos com a mesma tradução por editoras diferentes, sem maiores informações de publicação, não sabemos para qual das editoras ela se deu primeiro, as motivações para a(s) publicação(ões), e ainda há que se considerar a probabilidade da re(produção) da tradução em condições próprias a períodos diferentes.

É preciso comentar, falando de nossa perspectiva de tradutora, que a prática de reutilização de uma mesma tradução por editoras diferentes era considerada comum até há pouco tempo. Entretanto, quando falamos em comum, estamos fazendo referência a uma prática frequente mas, na maioria dos casos, indevida. Esse trânsito entre editoras ocorria muitas vezes sem a identificação do tradutor/a, ou ainda com a utilização de outro nome como responsável pela tradução apenas para dar a impressão de uma novidade, ou atualização, quando na verdade o texto estava sendo reaproveitado como uma cópia. Essa prática só tem deixado de ser frequente pela ênfase dada, nos cursos de formação de tradutores, à busca pela proteção dos direitos autorais e, ainda, pela denúncia de muitos tradutores contra as más práticas, como é o caso da tradutora Denise Bottmann¹².

A tradutora relata, acerca do movimento de trânsito de traduções entre editoras, em entrevista intitulada “A patrulheira das traduções” para Romagnolli (2011), a cópia pura e simples de traduções antigas que são atribuídas a um outro tradutor; a tentativa de disfarce da cópia, através de adulteração da tradução; e, ainda, a cópia de traduções portuguesas com adaptações para o português do Brasil, mas sem sucesso pleno. E esses seriam apenas alguns exemplos. De todo modo, na entrevista Bottmann esclarece que, em geral, as cópias costumam ocorrer a partir de edições mais antigas ou esgotadas.

Esses são alguns pontos que colocam questões para o movimento da tradução feita por Moraes Rego entre as editoras Record, Abril, Círculo do Livro e José Olympio, pois desestabilizam a certeza, a evidência da produção de uma

¹¹ As referências para essas publicações se encontram nas entradas de Lee ([1978?]), Lee (1982), (c1960) e Lee (2006), respectivamente, na lista de referências.

¹² Tradutora do inglês, francês e italiano, atua na área desde 1984. Formada em História pela UFPR e mestra em História pela UNICAMP.

“nova” tradução, numa época definida.

Em nossa investigação, especificamente, as quatro edições, pelas editoras Record, Abril, Círculo do Livro e José Olympio, dão crédito à tradutora Maria Aparecida Moraes Rego¹³, o que descarta a hipótese de uma cópia pura e simples. Além disso, uma breve leitura comparativa entre as quatro edições descarta a possibilidade de uma adulteração da tradução; as diferenças encontradas, ínfimas, têm traços de revisões gramaticais. Isso nos faz pensar que se trata de uma concessão da tradução negociada entre as editoras.

Para atestar essa hipótese e entender o movimento da tradução de uma editora à outra, buscamos outros dados nas cópias físicas de que dispomos, de modo que pudemos encontrar o transcrito em 1 no verso da folha de rosto da edição da Abril, e o transcrito em 2 no verso da folha de rosto da edição do Círculo do Livro:

1. “Publicado sob a licença da Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A., Rio de Janeiro.” (LEE, 1982, p. 4);
2. “Licença editorial para o Círculo do Livro por cortesia da Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A.” (LEE, c1960, p. 4).

Tomando o descrito nas transcrições, pertinente às declarações jurídicas de direitos autorais das publicações, fica estabelecido que a concessão da tradução partiu da Editora Record para essas outras duas editoras.

A edição da Editora José Olympio poderia configurar uma exceção, pois não apresenta dados de concessão. Entretanto, temos que considerar que a editora, fundada em 1931, atualmente faz parte do Grupo Editorial Record, pelo qual foi adquirida em 2001, conforme as informações do *site* do próprio Grupo Editorial Record (c2019b). Sendo atualmente integrante do grupo da Editora Record, seria lógico propor que a Editora José Olympio passou a ser a parte responsável pela publicação de *To Kill a Mockingbird*, publicando mais uma vez a tradução de Moraes Rego, que continuou sendo utilizada por algum tempo até que a editora encomendasse uma nova tradução. Veremos essa questão mais adiante.

Com essas considerações, sobretudo, ficamos a par do movimento tido por

¹³ Na edição da editora José Olympio, o nome da tradutora aparece como Maria Aparecida Nóbrega de Moraes Rego.

essa tradução entre as quatro editoras pelas quais é publicada, mas ainda não conseguimos definir seu ano de produção, nem o ano de publicação de todas as edições. As edições das Editoras Abril e José Olympio, diferentemente das demais, possuem ficha catalográfica, em que constam o ano de publicação de 1982, para a da Abril, e 2006, para a da José Olympio (já enquanto parte do Grupo Editorial Record). Entretanto, as edições da Editora Record e Círculo do Livro trazem apenas a data de *copyright* relativo a 1960, ano de publicação do livro em Língua Inglesa. Como a essa altura sabemos que os direitos de publicação da tradução de Moraes Rego foram primeiro da Editora Record, torna-se interessante pensar sobre o período de produção dessa edição.

Para tentar estabelecer um período possível, buscamos outros dados no livro físico de que dispomos para elaboração deste estudo. Neste livro, adquirido em um sebo nacional e, portanto, usado, constam dois pontos que nos chamam atenção: uma referência ao ano de 1978 e outra ao ano de 1981.

A primeira referência consta na sinopse da obra, presente na contracapa do livro. Apresentamos a seguir um recorte dessa sinopse, com destaque para a referência ao ano de 1978:

Gregory Peck interpreta o papel do advogado Atticus Finch na versão cinematográfica do livro de Harper Lee, realizada pela Universal Pictures **há alguns anos** e reprisada com sucesso **em março de 1978** pelo Canal 2, TV Educativa do Rio de Janeiro. (LEE, [1978?], contracapa, grifos nossos).

Podemos observar que a sinopse inicia com a menção ao filme que adapta *To Kill a Mockingbird* (de 1962, de acordo com o *site* IMDb), e que tem como protagonista o ator Gregory Peck, por meio do enunciado “Gregory Peck interpreta o papel do advogado Atticus Finch na versão cinematográfica do livro de Harper Lee”. Em seguida a nota faz referência à distância temporal entre a adaptação cinematográfica e a reprise dessa adaptação em um canal de TV: “realizada [...] há alguns anos e reprisada com sucesso em março de 1978”. Com isso, não só há uma distância temporal entre o filme e sua reexibição na TV, como essa edição da Record deve ser necessariamente posterior à reexibição do filme em “março de 1978”. Essas construções acerca de tempo e espaço acabam por datar a publicação da edição como posterior a 1978.

Já a segunda referência, ao ano de 1981, consta na folha de guarda de nosso

livro físico. Transcrevemo-la: “ganhei este livro da minha avó [...] no dia: 5/7/1981.” (LEE, [1978?]). Escrita à caneta, essa *marca* no livro, que como dissemos é usado, adquirido em um sebo, se trata de um resquício de um dono anterior. Embora essa não seja uma característica comum a todas as versões físicas dessa edição mas, novamente, exclusiva do livro físico de que dispomos, para nossos fins ela estabelece um tempo limite para a publicação, que não terá sido posterior a 1981. Levando em conta esses pontos, consideraremos que a edição publicada pela Editora Record teve sua produção entre 1978 e 1981.

Por sua vez, sobre a edição do Círculo do Livro, que constatamos ser posterior à da Editora Record, podemos ainda fazer algumas considerações com base em Laurence Hallewell (2012), pesquisador inglês e autor de uma tese de doutorado dos anos 1970 intitulada “O livro no Brasil: sua história”. Na tese, definida como uma pesquisa sobre “a história da indústria editorial brasileira” (SUAIDEN, 2012, p. 19), encontramos um detalhamento da história das editoras comerciais no Brasil que se mostra de muita utilidade para alguns pontos que buscamos definir acerca do Círculo de Livro, e mais adiante, acerca da Editora Civilização Brasileira.

Sobre o Círculo do Livro, Hallewell (2012) relata que não se trata de uma editora, mas de uma forma de clube do livro integrante da Editora Abril Cultural, criado em março de 1973. Baseado no sistema Bertelsmann da Alemanha, era constituído da “distribuição gratuita, pelo correio, de uma revista promocional quinzenal, pela qual o leitor, para continuar filiado ao clube, tinha de encomendar no mínimo um livro (entre cerca de uma dúzia).” (HALLEWELL, 2012, p. 753). O Círculo do Livro, de acordo com o autor, se popularizou no início da década de 1980, vendendo “cinco milhões de exemplares em 1982” (HALLEWELL, 2012, p. 753); contudo, parece ter encerrado suas atividades no final da década de 1990, quando foi vendido à R. R. Donnelley Cochrane¹⁴, gráfica que encerrou as atividades no Brasil em 2019 ao entrar com pedido de autofalência, de acordo com matéria do *site* “PublishNews” (2019).

Considerando somente o período de funcionamento do Círculo do Livro, a edição de *To Kill a Mockingbird* por esse clube poderia ter sido publicada entre 1973 e o final dos anos 1990. Contudo, levando em conta o movimento que apontamos,

¹⁴ De acordo com notícias de blogs e publicações informais, como do blog “Livros e opinião”, na matéria “Revista do Livro: a história de uma revistinha famosa que marcou gerações de leitores” (ANTÔNIO, 2019).

de concessão dessa tradução feita pela Editora Record para a Editora Abril e para o Círculo do Livro, consideraremos que a publicação pelo Círculo do Livro ocorreu no mínimo após 1978.

Antes de retomar considerações acerca da Editora José Olympio, tecemos um comentário sobre a tradutora, Maria Aparecida Moraes Rego. Na busca acerca da formação, áreas de atuação, período de atuação etc., da tradutora, muito pouco pôde ser encontrado. Há, contudo, algumas outras traduções que são creditadas à tradutora, como obras de Agatha Christie entre os anos 1970-1990 – *Um acidente e outras histórias* e *Os primeiros casos de Poirot*, pela Editora Nova Fronteira, e *Um acidente e outras histórias*, pela Editora Record – e, nos anos 1990, obras de psicologia, com traduções de textos de Freud. Embora sejam obras diversas, com essas traduções podemos visualizar um pouco das áreas e editoras pelas quais a tradutora transitou e o período em que mais exerceu a função, o que engloba a tradução de *To Kill a Mockingbird*.

A publicação de *To Kill a Mockingbird* pela Editora José Olympio demanda outra reflexão, pois, ainda que a editora tenha publicado a tradução de Moraes Rego em 2006, lançou uma versão repaginada da obra, com nova capa, diagramação e tradução em 2015¹⁵. É o que informa, por exemplo, o *site*¹⁶ dedicado exclusivamente à divulgação do relançamento de 2015:

Para que essa história chegasse de fato aos jovens e adultos que precisavam conhecê-la, a José Olympio **encomendou novas tradução** e capa e cuidou do livro como se estivesse sendo publicado pela primeira vez no Brasil, afinal, ele já estava esgotado há alguns anos e ainda não tinha o alcance que achávamos compatível com a força e importância do título. **A tradução foi atualizada e termos e formas de falar, pesquisados com afinco.** (O SOL, c2015, grifos nossos).

Ao mesmo tempo que comenta a “encomenda de uma nova tradução” realizada pela editora, o recorte também faz referência ao esgotamento da edição anterior, enfatizando que a tradução nova conta com a atualização dos termos e formas de falar. Esses pontos expressam a demanda pela produção da nova tradução partindo

¹⁵ A referência para essa edição da José Olympio com que trabalhamos está na entrada de Lee (2015) na lista de referências.

¹⁶ Sob o título “O sol é para todos”, o *site* <http://www.soleparatodos.com.br/> atualmente está indisponível. Para nos reportarmos a ele, tomamos por base uma atividade acadêmica de graduação de nossa autoria, não publicada, de 2016, e utilizamos também o *site WayBackMachine*, que funciona como arquivador de material cibernético; por meio dele é possível ter acesso à página antiga em: <https://web.archive.org/web/2015112213201/http://www.soleparatodos.com.br/>.

da editora.

Assim, sob autoria de Beatriz Horta, e revisão da tradução de Marina Vargas, a publicação de *To Kill a Mockingbird* pela Editora José Olympio em 2015 apresenta a tradução mais recente que pudemos encontrar da obra no Brasil.

Em um breve comentário sobre a tradutora, Beatriz Horta, e sobre a revisora, Marina Vargas, do mesmo modo que fizemos com a tradutora Maria Aparecida Moraes Rego, destacamos que: Beatriz Horta aparece em alguns locais como tradutora literária e é creditada em obras como *A viagem de cem passos*, de Richard Moraes (2012) pela Record, *O diário de Bridget Jones*, de Helen Fielding (2016) pela Editora Companhia das Letras, *Viver bem é a melhor vingança*, de Calvin Tomkins (2018) pela Editora Autêntica, e, ainda, a polêmica continuação de *To Kill a Mockingbird*¹⁷, *Vá, coloque um vigia*, de Harper Lee (2015) pela Editora José Olympio. Já sob o nome de Marina Vargas é possível encontrar várias obras, por diferentes editoras. Entre elas estão a história em quadrinhos de *To Kill a Mockingbird* pela Editora José Olympio (2019), que já mencionamos, *Estarão as prisões obsoletas?*, de Angela Davis (2018) pela Editora Difel, *Pachinko*, de Min Jin Lee (2020) pela Editora Intrínseca, e *A forma da noite*, de Tess Geritsen (2021) pela Editora Record.

É importante reforçar, especialmente, que a Editora José Olympio trabalhou com duas traduções diferentes em períodos diferentes, a tradução de Moraes Rego em 2006 e a tradução de Horta em 2015, mas não há dados que nos possibilitem afirmar – e não nos propomos a essa investigação no momento – que a tradução mais recente tenha sido produzida tomando por base a tradução anterior.

Considerando o exposto nesta seção acerca das dúvidas pertinentes ao lançamento das diferentes traduções e edições de *To Kill a Mockingbird* no Brasil, sintetizamos a situação de publicação das traduções, ordenadas da mais antiga para a mais recente de acordo com nossa perspectiva, no quadro elaborado a seguir:

Quadro 1 - Cronologia preliminar das publicações de *To Kill a Mockingbird* no Brasil

| Título | Tradutor | Editora | Ano de publicação |
|--------------------|-----------------------------|------------------------|--------------------------|
| O sol é para todos | Fernando de Castro Ferro | Civilização Brasileira | 1963 |
| O sol é para todos | Maria Aparecida Moraes Rego | Record | 1978-1981 |

¹⁷ As controvérsias referentes à publicação de *Vá, coloque um vigia* (*Go Set a Watchman*) serão apontadas na seção “Condições de produção da narrativa: entorno temático e lançamento da obra”.

| | | | |
|--------------------|-----------------------------|------------------|-------|
| O sol é para todos | Maria Aparecida Moraes Rego | Círculo do Livro | +1978 |
| O sol é para todos | Maria Aparecida Moraes Rego | Abril Cultural | 1982 |
| O sol é para todos | Maria Aparecida Moraes Rego | José Olympio | 2006 |
| O sol é para todos | Beatriz Horta | José Olympio | 2015 |

Fonte: Elaboração nossa.

Para fins de organização, as edições da Editora Record e Círculo do Livro ficam expressas pelo período aproximado: a primeira entre 1978 e 1981, a segunda após 1978. A edição da Editora José Olympio fica expressa por duas traduções publicadas: 2006 para a tradução de Moraes Rego e 2015 para a tradução de Horta.

Considerando essa disposição ordenada das traduções, podemos observar que aquela realizada por Fernando de Castro Ferro para a Editora Civilização Brasileira, que ainda não abordamos, se sobressai como a primeira tradução de *To Kill a Mockingbird* no Brasil, ocorrendo de forma quase que simultânea ao lançamento do filme que adaptou a obra e que também chegou ao Brasil em 1963. Esse cenário resulta em um ponto a ser considerado em nosso estudo: a tradução de Ferro em 1963, pela Editora Civilização Brasileira, a primeira tradução da obra para o Português do Brasil, ocorre em um período ainda próximo ao do lançamento da obra em Língua Inglesa (1960).

Para tratar dessas circunstâncias e das condições em que se produz especificamente essa tradução e, principalmente, sua Nota de Apresentação, recorreremos à categoria teórico-analítica de condições de produção na seção nomeada consoante a ela, lidando com as questões analíticas pertinentes na sequência. Antes disso, construímos um percurso teórico sobre o tratamento da subjetividade e do sentido nas perspectivas enunciativas e discursiva de modo a embasar as questões que serão tratadas no capítulo dois.

1.3 O TRATAMENTO DA SUBJETIVIDADE E DO SENTIDO NAS PERSPECTIVAS ENUNCIATIVAS E DISCURSIVA

A presente seção aborda a constituição teórico-conceitual de sujeito e sentido por diferentes perspectivas teóricas, mais precisamente, alinhadas a Émile Benveniste (1989; 1991), linguista radicado na França, sucessor de Antoine Meillet na cátedra de Gramática Comparada e estudioso que, revendo determinados

conceitos propostos nos estudos de Ferdinand de Saussure, se dedicou à Teoria da Enunciação; a Eduardo Guimarães (1989; 2002; 2018), linguista brasileiro precursor dos estudos que compõem a teoria que alia história e enunciação denominada Semântica Histórica da Enunciação; e a Michel Pêcheux (2014), filósofo e um dos fundadores da Análise de Discurso de linha francesa, cujos alicerces são de base materialista.

A constituição desta seção, com foco nesses três autores, parte de nosso objetivo de realizar um estudo enunciativo e discursivo, em uma relação dialética possível no escopo da Análise do Discurso (AD), que prevê a construção de um arcabouço teórico alinhado com a construção do objeto de estudo. Desse modo, nosso objeto é tomado enquanto discurso, mas ainda considerando elementos próprios de sua enunciação. Por esse viés, entendemos que os estudos de Guimarães (1989; 2002; 2018) oferecem um olhar prolífico sobre categorias do interior da AD, como a tomamos a partir de Pêcheux (2014) e outros¹⁸, enquanto que uma retomada dos estudos de Benveniste (1989; 1991), por outro lado, torna-se interessante, e necessária, como forma de entender e aprofundar alguns conceitos incorporados por Guimarães em sua teoria.

Organizamos esta seção de modo a iniciar com as reflexões de Benveniste, seguindo com a abordagem de Guimarães, e finalizando com a reflexão de Pêcheux; organização que, em nossa perspectiva, segue o rigor teórico necessário ao que compete a apresentar conceitos de enunciação e discurso, e a ajustar as similaridades e dissimilaridades dos conceitos para construir relações possíveis, e fundamentais, entre as teorias.

1.3.1 A perspectiva de Benveniste

Émile Benveniste, linguista nascido na Síria e naturalizado francês, produziu inúmeros artigos ao longo de sua trajetória como pesquisador. No Brasil, contudo, sua obra foi mais difundida através das publicações *Problemas de linguística geral I* (publicado em 1966 em francês) e *Problemas de linguística geral II* (publicado em 1974 em francês), obras com que trabalhamos nesta seção.

De acordo com o que nos informa o prefácio de *Problemas de linguística geral*

¹⁸ Além de Pêcheux, nos reportamos, ainda, a alguns textos de pesquisadores que seguem a linha teórica de reflexão desse autor.

II escrito por Moïnfar¹⁹ (1989), Benveniste escolheu 28 artigos entre seus textos publicados de 1939 a 1964 para a elaboração do primeiro volume, *Problemas de linguística geral I*. Estes foram organizados em seis seções: I. Transformações da linguística; II. A comunicação; III. Estruturas e Análises; IV. Funções sintáticas; V. O homem na língua; VI. Léxico e cultura.

Para *Problemas de linguística geral II*, ainda de acordo com Moïnfar (1989), a escolha de 20 estudos produzidos entre 1965 e 1972 partiu de Moïnfar e Lejeune²⁰, em virtude de uma demanda de alunos e estudiosos, e estes estudos foram organizados nas mesmas seis seções do primeiro volume sob a supervisão de Benveniste. Como o próprio título das obras indica, o conteúdo dos estudos não trata do desenvolvimento de uma teoria geral dentro da linguística, mas de problemas pertinentes às diferentes esferas de que a linguística se apropria em seu campo. A organização entre as diferentes seções dos dois volumes nos dá um indicativo sobre essas esferas e resulta em diferentes questionamentos para os estudiosos da linguística naquilo que se refere à delimitação de seu objeto e suas abordagens.

A linha de pesquisa a que Benveniste se filia, da Teoria da Enunciação, está presente na perspectiva que o autor apresenta para estes problemas de linguística, com destaque para sua abordagem que ora é próxima ao desenvolvido por Saussure, ora ao desenvolvido por Bréal²¹. Na qualidade de sucessor de cátedra de Antoine Meillet²², linguista francês muito influenciado por Bréal e Saussure, Benveniste participa ativamente do conhecimento produzido por estes três mestres, retomando à sua maneira tais conhecimentos.

Dessa forma, enquanto a pesquisa desenvolvida por Saussure se concentra no estabelecimento da Linguística como uma ciência autônoma e na definição de seu objeto, a língua, como um sistema de signos arbitrários, regulados por diferentes relações de antinomia (conceito/imagem acústica, sincronia/diacronia, imutabilidade/mutabilidade etc.), Benveniste se concentra em estudos sobre as condições em que a língua se converte em discurso pelo ato de fala individual, a

¹⁹ M Dj Moïnfar, responsável pela seleção de textos e organizador de *Problemas de linguística geral II*, prefacia o volume.

²⁰ Michel Lejeune, juntamente com Moïnfar, é aquele que apresenta a ideia de um segundo volume de *Problemas de linguística geral* junto a Benveniste.

²¹ Michel Bréal, filólogo e linguista dedicado aos estudos comparados entre línguas, inaugura os estudos semânticos na Europa em 1897 com o lançamento de *Essai de Semantique: Science Des Significations (Ensaio de semântica: ciência das significações)*.

²² Linguista francês e um dos principais nomes da linguística do século XX.

enunciação, e passa a investigar o funcionamento da subjetividade na linguagem a partir da base proporcionada por Saussure²³.

É a partir deste ponto principal, a questão da subjetividade e o funcionamento do aparelho formal da enunciação, centrados no ato de fala individual, que Benveniste teoriza e problematiza o falante e o simbólico, dois domínios diretamente relacionados aos conceitos de sujeito e sentido. E é por esse olhar, mais uma vez, que percebemos a aproximação que o autor realiza entre o ponto de vista de Saussure (2012), tratado por Benveniste como “o caráter semiótico da língua”, concentrado no sistema de signos, e o ponto de vista de Bréal, tratado por Benveniste como “o caráter semântico da língua”, concentrado na subjetividade marcada, realizada no trabalho do homem com a linguagem através da história. Discorreremos a seguir sobre as implicações desse olhar.

O primeiro capítulo do segundo volume de *Problemas de linguística geral* nos oferece uma visão abrangente e cronologicamente evolutiva sobre esses pontos. Parte da seção “Transformações da linguística”, o capítulo intitulado “Estruturalismo e linguística” constitui-se de uma entrevista de Benveniste para o jornalista e escritor francês Pierre Daix publicada em 1968. De um modo geral, Benveniste (1989) faz um apanhado sobre como a Linguística se desenvolveu a partir de Saussure e está organizada no momento da entrevista, de acordo com as correntes teóricas que têm ganhado destaque e desenvolvimento. Benveniste, então, aponta motivos pelos quais a Linguística era considerada ciência piloto para outras áreas na época, e aponta também os caminhos pelos quais ela deveria ou não deveria seguir.

O que queremos destacar dessa entrevista é a distinção marcada que o autor produz para o “semiótico” e o “semântico” da língua, como mencionamos. De acordo com Benveniste (1989), estes são os dois domínios, ou modalidades, de sentido²⁴ que organizam o sentido e fazem com que a língua admita a polissemia. Para o autor, o signo saussuriano é uma unidade semiótica²⁵ pois é fechado sobre si

²³ Reconhecemos que Saussure (2012) trata amplamente do papel do falante na língua e do processo que ocorre na mente do falante para que o falado seja compreendido, processo que diz respeito à constituição do signo, mas o autor não se volta para o ato de fala como aquele pelo qual o falante se coloca na língua e no mundo, o que é desenvolvido por Benveniste (1989; 1991).

²⁴ Embora muitos autores façam uma distinção entre “sentido” e “significado”, utilizando o segundo quando se trata de abordar o “semiótico” da língua, a tradução de *Problemas de linguística geral II* nos apresenta “modalidades de *sentido*” referindo-se ao semiótico e ao semântico (BENVENISTE, 1989, p. 21, grifo nosso).

²⁵ Diferentemente da abordagem que apresentamos a partir de Benveniste, Saussure (2012) não trata da semiótica, mas da semiologia.

mesmo, não tem história nem contexto; só lhe é exigido que seja reconhecido como tendo sentido ou não. Por outro lado, para Benveniste (1989, p. 21), a semântica “é o ‘sentido’ resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles.” Este é o domínio do imprevisível que se dá pela abertura que tem para o mundo; é, assim, o domínio da língua em emprego, em ação.

O domínio semântico é entendido por Benveniste como aquele que não compreende somente a língua, como é dado, na leitura que o autor realiza, para o domínio do semiótico, mas que compreende também o contexto e a história. Como Benveniste (1989) apresenta mais adiante no capítulo “A forma e o sentido na linguagem” da seção “O homem na língua”, é através da semântica que podemos perceber a função mediadora da língua entre o homem e o homem e, ainda, entre o homem e o mundo, pois ela está na atividade do locutor que coloca a língua em ação.

Consequentemente, enquanto voltada para o emprego e abrangendo o contexto, Benveniste (1989) argumenta que a semântica tem sua expressão por excelência no enunciado, ao invés do signo tal qual na acepção saussuriana, recebendo o sentido pelo viés da cultura. Esse se revela um dos grandes “problemas” para a Linguística da atualidade de 1968 apontados por Benveniste na entrevista concedida a Pierre Daix: a aproximação entre a língua e a cultura, pois é esta que “distingue o que tem sentido, e o que não tem.” (BENVENISTE, 1989, p. 22).

Embora nesse momento não seja apresentado como esses conceitos podem ser analisados em conjunto, Benveniste deixa claro que eles não podem ser isolados, ficando a cargo das novas linhas teóricas buscar formas de estudá-los, já que “Nenhuma língua é separável de uma função cultural.” (BENVENISTE, 1989, p. 23-24). É reforçando essa busca pelo conhecimento que Benveniste finaliza a entrevista, enfatizando que o foco da Linguística não é a origem da língua, mas seus fundamentos, e seu fundamento essencial é o seu caráter simbólico como poder de significação.

Pelo entendimento de que seu poder de significação não é dado apenas pela língua, encontramos a aproximação de língua e cultura posteriormente no capítulo “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, da seção “Estruturas e análises”, ainda no segundo volume de *Problemas de linguística geral*, desta vez pelo viés da

sociedade que, para o autor, é onde funda-se a linguagem.

Nesse capítulo, Benveniste (1989) aponta de que maneira a língua e a sociedade não podem ser analisadas da mesma forma: embora sejam compreendidas como duas estruturas, não são estruturas coincidentes. O autor ainda prossegue propondo que não há correspondência nem de estruturação, nem de natureza entre elas; língua não implica sociedade, e uma evolui separadamente da outra.

Entretanto, o autor indica como as duas se aproximam a partir de caracteres comuns:

Língua e sociedade são para os homens realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza, se assim se pode dizer, o meio natural e a expressão natural, coisas que não podem ser concebidas como outras que não são e que não podem ser imaginadas como ausentes. Uma e outra são sempre herdadas, e não se imagina no exercício da língua e na prática da sociedade, neste nível fundamental, que tenha podido existir um começo tanto em uma quanto em outra. Nem uma nem a outra podem ser mudadas pela vontade dos homens. (BENVENISTE, 1989, p. 96).

O estudioso argumenta, desse modo, que o princípio da sociedade de ser suporte e condição da vida coletiva e individual é imutável perante a ação do homem (entendendo que o homem por vontade e decisão própria não é capaz de mudar a natureza da sociedade), de forma que, à sua semelhança, o sistema fundamental da língua também é imutável perante a ação deliberada do homem.

Vemos nessa perspectiva o estabelecimento, por Benveniste (1989), de uma dupla natureza paradoxal da língua à semelhança do pensado por Saussure a respeito de língua e massa falante: a língua é imanente ao indivíduo e, ao mesmo tempo, transcendente à sociedade (para Saussure, características presentes nas propriedades de imutabilidade e mutabilidade do signo). Benveniste (1989), contudo, avança ao tomar língua e sociedade em uma relação mais causal estabelecida pela enunciação: a relação semiológica do interpretante com o interpretado, em que o autor entende a língua como aquela que interpreta e contém a sociedade – o interpretado – através da enunciação pelos sujeitos.

É por isso que, para o autor, “A sociedade torna-se significativa na e pela língua [...]” (BENVENISTE, 1989, p. 98). Dentro dessa perspectiva, é a língua que fornece uma estrutura formal ao falante que serve de base para o exercício da fala. Além disso, se novamente nos reportamos ao capítulo “A forma e o sentido na

linguagem”, Benveniste (1989, p. 222) atesta com propriedade a interdependência de língua e sociedade pela significação: “Se nós colocamos que à falta de linguagem não haveria nem possibilidade de sociedade, nem possibilidade de humanidade, é precisamente porque o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar.” A língua, nestes termos, funciona nos moldes de um instrumento, que tem forma dupla, subjetiva e referencial, pela significação.

Igualmente, a polissemia, que o autor havia tratado rapidamente em outros momentos, é delimitada como aquela que “resulta desta capacidade que a língua possui de *subsumir* em um termo constante uma grande variedade de tipos e em seguida admitir a variação da referência na estabilidade da significação.” (BENVENISTE, 1989, p. 100, grifo do autor).

Por meio desse excerto da exposição de Benveniste, entendemos que, quando o autor se reporta ao domínio semântico da língua, que compreende o contexto e a história, este é muito mais referencial, e circunstancial, do que ideológico, pautado pelas escolhas do momento da enunciação ou, ainda, pelo acontecimento da enunciação, e assim significante por aquilo a que conta como referência no tempo e instância da enunciação.

Por este viés, entendemos o lugar que a cultura ocupa na teoria de Benveniste, por sua vez, como o lugar que seria do ideológico para outras teorias, por exemplo. Benveniste (1989, p. 20-21) reitera que “A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite.” É a língua que, enquanto prática humana, assim, revela os usos particulares de grupos ou classes através da escolha de vocabulário e estilo, por exemplo.

Benveniste (1991), contudo, não deixa de problematizar a propriedade instrumental da língua enquanto prática humana, reforçando que essa seria uma simplificação da linguagem, posto que não é de interesse primordial conhecer a origem desta, o que se pode subentender ao propor que seja fabricada na forma de ferramenta que serve para uma troca entre sujeitos. Segundo o autor, que como vimos se interessa pelo caráter simbólico que dá fundamentação à língua, a propriedade instrumental não é a natureza desta, tem lugar secundário, como percebemos no trecho “A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou.” (BENVENISTE, 1991, p. 285).

Essas reflexões estão já no primeiro volume de *Problemas de linguística geral*, em que o autor também argumenta que o homem não existe separado da linguagem. Ora, se a sociedade toma suas condições de existência na e pela língua, e o homem não existe separado da linguagem, entendemos que também nisto está a propriedade dual da língua que Benveniste explica, de ser referencial e subjetiva.

É a linguagem que dá condições de existência ao sujeito e, assim, se caracteriza como subjetiva: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 1991 p. 286, grifos do autor), ou a consciência de si. A capacidade de se colocar como locutor ao enunciar de que o autor trata, a emergência do ser na linguagem, é uma propriedade fundamental que caracteriza a subjetividade.

Por outro lado, é através do estatuto linguístico da pessoa estabelecido na polaridade eu-tu (a correlação de subjetividade) que podemos também perceber a propriedade referencial da linguagem. Nos termos do autor, a consciência de si torna-se conhecimento de si por contraste a um *tu* (alocução) em um quadro reversível da posição *eu* e *tu*, de modo que “A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso.” (BENVENISTE, 1991, p. 286, grifos do autor). Enquanto eu-tu são formas linguísticas que indicam a pessoa, conforme expressa o autor, *eu* não remete nem para um conceito, nem para um indivíduo: “eu se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor.” (BENVENISTE, 1991, p. 288).

Desse modo, e continuando a leitura de Benveniste, *eu* só pode ser identificado em uma instância de discurso e só tem referência atual: designa o locutor que se enuncia como sujeito. Ou, ainda, como o autor nos apresenta em outro capítulo: “Essas denominações não nos informam nem sobre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas.” (BENVENISTE, 1991, p. 248). Informam apenas como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras, como se diferenciam entre elas.

É a organização da linguagem que permite a cada locutor se designar como *eu*, remetendo sempre ao ato de fala individual. De acordo com Benveniste (1991), a fala assume uma função instrumental pela possibilidade de troca que detém, mas, para que tenha essa função, ela precisa justamente ser habilitada pela linguagem e, ao mesmo tempo, representa sempre a sua atualização. Assim, “A linguagem é,

pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão [...]” (BENVENISTE, 1991, p. 289) – e, de forma paradoxal, não há subjetividade sem linguagem.

É pela propriedade dessas formas vazias, de que Benveniste (1991) trata, de serem ocupadas a cada vez por diferentes indivíduos e indicar diferentes instâncias, que *eu* e *tu* são a cada vez únicos. E do mesmo modo funcionam os indicadores da dêixis, que têm o mesmo estatuto dos pronomes pessoais e dependem destes, pois é o tempo do locutor que organiza a temporalidade do discurso. Isso faz com que esse presente, relativo ao locutor, tenha sua temporalidade estabelecida a partir de um dado linguístico, “a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve. A marca temporal do presente só pode ser interior ao discurso.” (BENVENISTE, 1991, p. 289). São essas formas vazias que organizam as relações espaciais e temporais em torno do sujeito, que é tomado como o ponto nuclear de referência.

A divisão temporal, assim, se dá em referência ao presente do locutor determinado pelas instâncias de discurso. Em outro momento, Benveniste (1989, p. 85) reforça acerca da temporalidade da enunciação, mas também sobre a subjetividade, afirmando que “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo.” É a partir das noções de subjetividade e temporalidade, principalmente, que podemos definir o que é a enunciação.

A enunciação, que dá nome à teoria pela qual Benveniste ficou conhecido, de acordo com o próprio autor “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” (BENVENISTE, 1989, p. 82), questão que tangenciamos até este momento, mas que, de certo modo, estivemos sempre debatendo e podemos então definir após trabalhar com o arcabouço de conceitos que lhe dá fundamentação. A enunciação, assim, “é o ato mesmo de produzir um enunciado [...]” (BENVENISTE, 1989, p. 82), pelo que se converte individualmente a língua em discurso.

No capítulo “O aparelho formal da enunciação”, da seção “A comunicação”, do segundo volume de *Problemas de linguística geral*, Benveniste (1989) propõe que, antes de haver enunciação, a língua (a base formal) representa uma possibilidade que, ao se tornar enunciação, é efetuada em discurso, ganhando sentido. Desse modo é que o locutor se apropria do aparelho formal da língua e

enuncia a sua posição de locutor; os indivíduos linguísticos, ou melhor, os enunciadores, são produzidos por esse acontecimento individual (enunciação) e “são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo.” (BENVENISTE, 1989, p. 85).

Finalizamos a exposição acerca de Benveniste propondo que, para o autor, à semelhança de Bréal (1992, p. 161) que supõe “o elemento subjetivo como o mais antigo”, a subjetividade é a condição central de sua proposta, o aspecto que organiza todos os conceitos. Se, de acordo com Bréal (1992, p. 161), a subjetividade, “Não se trata, pois, de um acessório, de uma espécie de superfluidade, mas ao contrário de uma parte essencial, e sem dúvida do fundamento primordial ao qual o resto foi sucessivamente ajuntado”, Benveniste dá um passo adiante, tomando não somente a subjetividade como central em seus estudos, mas se voltando também para a sua característica intersubjetiva estabelecida na relação discursiva de *eu-tu*.

Pois, enquanto Benveniste (1989; 1991) volta-se para o ato individual de fala, para a língua em ação tomada como discurso, esta passa a se tratar da “língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação linguística.” (BENVENISTE, 1991, p. 293, grifo do autor). Na dualidade de sujeito e referência, pudemos explorar as preocupações de Benveniste sobre o falante e o simbólico que delineiam os conceitos de sujeito e sentido na perspectiva do autor. Prosseguimos abordando esses conceitos na visão de Eduardo Guimarães.

1.3.2 A perspectiva de Guimarães

Eduardo Guimarães, linguista brasileiro, é o pesquisador precursor da teoria que alia história e enunciação e se desenvolve no Brasil sob a denominação de Semântica Histórica da Enunciação. Esta teoria dedica-se ao estudo dos aspectos semânticos dos acontecimentos sócio-históricos constituídos na e pela linguagem, ou, já nas palavras do autor, trata-se de “uma semântica que analisa enunciados e expressões no acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2018, p. 9).

A pesquisa desenvolvida por Guimarães (1989; 2002; 2018) segue em grande medida aquela desenvolvida por Benveniste, mas apresentando um novo olhar, de modo que um grande deslocamento desta teoria se trata da enunciação tomada

como o acontecimento da produção do enunciado, e não do sujeito que enuncia, o locutor. Esse deslocamento teórico, realizado a partir de outras leituras que influenciaram Guimarães²⁶, altera as concepções de sujeito e temporalidade – e arriscamos dizer, de simbólico – daquelas presentes em Benveniste, pois estas passam a ser concebidas e a se organizar a partir do acontecimento da enunciação.

Em um primeiro momento, é possível perceber que, enquanto a enunciação está centrada na apropriação da língua por um locutor na perspectiva de Benveniste (1989), caracterizada por ser um ato individual de linguagem, na perspectiva de Guimarães (1989), este é um ato relativo à língua. Em trabalhos mais iniciais como “Enunciação e história”, do livro *História e sentido na linguagem*, de 1989, o pesquisador brasileiro chama a atenção para essa característica do ato de apropriação da língua que faz com que a intersubjetividade seja também constituída na língua, e não em seu exterior. Esse destaque dá a dimensão do porquê, na visão de Guimarães (1989, p. 72) a enunciação “não é um ato de um locutor relativamente a um interlocutor”, mas um ato relativo à língua.

A leitura que o autor realiza sobre as concepções de Benveniste nos indica que a “intersubjetividade é algo previsto no sistema da língua, não é uma construção da enunciação.” (GUIMARÃES, 1989, p. 72). Isso está de acordo, por sua vez, com as questões que abordamos, a partir de Benveniste, acerca do modo pelo qual a língua está organizada a partir de formas vazias; formas de que o falante se apropria para se constituir sujeito em relação a outra constituição de sujeito. É na possibilidade de emergência do ser na linguagem, pelas formas de *eu-tu*, que está uma propriedade fundamental para caracterizar a subjetividade em Benveniste (1991).

Guimarães (1989; 2002), por outro lado, ao se preocupar com questões sócio-históricas na enunciação por um viés diferente daquele que evocava termos como sociedade e cultura em Benveniste (1989; 1991), dá indícios para um deslocamento na constituição de sujeito já no texto de 1989. Esses indícios se consolidam em uma posição teórico-metodológica mais estruturada no texto de 2002, *Semântica do acontecimento*, posição que é mantida desde então nas análises enunciativas do autor.

²⁶ Para situar o leitor, adiantamos que essas leituras tratam-se de textos de Foucault ([1969] 1986), Ducrot (1984), Orlandi (1987; 1988) e Pêcheux (1969; [1975] 1988), que serão comentados no texto mais adiante.

Nessa obra, Guimarães (2002) revê e aprofunda o que é desenvolvido em 1989, de modo que, embora ainda se dedique a estudar o locutor no enunciado, o que o pesquisador brasileiro nos propõe é um descentramento do sujeito: este não é nuclear da enunciação, o nuclear é o acontecimento da enunciação. O sujeito, por sua vez, está agenciado no acontecimento da enunciação por um lugar social do qual enuncia.

A enunciação é, para Guimarães (1989), portanto, o acontecimento que produz enunciados, ou melhor, o “acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado.” (GUIMARÃES, 1989, p. 78). A enunciação, no olhar do autor, não se trata mais de um ato individual de um locutor como em Benveniste (1989), mas a produção da significação em um acontecimento. Já a língua, ainda nessa perspectiva, não é abstrata, mas histórica, sendo definida no livro *Semântica: enunciação e sentido*, de 2018, como pautada por práticas e relações que fundamentam seu funcionamento. Essas considerações representam uma mudança na concepção do conceito de sujeito, bem como do sentido, para a teoria a que Guimarães se filia.

A noção de enunciação como acontecimento descentra a significação a partir de um sujeito que só se constitui pela língua e desloca a significação de uma referência contextual, relativa ao tempo e instância da enunciação. A visão de enunciação de Guimarães, já presente em *História e sentido na linguagem* de 1989, tem sua significação através do entendimento de que um indivíduo não se apropria simplesmente da língua, mas é tomado no acontecimento da enunciação como sujeito historicamente situado. Isso faz com que esse sujeito passe a ocupar diferentes lugares de enunciação, pois estes são constituídos historicamente, representando-se de modo diverso nos enunciados do acontecimento da enunciação.

Além disso, a visão de enunciação do autor também atravessa o entendimento de que a propriedade de referência da língua não deve mais ser tomada como temporalmente relativa ao presente do locutor, como vimos a partir de Benveniste (1989; 1991), mas deve ser tomada em suas condições históricas e sociais. Essa é uma abordagem teórico-conceitual mais bem delimitada no texto de 2018, de modo que o autor esclarece que é o acontecimento da enunciação que dá sua temporalidade, sendo também o acontecimento que produz sentidos. Desse modo, nas palavras do autor, “o sentido se produz pela enunciação, pelo

acontecimento de funcionamento da língua.” (GUIMARÃES, 2018, p. 22).

É assim que para Guimarães, na obra *Semântica do acontecimento*, de 2002, o sujeito não é mais compreendido como a “origem do tempo da linguagem [...]” (GUIMARÃES, 2002, p. 12), o que faz com que seja descentrado do ponto de vista de que não é nuclear da enunciação e está também já tomado em meio a condições históricas e sociais relativas à enunciação. Enquanto tomado no acontecimento da enunciação, “o falante não é uma pessoa física, é um *lugar de enunciação* determinado pela relação com a língua, no que chamamos espaço de enunciação.” (GUIMARÃES, 2018, p. 22, grifos nossos). Logo, o dizer não parte do sujeito, mas de um imaginário historicamente construído que estabelece relações do sujeito com o mundo e com o outro, pautando os lugares que ele pode vir a ocupar no discurso.

Em vista disso, precisamos esclarecer para este ponto que a visão de descentramento do sujeito tomada em Guimarães (2002) se dá por influência da Análise do Discurso e de leituras de Ducrot²⁷ (1984) sobre polifonia e argumentação. No texto de 1989, o pesquisador brasileiro passa a cercar-se de teóricos como Ducrot (1984) e, ainda, Foucault ([1969] 1986)²⁸ como forma de construir um conceito histórico de enunciação. Entretanto, é estabelecendo os limites das produções teóricas desses autores que Guimarães se propõe definir esse conceito, pelo menos em parte, através do descentramento do sujeito.

Embora Ducrot (1984) tome em seus estudos o conceito de descentramento do sujeito, que já era trabalhado na Filosofia da Linguagem russo-soviética no final da década de 1920 por Volóchinov (1929)²⁹, e viria a ser retrabalhado por Michel Pêcheux no desenvolvimento da AD, sua perspectiva ainda é voltada para o desenvolvimento do conceito em meio à língua em ação. Essa característica, em nossa visão, atrela o funcionamento da língua à passagem de tempo na forma de diacronia e à condição de não-repetibilidade do enunciado que é vinculada ao contexto situacional de enunciação, característica que configura pressupostos de uma causalidade mecânica, deterministas, opostos aos da teoria baseada no descentramento do sujeito que Guimarães desenvolve.

²⁷ Oswald Ducrot, semanticista francês dedicado aos estudos semânticos e suas relações com o funcionamento da enunciação e da argumentação.

²⁸ Michel Foucault, filósofo e historiador das ideias. Mais especificamente, Guimarães (1989) se reporta ao texto *A arqueologia do saber*, de Foucault ([1969] 1986).

²⁹ Nos reportamos à obra russa *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, de Valentin Volóchinov, de 1929 (VOLÓCHINOV, 2018).

Portanto, quando se reporta a Ducrot (1984), Guimarães trata de negar a irrepetibilidade da enunciação justamente por que, enquanto tomada pelo simbólico, a enunciação não só comporta a repetibilidade, como é atualizada por ela. É por isso que a enunciação, no modo como é entendida por Benveniste (1989; 1991), Ducrot (1984) e outros teóricos da enunciação, para Guimarães (1989) trata-se de uma concepção teórica que toma a história como tempo, considerando, principalmente, que o caráter de irrepetibilidade da enunciação é “o lugar do sempre novo.” (GUIMARÃES, 1989, p. 73). Como este pesquisador pretende sair da perspectiva temporalista, propõe-se a elaborar um conceito de enunciação que a caracterize, entre outros aspectos, simbolicamente através do social.

Consequentemente, ainda na tentativa de delimitar seu lugar de estudos no texto de 1989, Guimarães também retoma teóricos como Pêcheux e Orlandi, da Análise de Discurso. Estes, por sua vez, têm uma visão sobre o histórico que vem ao encontro daquela proposta por Guimarães: não voltada para uma causalidade mecânica e temporal, mas para as relações existentes entre os sujeitos que estão sempre e já tomados no simbólico.

É a partir desse lugar de estudos que o autor defende que “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.” (GUIMARÃES, 2002, p. 11). As aproximações com a AD permitem ao autor pensar, em grande medida, sobre essa visão de histórico e social, além do já discutido descentramento do sujeito, como um deslocamento que coloca a história para a enunciação para caracterizá-la socialmente e como condição de produção de sentidos.

Enquanto disciplina localizada no entremeio de língua, ideologia e história, a AD desenvolve um arcabouço teórico que explora domínios essenciais à Semântica Histórica da Enunciação, dentre os quais destacamos os conceitos de formações imaginárias e formações discursivas. Considerando que nos deteremos sobre a visão de Pêcheux, teórico da AD, logo mais, nos contentamos em definir, por ora, que, na perspectiva de Guimarães (1989), o caráter histórico da linguagem é ser linguagem com outros elementos e nas suas relações com o sujeito, pautada pelo simbólico das relações.

O autor nos mostra, na elaboração de seus estudos, que o enunciado é elemento de uma prática social, assim como uma unidade discursiva, na medida em que possui um caráter necessariamente relacional com outros enunciados e com o

exterior da linguagem. Para Guimarães (1989, p. 73), a definição do enunciado inclui: “uma relação com o sujeito, mais especificamente com posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala.” A historicidade da linguagem, para Guimarães (1989), portanto, está também no caráter relacional do enunciado com o interior e exterior da linguagem: algo só é enunciado se relacionado a outros enunciados, é a condição que faz parte de seu modo de existência.

Por sua vez, em produções mais recentes como *Semântica: enunciação e sentido*, de 2018, o pesquisador ainda reforça a ideia de que considera o enunciado como a unidade de análise semântica, e de que este é definido pela relação de integração ao texto, pois a forma de integração também é constitutiva do sentido dos enunciados e das expressões que o compõem. Nessa perspectiva, o enunciado apresenta uma independência relativa, pois, ainda que considerado unidade, só pode ser definido relativamente ao todo ao qual está integrado, em um acontecimento da enunciação.

Contudo, para impedir que essa visão do caráter relacional se torne mais mecanizada, por comparação a sistema, e perca de vista o histórico a que o autor se propõe definir com propriedade, Guimarães (1989) se reporta também à perspectiva de Saussure, ou até mesmo à perspectiva que Benveniste (1989; 1991) assume de Saussure, como argumento. O autor esclarece que “interessa considerar a língua como um ‘conjunto’ de relações, sem contudo nos interessar a noção de sistema.” (GUIMARÃES, 1989, p. 75), pois os signos que compõem o sistema não são os constituintes de enunciados.

Precisamos retomar a afirmação do autor de que “Nada se mostra a si mesmo na linguagem.” (GUIMARÃES, 1989, p. 74) para entender essa questão. Considerando o caráter histórico levantado por Guimarães, a visão de sistema não é a que oferece suporte ao estudioso porque, nessa perspectiva, é a historicidade do enunciado que torna possível os enunciados se constituírem como linguagem, como discurso e como signo. Assim, a linguagem por si só não constitui sentido, o que lhe dá constituição são os enunciados.

Se em Benveniste (1989; 1991) encontramos uma definição para dois domínios de sentido, o semiótico e o semântico, um da língua e outro da enunciação, em Guimarães (1989; 2002; 2018) não há essa separação. Nos estudos do autor, isso é possível ao mostrar que os signos são constituídos pelos

enunciados, ainda que o enunciado não seja pré-existente ao signo. O signo, desse modo, não tem definição pela relação com os outros signos do sistema de que é parte, mas pelas relações dos enunciados que o constituem e modificam.

É por isso, também, que, à revelia de Saussure (2012), Guimarães (1989, p. 76) define a língua “como uma dispersão de regularidades linguísticas constituídas sócio-historicamente”. São os enunciados que dizem sobre o signo, como se relacionam e se opõem, dando um sentido sócio-historicamente constituído às regularidades da língua. Da mesma forma, o mundo “para ter sentido passa a ser enunciado (nos dois sentidos), ou melhor, enunciados, e portanto ele está no discurso segundo certas posições do sujeito que os indivíduos podem ocupar.” (GUIMARÃES, 1989, p. 74).

Como forma de comprovar essa ideia, o autor nos apresenta alguns enunciados como: “Vou *acessar* a memória do PC.” e “Eu *acesso* o computador.” (GUIMARÃES, 1989, p. 77, grifos do autor), em que “acessar” se forma da junção *acess* + *ar*, que não funciona como sinônimo de *ter acesso*, mas de forma mais restrita. Esses enunciados não são o resultado de um ato individual. Nas palavras do autor, “O aparecimento destes enunciados é um acontecimento que tem características de certas condições sociais e históricas.” (GUIMARÃES, 1989, p. 78). E, como condições para que o acontecimento enunciativo produza esses enunciados, o teórico aponta o aparecimento do computador, sua condição de existência socialmente etc., condições que dizem respeito às relações de sujeitos em práticas históricas e sociais.

Sendo assim, Guimarães (1989, p. 78) aponta que “não é a concretização física (temporal, espacial, inclusive) que é criadora dos enunciados em questão e nem mesmo da nova forma lexical. Esta criação está ligada a um domínio de enunciados onde esta forma e outras se dão.” É a materialidade sócio-histórica do enunciado que dá condição de sua existência, dá também sentido e assim possibilita sua repetibilidade no tempo, podendo ter seu sentido alterado por outro acontecimento enunciativo.

Finalizamos a exposição de Guimarães (1989; 2002; 2018) apontando que, para explicar como a teoria se organiza, o autor principia por refutar a individualidade do ato da enunciação como é tomada em Benveniste (1989; 1991) para que a enunciação se proponha histórica. Para o autor, portanto, é a historicidade do enunciado que faz com que os enunciados possam se constituir

como linguagem. A historicidade, na acepção do autor, pode ser definida em termos de um social historicamente constituído e de uma temporalidade e um sujeito que não são nucleares da enunciação. Desse modo, sujeito e sentido são definidos através do próprio acontecimento da enunciação, que está tomado em seu viés histórico.

1.3.3 A perspectiva de Pêcheux

As aproximações entre Benveniste e Guimarães, bem como a retomada das relações que podem ser propostas entre esses e outros autores, principalmente Saussure, dão um aporte necessário para entendermos em que termos são produzidas concepções como as de subjetividade e sentido, e possibilitam que avancemos para o ponto de vista da Análise de Discurso acerca dessas concepções. Alinhamo-nos, neste enfoque, à Análise de Discurso francesa de base materialista na forma em que é apresentada, portanto, em textos de Michel Pêcheux, em textos de outros pesquisadores que realizaram estudos em coautoria com ele, e em textos que, de um modo geral, seguem a linha de reflexão desse filósofo francês.

Diferentemente das perspectivas abordadas até então, ancoradas em estudos da Ciência da Linguagem e teorizadas por linguistas, o estabelecimento de pressupostos epistemológicos da AD se inicia na forma de crítica às Ciências Sociais, principalmente à Psicologia Social. Essa crítica, contida nos primeiros textos de Thomas Herbert³⁰, pseudônimo utilizado por Michel Pêcheux no começo de sua consolidação como pesquisador, parte de um filósofo, e não de um linguista. Não sendo esta a única característica peculiar do estabelecimento deste campo de estudos, lembramos ainda a ambição dos pesquisadores (Pêcheux, já sob sua identidade cartorial, em conjunto com Linguistas) de que a AD viesse a ser uma disciplina com uma identidade própria, uma ciência autônoma dedicada ao discurso: nem parte da Linguística, nem parte da Psicologia, nem parte da Sociologia, e menos ainda uma simples junção dessas três áreas do conhecimento.

Sem entrarmos no mérito do alcance ou não de tal objetivo, deixamos claro o lugar específico de entremeio que caracterizou o surgimento da AD no final da

³⁰ Os escritos sob o pseudônimo de Thomas Herbert datam dos anos 1966-1968. Seu texto inaugural, "Observações para uma teoria geral das ideologias", de 1967, aborda o problema da separação entre práticas ideológicas e não-ideológicas a partir de Althusser.

década de 1960 e demonstramos a necessidade de se pensar, a partir disso, o que tal lugar representou/representa para o desenvolvimento deste campo de estudos, e de seu arcabouço teórico, que aliou diferentes domínios para pensar sobre uma “semântica discursiva”. É o que relata Eni Orlandi, pesquisadora pioneira da AD no Brasil, em “O objeto de ciência também merece que se lute por ele”, texto de abertura da obra *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje* de Denise Maldidier³¹: “A filosofia, as ciências da linguagem e as ciências humanas e sociais em geral estavam em questão na construção desse novo objeto.” (ORLANDI, 2003, p. 10). Pêcheux fundava, na visão da autora, “uma nova forma de conhecimento” e dava lugar a “um novo objeto de linguagem” (ORLANDI, 2003, p. 11).

Mais do que uma “semântica discursiva”, esse domínio se revelou uma teoria do discurso que acabou dando forma e espessura teóricas próprias a um objeto que interessava a diferentes áreas da Ciência da Linguagem e que acabou emergindo no próprio discurso. Ainda que questionassem o pertencimento da teoria à Linguística, à Psicanálise ou, ainda, à História, de acordo com Orlandi (2003, p. 11), ainda em “O objeto de ciência também merece que se lute por ele”,

era pensando essas regiões do conhecimento, colocando questões delas para elas mesmas, que ele [Pêcheux] ia estabelecendo um novo território de conhecimento da linguagem, da história (e do sentido), do sujeito. Sem esquecer que para deslocar-se nesse novo território, e tendo o discurso como objeto, era preciso re-pensar a questão da ideologia, passando pela linguagem.

É desse modo que, em termos de subjetividade e sentido, enfatizamos esses e outros aspectos que dão funcionamento a tais conceitos dentro da teoria que de início se propunha uma semântica discursiva mas que se consolidou como uma teoria do discurso, definida pelo próprio Pêcheux, em parceria com a linguista Catherine Fuchs no texto “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)”, como “teoria da determinação histórica dos processos semânticos.” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 164).

No que se refere à relação estabelecida pela AD com a Linguística, apenas alguns anos após ter iniciado sua reflexão teórica sob o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux produz, em conjunto com Claudine Haroche e Paul Henry – dois

³¹ Linguista e integrante do grupo de Jean Dubois. Em *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*, faz um percurso histórico das produções de Pêcheux e seu desenvolvimento na AD.

nomes que viriam a se repetir nesta parceria por inúmeras vezes –, o texto “A semântica e o corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso”, publicado no jornal comunista “L’Humanité” pela primeira vez em 1971³². Embora este não seja o primeiro texto que apresenta abertamente aquilo a que se propõe a “Análise do Discurso”³³ enquanto ciência, é um texto importante para entender o terreno em que a AD pisava naquele momento, pois apresenta justamente as condições em que a disciplina se coloca, depois de seu “lançamento”, perante a Linguística: pelo viés do corte saussuriano.

Curiosamente, de acordo com Denise Maldidier (2003), que contextualiza e apresenta, na obra *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*, as conexões criadas pelo texto de Haroche, Pêcheux e Henry (2020) e para quem este trata-se de uma “intervenção epistemológica” (MALDIDIER, 2003, p. 28), o segundo momento de publicação do texto, ainda em 1971, se deu no n. 24 da revista “Langages” dedicado à Benveniste, que havia acabado de falecer, e voltado para a urgência que fervilhava na época acerca de uma epistemologia da Linguística.

Pêcheux, contudo, conforme nos apresenta Maldidier (2003), trazia uma grande polêmica voltada diretamente para os linguistas (e não para a Psicologia): “Ele intervinha pela primeira vez de forma central no campo da linguística em torno de Saussure e contra a semântica.” (MALDIDIER, 2003, p. 28).

Concordamos em parte com essa leitura de Maldidier (2003). O que Pêcheux, Haroche e Henry se propõem no artigo não é eliminar a semântica, modo pelo qual a asserção da autora poderia ser lida. A partir da crítica tecida sobre os caminhos deixados para o desenvolvimento desse domínio a partir de Saussure, a questão dos autores volta-se para a defesa da tese de que o desenvolvimento da semântica supõe uma mudança de terreno, conforme ilustramos a seguir: “cremos poder defender que, se a ruptura saussuriana foi suficiente para permitir a constituição da fonologia, da morfologia e da sintaxe, ela não conseguiu impedir o retorno ao empirismo em semântica.” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2020, p. 19, grifos dos autores). Para os autores, nesse contexto, a semântica depende apenas parcialmente de uma abordagem linguística, o que faz supor a mudança de terreno.

³² De acordo com Maldidier (2003), no texto de Pêcheux publicado em 14 de outubro de 1971 no “L’Humanité”, constava o título “Língua, linguagem, discurso”, que foi alterado para “A semântica e o corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso” ao ser publicado dois meses depois no n. 24 da revista “Langages”, já sob a coautoria de Haroche, Pêcheux e Henry.

³³ Pensamos aqui na obra *Análise automática do discurso* de Michel Pêcheux de 1969 (AAD69), que propõe formas de analisar o discurso de forma automática a partir de ferramentas computacionais.

A partir dessa parte inicial apresentada sobre o desenvolvimento da AD, já podemos perceber o que provocava questões para o desenvolvimento da teoria, com destaque para sua epistemologia alicerçada na crítica à aparente lógica que constitui o fazer ciência.

De acordo com Malidier (2003, p. 29), o artigo de Haroche, Pêcheux e Henry “desenvolve longamente a crítica do estruturalismo ‘generalizado’ que, sob o nome de linguagens, estende às ciências humanas, ao estudo dos textos, ao conjunto dos objetos e dos comportamentos, as descobertas da lingüística estrutural.” Contudo, mais do que a crítica sobre a utilização da Linguística como ciência piloto, o artigo expressa o cerne da perspectiva do materialismo histórico em que a teoria se desenvolve: de que a evidência de lógica no interior de uma ciência é na verdade o resultado de uma construção histórica.

Malidier (2003) comenta, e concordamos com ela neste ponto, que Pêcheux refuta o ideal de uma “ciência das ciências” que ignora as relações entre questões sociológicas e históricas, condição cara ao materialismo histórico. Para Haroche, Pêcheux e Henry (2020, p. 31, grifos dos autores) essa é uma posição epistemológica que

leva a considerar as ciências como os mais bem fundamentados universais culturais e tecnológicos, o que corresponde, finalmente, *ao modo mais eficaz* de apreender a realidade. Como podemos não ver que essa formulação trai a secreta proximidade do realismo com o idealismo (por intermédio do pragmatismo), manifestando ao mesmo tempo a sua diferença comum em relação às posições do *materialismo*?

Diferentemente de uma simples aplicação, ou transposição, das formas de fazer ciência umas às outras, a filiação do autor nos faz crer que o domínio semântico precisa ser teorizado em meio à relação existente entre a superestrutura ideológica e o modo de produção historicamente correspondente³⁴.

Desse modo, Haroche, Pêcheux e Henry (2020) defendem que o corte saussuriano, mais precisamente centrado na subordinação da significação ao valor, conforme os autores, abre lugar para a fonologia, a morfologia e a sintaxe, mas deixa de fora a semântica, conforme ilustramos a seguir: “O caso é totalmente diferente para a semântica. Com efeito, *o laço que une as ‘significações’ de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo*

³⁴ Trataremos novamente sobre o ideal de ciência das ciências na seção sobre o acontecimento.

das próprias significações.” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY; 2020, p. 26, grifos dos autores).

Ao mesmo tempo, para os autores, o corte é também a brecha deixada para a volta da semântica ao empirismo, como expressão do subjetivismo individualista, e ao formalismo, a confusão da língua, como objeto da linguística, com o campo da linguagem, dois pontos que a AD tenta evitar.

Esse paradoxo é possível a partir da visão de língua como sistema, segundo o ponto de vista dos autores. Na proporção em que a significação é compreendida como subordinada ao valor, um aspecto do sistema da língua, é rompido o retorno ao sujeito, pois o papel atribuído a ele está em segundo plano: “a significação é de ordem da fala e do sujeito, só o valor diz respeito à língua.” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2020, p. 23). Consideradas as lacunas que são deixadas para o empirismo e o formalismo na semântica a partir dessa ruptura, muito por conta do papel coadjuvante do sujeito e de tudo que lhe cabe em suas estreitas relações com questões de ordem semântica, percebemos ainda que a subordinação da significação ao valor não é tão perceptível quanto possa parecer.

A partir de tais colocações, Haroche, Pêcheux e Henry (2020), que abordam a noção de valor de modo diferente do de Saussure (2012), tratam de reforçar a ideia de que as palavras mudam de sentidos de acordo com aqueles que as empregam, dando a ênfase para o trabalho dos sentidos sob outra perspectiva. Eis que assim fazemos um apanhado dos primeiros indícios de onde principiam estudos sobre a subjetividade e o sentido em AD.

Veremos, entretanto, que a subjetividade não está centrada na fala/enunciação de um sujeito, à semelhança dos estudos realizados por Benveniste em *Problemas de linguística Geral I e II* (1989; 1991), tampouco centrada no acontecimento da enunciação à semelhança de Guimarães (1989; 2002; 2018), como poderia parecer à primeira vista, mas em posições de um sujeito assujeitado a formações ideológicas. Isso significa dizer que um indivíduo, ao se reconhecer como um sujeito histórico desde um lugar social, identifica-se a uma ou outra formação ideológica, assumindo determinadas posições. O sentido, por sua vez, não tem sua origem no sujeito e tampouco se dá por si mesmo na língua, mas tem sua base na língua e encontra sua materialidade na dependência ao todo das formações ideológicas.

O artigo de Haroche, Pêcheux e Henry (2020), que, de acordo com Malidier

(2003), não está centrado no funcionamento da AD, demonstra as possibilidades e necessidades da semântica à época de 1971, expondo os primeiros resultados teóricos e práticos que os autores pensam ter encontrado.

A semântica discursiva, assim denominada no artigo, é definida como “a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, essa análise que leva em consideração o elo que liga esses processos às condições nas quais o discurso é produzido (às posições às quais deve ser referido).” (HAROCHE, PÊCHEUX; HENRY, 2020, p. 34).

Assim, com essa primeira definição, propomos que, diferentemente de Benveniste (1989; 1991) que toma a semântica na relação da língua com o mundo, numa lógica mais direta, dada pela subjetividade e pela referência, para Pêcheux (e outros), a semântica compreende uma relação mais difusa entre a língua e o mundo, proporcionada por uma ‘lente’ que se interpõe entre a visão de uma a outra: a ideologia.

Essas colocações nos levam a considerar o que é desenvolvido por Pêcheux na obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, lançada sob o nome “*Les Vérités de La Palice*” em 1975, pouco tempo depois do artigo sobre o corte saussuriano, portanto. Esse livro que, como Pêcheux teria dito a Orlandi (2003), seria seu livro mais importante, é introduzido pela asserção de que intenciona “questionar as *evidências fundadoras* da ‘Semântica’” (PÊCHEUX, 2014, p. 18, grifos do autor) para tentar elaborar as bases de uma teoria materialista do discurso.

Bastante voltada, em sua parte mais inicial, para os pressupostos teóricos que deram e dão fundamentação para o que foi pensado em semântica até então (1975), a obra se constitui, em nossa opinião, de um tratado científico com caráter epistemológico por questionar a elaboração teórica da própria disciplina em desenvolvimento. Além disso, a obra sintetiza muito bem a que a AD se propôs no início e como ela está organizada no momento de 1975, esclarecendo quais são as fontes que lhe dão fundamentação teórica.

Tendo isto posto, encontramos na obra uma seção inteira, composta de três capítulos, dedicada a “Discurso e ideologia(s)”. Embora os três capítulos tratem dessa relação teórica que é estabelecida entre discurso e ideologia, um dos capítulos trata justamente sobre a forma-sujeito. Isto demonstra, mais uma vez, como o sujeito se constitui pela ideologia, e não pela língua, nesta teoria.

Outro aspecto decisivo para entendermos como se constitui a ideologia nessa perspectiva é o de que “as ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas” (PÊCHEUX, 2014, p. 130), têm função prático-social, aspecto que é elaborado e explorado pela retomada que Pêcheux (2014) faz de Louis Althusser (1999), filósofo francês filiado ao marxismo que desenvolve uma teoria das ideologias. Pêcheux, que foi aluno de Althusser e com quem estabeleceu uma parceria de pesquisa, trouxe muitas contribuições teóricas do mestre sobre o funcionamento da ideologia para a teoria do discurso. Se para Althusser, em “Marxismo e humanismo”, capítulo da obra *Por Marx* (2015), a ideologia é definida como “um sistema [...] de representações [...] dotado de uma existência e de um papel históricos no interior de uma sociedade dada”, o conceito de formação ideológica (FI) se trata de uma herança althusseriana, como veremos a seguir.

Pêcheux (2014) justifica a influência de seu mestre, por exemplo, quando se reporta à obra *Aparelhos ideológicos de Estado*, de Althusser: “Os linguistas e todos aqueles que recorrem a linguística com diferentes fins tropeçam frequentemente em dificuldades que decorrem do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive os discursos científicos.” (ALTHUSSER, 1985, p. 94 *apud* PÊCHEUX, 2014, p. 139-140). Essa asserção nos convoca a pensar sobre o papel da ideologia no desenvolvimento de qualquer ciência e, como não poderia deixar de ser, no desenvolvimento da semântica também.

Primeiramente, para Althusser (1999, p. 212, grifos do autor), “*toda ideologia interpela os indivíduos concretos* como sujeitos concretos por meio do funcionamento da categoria de sujeito.” O que está relatado, através da figura de interpelação, é que é a ideologia, pelo próprio de seu funcionamento, que recruta, ou transforma, sempre e a todo momento, os indivíduos em sujeitos pela categoria de sujeito que é constitutiva da ideologia.

E, por outro lado, ainda de acordo com Althusser (1999, p. 210), a categoria “só é constitutiva de toda ideologia enquanto esta tem por função (que a define) ‘constituir’ os sujeitos concretos (como você e eu).” Esse jogo de dupla constituição pelo qual a ideologia funciona faz com que o indivíduo só seja interpelado porque se reconhece como sujeito em uma função especular ao Sujeito central da ideologia.

A ideologia, diremos a partir disso, é feita pelos sujeitos e para os sujeitos; é nela que os indivíduos se reconhecem em relação ao mundo. É por isso que seu funcionamento se dá de forma tal que a evidência de que o sujeito é sujeito, sua

concordância de que é assim mesmo, esse reconhecimento, mostra que, na verdade, é necessário que seja assim para que as coisas sejam como devem. Nas palavras de Althusser (1999, p. 219-220),

para que a reprodução das relações de produção seja garantida, todos os dias, em cada segundo, na 'consciência', isto é, no comportamento material dos indivíduos que ocupam os postos que lhes são atribuídos pela divisão social-técnica do trabalho, na produção, na exploração, na repressão, na ideologização e na prática científica.

O que está em jogo pelo reconhecimento, no estado de sempre-já sujeito, pelo efeito de evidência é, portanto, a reprodução das relações de produção e das relações que derivam delas.

Temos de destacar ainda que, esse efeito de evidência primeira, do sujeito que se reconhece como sujeito, chamado por Althusser (1999) de efeito ideológico elementar, é entendido como o caráter da ideologia: o de impor as evidências como evidências, de modo que elas sejam tomadas como verdade para a manutenção e reprodução das relações de produção. E, na linha de raciocínio do autor, são evidências “incluindo as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua uma significação’ (portanto, incluindo as evidências da ‘transparência’ da linguagem) [...]” (ALTHUSSER, 1999, p. 211).

Desse modo, a tese de Althusser de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, de acordo com Pêcheux (2014, p. 135), não apenas abre para “a problemática de uma teoria materialista dos processos discursivos, articulada com a problemática das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção”, como também coloca questões para a aparente evidência de sentido encontrada em teorias do meio, como as teorias semânticas que Pêcheux (2014) faz questão de desconstruir.

Assim, na tentativa de apresentar os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux (2014) tenta esclarecer as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção e o que isso implica para a prática de produção do conhecimento. Se, na visão do autor, “a reprodução, bem como a transformação, das relações de produção é um *processo objetivo* cujo mistério é preciso desvendar, e não um simples estado de fato que bastaria ser constatado.” (PÊCHEUX, 2014, p. 134, grifos do autor), é a tese apresentada por Althusser (1999), de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, que é

apontada para desvendar o mistério.

A ideia de interpelação juntamente com a ideia de aparente evidência de sentido caracterizam-se como aspectos constitutivos da AD, com essa disciplina estando determinada por eles. Nas palavras de Pêcheux (2014, p. 140, grifos do autor), “a questão da *constituição do sentido* se junta à da *constituição do sujeito* [...] no interior da própria ‘tese central’, na figura da *interpelação*.” E para se acercar da tese da interpelação, tão cara à AD, e abordar a ideologia no interior da teoria, Pêcheux (2014) realiza ainda um deslocamento conceitual e terminológico a partir de Althusser (1999), de modo que disso resulta o conceito de formação ideológica.

Esse deslocamento se dá através de duas proposições que cercam a visão de ideologia em Althusser (1999) e de que Pêcheux (2014, p. 135) se apropria: “1) Só há prática através de e sob uma ideologia; 2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos;”. Para a primeira proposição, o autor se dirige a uma ideologia como formação ideológica. Não se trata, assim, do funcionamento da Ideologia na forma de um constructo teórico, geral e a-histórica, marcada pela inicial “I” em caixa alta, como Althusser tem definido em outros momentos, mas, como definido em outros textos de Pêcheux: um conjunto complexo e histórico “de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras.” (HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2020, p. 33, grifos dos autores). Já para a segunda proposição, o autor se dirige à categoria de sujeito como central, “é a categoria constitutiva de toda ideologia” (PÊCHEUX, 2014, p. 136), o que faz com que toda formação ideológica seja pelo sujeito e para sujeitos.

Mais adiante, ao tratar da materialidade do discurso e do sentido, Pêcheux (2014, p. 147) dirá que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes.”, de modo que, quando diferentes autores da AD nos lembram que o sentido não existe em si mesmo, não é causa de si da mesma forma que o sujeito não é causa de si, é porque seu caráter material consiste na sua dependência ao “todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014, p. 146).

Retornamos, assim, ao efeito de evidência do sentido, nuclear para o entendimento dessa perspectiva sobre o sentido. A evidência de que “algo é o que é”, ou de que “todo mundo sabe” (o efeito de evidência pela repetição), enfim, a

evidência de que uma palavra, enunciado etc., de acordo com Pêcheux (2014, p. 146), “queiram dizer o que realmente dizem”, dissimula, por um efeito de “transparência da linguagem”, o caráter material do sentido de estar atrelado ao todo complexo das formações discursivas, denominado por Pêcheux (2014, p. 149) de *interdiscurso*: “propomos chamar interdiscurso a esse ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”. Assim, podemos ter, ainda a partir da leitura que fazemos de Pêcheux (2014), uma mesma expressão com sentidos diferentes para FDs diferentes, e expressões diferentes com o mesmo sentido para a mesma FD, não havendo um sentido que seja “próprio” de uma palavra, ou ainda, próprio da língua.

Diremos, de forma a sintetizar o que apresentamos até aqui, a partir de Pêcheux (2014), que a aproximação da evidência de sujeito (como causa de si, também chamada de Efeito Münchhausen³⁵ por Pêcheux) à evidência de sentido, ambos compreendidos no efeito ideológico elementar, levam a uma configuração que possibilita pensar os processos discursivos, como o autor almejava. Retomamos o que é apresentado já no texto sobre o corte saussuriano, de que a semântica, assim, não deve se restringir a uma semântica lexical ou gramatical, mas deve dar conta dos processos, “administrando a organização dos termos em uma sequência discursiva, e isso em função das *condições* nas quais essa sequência discursiva é produzida.” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2020, p. 34, grifos dos autores). Nisso estava uma primeira configuração, voltada diretamente para a linguística, para pensar os processos discursivos.

Já em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, os processos discursivos passam a ter, por sua vez, uma formulação mais robusta, sendo designados por Pêcheux (2014, p. 148) como “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada.” Destacamos essa questão uma vez que entendemos que o trabalho do tradutor, por exemplo, não consegue se abster destes funcionamentos e os opera ao realizar a correspondência entre línguas.

Nesse sistema de substituições (ou de relações semânticas) estará o efeito

³⁵ A figura do Barão de Münchhausen que, segundo contos populares, se ergue do pântano puxando os próprios cabelos, é usada por Pêcheux (2014) como uma metáfora para caracterizar o trabalho dos efeitos de sentidos do que é dito sob a forma de evidências.

de sentidos: a possibilidade, no interior da FD, de substituição simétrica entre elementos, que se dá pela identidade, chamada de equivalência; e de substituição orientada, que se dá pelo discurso-transverso, chamada de implicação, conceito este que entendemos ser fundamental para compreender que as relações de identidade entre as palavras e expressões escapam aos domínios da língua.

Além disso, como mencionado por Pêcheux (2014), o desenvolvimento das questões sobre as evidências serve também de crítica à Enunciação pois, enquanto o indivíduo é sempre-já sujeito, se fala *do* sujeito e se fala *ao* sujeito antes que o sujeito possa dizer “eu falo”. De acordo com o filósofo, os atos de tomada de posição do sujeito (a enunciação), ou simplesmente atos de linguagem, traduzem

o desconhecimento da determinação do sujeito no discurso. [O que precede] Permite, ainda, dizer que, na verdade, a *tomada de posição* não é, de modo algum, concebível como um ‘ato originário’ do sujeito-falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito [...]; (PÊCHEUX, 2014, p. 159-160, grifos do autor)

Efeito da determinação ideológica sobre a forma-sujeito, que é, assim, compreendida não como o ponto de partida, mas o resultado.

Nisto podemos retomar Guimarães (1989; 2002; 2018), para quem o sujeito também não é o ponto de partida, mas é entendido como já determinado. Além disso, Guimarães e Pêcheux compartilham da ideia de que o discurso não é uma simples expressão de dados empíricos, mas é formado com base em condições histórico-sociais. Contudo, os autores se distanciam com relação àquilo que é determinante para a constituição de sujeito: para o primeiro, o acontecimento da enunciação tomado em sua historicidade; para o segundo, a ideologia enquanto função prático-social, como abordamos.

Um dos aspectos mais importantes compartilhado nas duas perspectivas ou, ainda, nas três perspectivas, considerando Benveniste (1989; 1991), é o entendimento de que a língua, por si só, não constitui sentido; ela é uma estrutura formal, e o que lhe dá constituição são condições exteriores a ela, resguardando-se as especificidades pelas quais o exterior é tomado em cada perspectiva.

Reforçamos que o sentido, tomado como “efeito de” pelo viés da AD, é sempre o produto de determinações históricas, não de uma forma direta, consequente e mecânica/automática, mas, como mencionamos anteriormente, o resultado de uma relação estabelecida entre os sujeitos e o mundo por uma lente

ideológica, forjada na reprodução/transformação das relações de produção, que “fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas.” (PÊCHEUX, 2014, p. 149).

Por fim, mencionamos uma observação fundamental realizada por Orlandi (2003, p. 12), na abertura de *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*, de que na AD “Inverte-se o polo de observação: não se parte dos sentidos produzidos, observa-se o modo de produção de sentidos e da constituição dos sujeitos”. Na teoria não está prevista a separação de língua e ideologia, mas uma inter-relação que sempre deixa em aberto as possibilidades teóricas. É por isso que, estando bem definidos estes aspectos, a análise, a busca pela determinação histórica dos processos semânticos, precede a própria teoria, fazendo com que, de acordo com Orlandi (2003), a teoria vá se produzindo a partir do objeto.

Entender o lugar de que partimos na condução deste estudo, em uma confluência dos três autores principais abordados neste capítulo, é seguir uma postura teórica que toma a língua na forma de uma estrutura formal, na qual o sentido se materializa a partir de condições que estão para além da língua. Tais condições se constituem, por sua vez, em certa medida, na forma de circunstâncias (concepção ainda próxima à de referência, no emprego da linguagem de Benveniste), mas em outra proporção, imprescindível ao trabalho com as questões que orientam esta pesquisa, na forma de práticas históricas e sociais que se reproduzem e transformam pela língua, como pudemos ver a partir da Semântica Histórica da Enunciação e da Análise do Discurso.

2 ACONTECIMENTO, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E ANÁLISES: SOBRE O TRABALHO DOS SENTIDOS

Considerando o exposto sobre o tratamento da subjetividade e do sentido sob perspectivas enunciativas e discursiva, faz-se necessário avançar para abarcar o desenvolvimento teórico das categorias teórico-analíticas de acontecimento e de condições de produção, aquelas que mobilizam, respectivamente, propriedades de estabilidade e instabilidade dos sentidos, e propriedades de reprodução e transformação das práticas ideológicas. Na intenção de pensar sobre o processo de formação dos sentidos para a primeira tradução de *To Kill a Mockingbird* e de sua Nota de Apresentação na forma de um acontecimento, passamos a tais considerações neste capítulo.

2.1 O ACONTECIMENTO

O acontecimento é abordado com sutis diferenças conceituais por diferentes autores que tratam do funcionamento discursivo sob as óticas da enunciação e do materialismo histórico. Na continuidade teórica do que foi abordado acerca do tratamento da subjetividade e do sentido, apresentamos nesta seção as concepções de Pêcheux (2014; 2015), alinhado à Análise do Discurso de base materialista, como já descrevemos, e de Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020), cujos estudos na Semântica Histórica da Enunciação estão ancorados em Benveniste (1989; 1991) e na Análise do Discurso na concepção em que se difundiu no Brasil. Desse modo, sempre que necessário, iremos retomando conceitos e pontos-chave já apresentados para arrematar as ideias.

2.1.1 A perspectiva de Pêcheux

A reflexão de Pêcheux acerca do acontecimento, que utilizamos para iniciar essa discussão, é um dos temas principais da obra *O discurso: estrutura ou acontecimento* (em edição de 2015 em língua portuguesa), composta de uma apresentação das investigações do filósofo na conferência “Marxismo e

interpretação da cultura: limites, fronteiras, restrições” realizada nos Estados Unidos, na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, em 1983.

Decorridos 14 anos da publicação de *Análise Automática do Discurso* de 1969 (AAD69), obra considerada um dos textos fundadores da Análise do Discurso, Pêcheux discute, em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, sobre seu lugar de trabalho, apresentando-o à cátedra norte-americana de bases estruturalistas e pragmáticas na conferência em que participa.

O autor retoma os pressupostos que compõem os pilares da AD, realizando uma reflexão sobre o lugar que lhe cabe enquanto disciplina de interpretação, a qual pode ser caracterizada como uma disciplina de entremeio, por se estabelecer a partir de domínios de intersecção com outras áreas de conhecimento e fundada na contradição. O autor, assim, tenta refletir sobre algumas lacunas deixadas em produções anteriores e elucidar algumas questões que surgiram acerca da teoria conforme ela se desenvolvia.

Para afirmar que a AD desponta como disciplina fundada na contradição, comentário extremamente necessário para esta exposição teórica, tomamos por base o entendimento de que, ao estudar o discurso, a disciplina se desenvolve no entrecruzamento da língua com aspectos comumente tratados como exteriores a uma teoria linguística: o sujeito e a história. Essa aliança convida a mobilização de distintos campos do saber para trabalhar a prática da diferença e evoca questionamentos de ordem teórica e prática. Desse modo, embora, à primeira vista, esse pareça um ponto inovador da teoria, o trabalho da diferença acaba exigindo cuidado teórico, pois ele se dá sob a forma de tensão: cada aspecto sempre estará relacionado aos outros, mas os entendimentos de cada um não podem ser transferidos de um para outro e, ainda, um não pode subjugar os outros, de tal modo que se complementam em uma permanente relação de tensão.

Considerando essas características, Pêcheux (2015) propõe, no texto sobre o qual transcorremos, empreender uma reflexão sobre o discurso como estrutura e, ao mesmo tempo, como acontecimento. Sua reflexão, assim, constitui-se de um questionamento sobre o casamento, o enlaçar, de aspectos de diferentes ordens em uma teoria que não se pretende como teoria universal das ideias, como o autor considera o próprio de uma ciência régia, mas como uma teoria que relaciona o descritível e o interpretável, sendo o primeiro tomado pela esfera do estável, e o

segundo, pela esfera da desestabilização de conceitos já cristalizados, normatizados, e por sua atualização.

Isto se dá porque, para Pêcheux (2015), enquanto uma ciência régia se propõe a ser baseada em uma estrutura representável homogênea, calcada em dados estatísticos e controláveis, sem risco de ambiguidades, equívocos ou necessidade de interpretação, e assim passível de ser replicada e universalizada, a AD se forma a partir do lugar de encontro entre o que é logicamente estabilizado e o que é da ordem de formulações irremediavelmente equívocas: dos domínios da história, do cotidiano, da política e da ideologia.

A AD, a partir dessa orientação epistemológica, não trabalha com a homogeneidade, nem prevê a universalização de ideias e, ainda, não nega seu próprio lugar de interpretação. A Análise de Discurso, assim, pode ser compreendida como uma teoria que se desenvolve pela relação dialética dos diferentes domínios que mobiliza, o que estabelece a materialidade específica de seu objeto de estudo, o discurso.

De um modo geral, entendemos que Pêcheux (2015), na obra que comentamos, acima de tudo, abre o debate para a elaboração de novas questões em torno das relações entre estrutura – o estável – e acontecimento – a instabilidade que afeta a estrutura –, pois, enquanto disciplina em pleno desenvolvimento nos anos 80, a AD estava (e está, ainda hoje, nos países em que encontra terreno fértil, como é o caso do Brasil) se organizando em torno de si mesma, dimensionando e direcionando conceitos basilares para o estudo do atravessamento da história e do sujeito na língua.

A proposta que o autor apresenta não é taxativa, nem segue um caminho linear, mas percorre o enlace de três caminhos diferentes: “o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre a descrição e interpretação na análise de discurso” (PÊCHEUX, 2015, p. 18). A partir daqui, nos deteremos nos pontos necessários para entender a visão de Pêcheux sobre o acontecimento, mas, uma vez que o discurso nos é apresentado como acontecimento e estrutura ao mesmo tempo, não será possível deixar de falar da relação entre acontecimento e estrutura, bem como não fazer referência também a outros aspectos abordados na obra e na teoria da AD.

Em linha gerais, o acontecimento é definido como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2015, p. 16). Ao se desdobrar na teoria, essa definição sugere implicações e, para clarificar, Pêcheux se vale do enunciado “On a gagné” (*Ganhamos*), proferido quando o socialista François Mitterand foi eleito presidente da França em 10 de maio de 1981. Para o autor, ao ser enunciado, “On a gagné” evoca uma memória que foi sendo construída até o momento das eleições e que é atualizada a partir do momento que os sujeitos fazem trabalhar sentidos através desse enunciado, sentidos que ressoarão ao longo do tempo entre diferentes segmentos da população que constituíram a aliança com o governo Mitterand.

Para aprofundar essa ideia, é preciso retomar a afirmação de Pêcheux (2015) de que, enquanto acontecimento jornalístico, “On a gagné” remete a um conteúdo sócio-político transparente e opaco ao mesmo tempo: transparente do ponto de vista de sua estrutura, daquilo que lhe é possível descrever racionalmente; opaco do ponto de vista do acontecimento, do que é possível interpretar a partir das formulações equívocas que suscita, já que, diante do acontecimento, todo enunciado está sujeito à equivocidade.

Quando dizemos que o enunciado citado é transparente do ponto de vista de sua estrutura, dizemos que é logicamente verdadeiro, por ser composto de elementos que fazem com que tenha validade e sentido. Esse argumento advém da crítica que Pêcheux (2015) desenvolve sobre as tentativas de criação de uma ciência régia, uma ciência do real, como, por exemplo, a escolástica aristotélica.

O autor explica, inclusive, que a lógica disjuntiva, comum a essas ciências, atravessa a multiplicidade de técnicas materiais e de gestão social dos indivíduos. Isso quer dizer que, seja em um nível amplo de organização da sociedade, seja em um nível restrito, próprio ao funcionamento cotidiano individual, os indivíduos são/estão envolvidos em funcionamentos discursivos que não permitem a interpretação.

Tentamos esclarecer: Pêcheux (2014), em seu desenvolvimento teórico-conceitual, principalmente na obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, problematiza o fato de que, historicamente, o desenvolvimento das ciências tende a propor o estabelecimento de normas, baseando-se na formulação de proposições objetivas, que possibilitariam uma universalização de ideias. Para o

autor (PÊCHEUX, 2014; 2015), isso se deu/dá pela forma com que se constitui a relação do mundo concreto com a produção de conhecimento sobre ele, o que, em outras palavras, significa questionar a forma com que a produção de conhecimento se relaciona com seu real. Essa visão materialista de Pêcheux, portanto, demonstra que as ciências que buscam controlar o conhecimento em termos de eficácia e transmissibilidade estão, na verdade, em busca de um controle de seu real. Para Pêcheux (2015), contudo, em uma perspectiva em que o real é também uma construção histórica, a busca dessas ciências resulta na tentativa de controlar o incontrolável, produzindo o efeito oposto, o de negar o real.

A lógica disjuntiva, portanto, alicerçada no controle, na estrutura e na homogeneidade, perpassa diferentes espaços, conforme Pêcheux (2015, p. 31), “implicando o uso regulado de proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (‘o estado de coisas’ é A ou não-A)”. A escolástica aristotélica se baseava nesses princípios: Aristóteles³⁶, considerado o filósofo que descobriu a lógica, acreditava que, para que os enunciados tenham sentido, há uma estrutura linguística que deve ser obedecida. Essa estrutura, por sua vez, poderia ser atestada a partir de uma prática racional: a construção de silogismos com base na ordenação lógica de premissas.

Esse tipo de evidência lógico-prática é o que pressupõe a transparência do enunciado e, portanto, dos sentidos. Pêcheux (2015, p. 31) explica que, em um espaço discursivo logicamente estabilizado, as propriedades estruturais do enunciado produzido “se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo [...]”, de modo que, independentemente de sua enunciação, o sujeito falante “sabe do que se fala”.

A estrutura de “On a gagné”, exemplo utilizado por Pêcheux (2015), pode ser facilmente descrita, quando considerada dentro do universo esportivo, que é composto de enunciados logicamente estabilizados. Nas chaves de jogos de campeonatos, quando se questiona quem é o ganhador, a resposta se dará sempre em função do resultado da partida. Do mesmo modo, um time não poderia ser vencedor e perdedor ao mesmo tempo, por exemplo, pois isso seria logicamente impossível. O universo do esporte, portanto, é composto de proposições que estão suscetíveis a respostas excludentes: sim ou não, x ou y.

³⁶ Reportamo-nos, principalmente, ao *Organon: III analíticos anteriores* de Aristóteles (1987).

No caso do ganhador das eleições presidenciais também se pode seguir essa lógica quando se considera as porcentagens que indicam os eleitos, o que torna o enunciado “On a gagné” transparente em sua estrutura. É transparente, pois, do ponto de vista de sua estrutura, produz uma descrição adequada do universo: suas proposições evocam respostas de sim ou não, x ou y. Por outro lado, Pêcheux (2015, p. 32) nos mostra que a “homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos [...]” Assim, teremos a opacidade do enunciado.

Os equívocos de que Pêcheux (2014; 2015) trata estão relacionados, nesta leitura que realizamos, ao caráter contingente da língua, que prevê, por meio de sua estrutura, formulações que não sejam necessariamente nem verdadeiras, nem falsas. É por isso que é a materialidade léxico-sintática do enunciado que revela sua opacidade, pois, ainda de acordo com o autor, “imerso esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 2015, p. 23).

A defesa de Pêcheux consiste em que, para uma disciplina de interpretação, como a AD, o não-logicamente estável, ou melhor, o logicamente variável, não constitui um defeito, mas justamente configura o lugar de abertura por onde se pensa a interpretação, pois é pelo viés do não-estável que se pode perceber a intervenção do que é circunstancial no campo das determinações.

Isso significa dizer que, no universo das eleições, o enunciado “On a gagné” se abre para proposições outras que não se resumem a respostas excludentes. Podemos questionar, para começar, quem é o “nós” elíptico do enunciado “ganhamos”, o sujeito enunciador, como questiona Pêcheux (2015): “trata-se do nós dos militantes dos partidos de esquerda? ou do ‘povo da França’? ou daqueles que sempre apoiaram a perspectiva do Programa Comum?”, entre outros. Além disso, é possível questionar os complementos do enunciado: ganhamos o quê, como e por quê? As respostas a essas proposições, as mais diversas, demonstram a natureza equívoca do enunciado e o seu caráter interpretativo a partir daquilo que se

atravessa nas determinações vindo de seu exterior. Disso, inclusive, decorre a necessidade de se pensar sobre os limites da estrutura.

Por outro lado, quando defendemos que as proposições de “On a gagné” podem ter respostas diversas, estamos defendendo, a partir de Pêcheux (2015), que essas respostas tanto não serão excludentes umas às outras, quanto não serão infinitas. É pelo acontecimento e pela retomada de uma memória que o enunciado remete a um conteúdo sócio-político e não ao esporte, o que lhe confere o caráter equívoco de suas proposições. É o acontecimento da eleição de Mitterand que altera condições históricas, políticas e sociais e que mobiliza, em meio a diferentes setores da população, a enunciação de “Ganhamos”, fazendo com que, para além de uma relação logicamente estabelecida com o resultado, da porcentagem de votos que define o ganhador e o perdedor das eleições, o enunciado estabeleça também relações que só podem ser pensadas através daquilo que a vitória de Mitterand representa para esses diferentes setores.

As proposições, assim, que não estão atreladas ao resultado, a um raciocínio lógico de premissas para um argumento válido, estão, na verdade, atreladas aos sentidos que uma memória histórica e social lhes confere ou, conforme Pêcheux (2015, p. 28), os enunciados são “regido[s] pela própria maneira como falamos deles.” No caso do enunciado “On a gagné”/“Ganhamos”, o autor sugere que uma paráfrase possível de sentidos, pensada através da memória que o enunciado mobiliza e atualiza através de suas relações, seja “A esquerda toma o poder na França” (PÊCHEUX, 2015, p. 26). Por isso, as respostas às proposições não serão infinitas, mas estarão ligadas aos sentidos que são possíveis pela memória que mobilizam.

Além disso, complementamos dizendo que as respostas só se diversificam no seio de suas formulações se estiverem inscritas no cenário histórico e político em que um enunciado é produzido. É esta a relação que desafia a transparência dos enunciados, faz trabalhar a interpretação. Assim, é também possível afirmar ao mesmo tempo “ganhamos o poder” e “não ganhamos nada” (para aqueles cujo novo governo não representou uma mudança), de modo que um não exclui o outro, como quando um time é vencedor, o que implica, logicamente, que o outro seja perdedor.

Parece-nos, assim, pela leitura que fazemos de Pêcheux (2015), que optar pela posição de trabalho pela estrutura e pelo acontecimento do discurso implica

uma forma de confrontação que proporciona questionamentos ao estudioso. A análise de “On a gagné”, feita pela sua estrutura, desvela as falhas do enunciado, expondo-o ao equívoco do acontecimento. Acrescentamos ainda que, para Pêcheux (2015, p. 53), “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.” Analisar o enunciado pela sua estrutura, assim, supõe ter de questionar a própria estrutura, abrir o enunciado para a interpretação, deflagrando sua não-transparência.

Já o acontecimento, por sua vez, desponta como a forma de se pensar as relações que o enunciado estabelece com outros enunciados e com as condições históricas em que é produzido. Analisar o enunciado pelo acontecimento, assim, supõe buscar as ligações que lhe conferem sentidos, no interior e no exterior da língua. Entendemos que, enquanto o acontecimento confere a equivocidade ao enunciado, a estrutura torna possível desvelar essa equivocidade, tornando-se necessária, e indissociável, a análise de um aspecto junto ao outro. Para Pêcheux (2015), o acontecimento se dá, desse modo, sob a forma de um confronto discursivo: pelo choque entre uma memória e uma atualidade, as formulações, no seio de uma estrutura.

Assim, bem antes do dia 10 de maio, dia das eleições, eram produzidos enunciados que anteviam o fato, faziam trabalhar uma memória através de significações diferentes, indo na tentativa de apressar ou impedir a chegada da vitória de Mitterand. Por outro lado, a partir da divulgação do resultado das eleições, é produzido o enunciado “On a gagné” que, ao mesmo tempo que repousa na contradição de suas formulações anteriores, esboça a reação daqueles cujo resultado eleitoral representa uma vitória da esquerda na França e a alteração da linha de governo no país.

O enunciado, tomado no acontecimento, abre seus sentidos para os enunciados que lhe antecederam e que constituem a memória que ele retoma. Desse modo, o equívoco de sua formulação tem ligações com proposições contraditórias que operam na retomada de seus sentidos e que abrem a possibilidade de interpretar. Ao esboçar a reação de um grito de vitória, “On a gagné” evoca e faz trabalhar a memória que o antecede e abre novos sentidos, fazendo trabalhar a interpretação.

É por isso que o acontecimento passa a representar a atualização de uma memória para Pêcheux (2015). Enquanto o fato se desenrola – no exemplo de Pêcheux (2015), a televisão transmitia os números indicando o vencedor nas eleições vinculados à imagem –, os sujeitos operam o acontecimento: esboçam as primeiras reações ao fato em um contexto de atualidade através dos enunciados que produzem. O grito de “Ganhamos” é produzido no acontecimento a partir das discursividades que mobiliza, de modo que passa também a trabalhar os sentidos mobilizados por essas discursividades, configurando ele próprio o acontecimento.

Pêcheux (2015, p. 27), diz a esse respeito:

[...] há dois anos o equívoco da fórmula [“on a gagné”] trabalha a esquerda nos postos governamentais, tanto quanto nas diferentes camadas da população; ela trabalha aqueles que “acreditam nisto” e aqueles que estão em falta quanto à crença; aqueles que esperam um “grande movimento popular” e aqueles que se resignam ao a-politismo generalizado; os “responsáveis” e os outros, os homens de aparelhos e os “simples particulares”...

Para o autor, desse modo, “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação/reestruturação” (PÊCHEUX, 2015, p. 56) de redes e trajetos, pois se constitui em efeito de filiações sócio-históricas e em trabalho de deslocamento dessas filiações, o que reforça a ideia de que o acontecimento passa a reorganizar a memória que convoca, atualizando-a.

É interessante destacar que, na discussão de Pêcheux (2015, p. 27-28), o que é colocado em pauta é o “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas.” Essa proposta de análise desdobra-se no trabalho da oposição e da diferença, questão com que abrimos essa conversa: a prática da contradição. Enquanto um dos aspectos pertence ao âmbito do descritível, do transparente, o outro pertence ao âmbito do interpretável, do opaco.

Um dos méritos do estudo de Pêcheux, arriscamos dizer, consiste na demonstração de como é possível, e necessário, aliar condições opostas e diversas no desenvolvimento de uma teoria materialista. É através da dialética que se torna possível pensar as relações entre a produção de um conhecimento e seu real, dando enfoque, assim, ao processo de produção com condições que não negam o real. Mais precisamente, na linha teórica de Pêcheux (2014; 2015), a dialética entre

o caráter simbólico da língua e a história instaura a necessidade de um trabalho interpretativo da estrutura tomada em determinadas condições de produção.

Dessa forma, é possível propor questões para pensamentos lógicos que parecem finalizados em suas respostas, mas que, na verdade, apenas escondem suas limitações. É por isso, também, que o trabalho de Pêcheux (2015) se dedica a percorrer os efeitos de certeza das ciências, propondo questionamentos ao invés de respostas, e trabalha para não negar seu real como uma construção histórica, mas sim ir de encontro a ele.

2.1.2 A perspectiva de Guimarães

Após a apresentação e problematização do acontecimento em trabalhos de Pêcheux, filiado à Análise do Discurso, passamos agora a tratar do acontecimento na visão de Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020), no interior da Semântica Histórica da Enunciação, teoria a partir da qual anteriormente reconstituímos as definições de sujeito e sentido. A partir das considerações apresentadas, pudemos refletir que nessa teoria esses construtos são tomados no acontecimento.

Desse modo, retomamos a ideia de que Guimarães (1989; 2002; 2018) toma o acontecimento como ponto central de desenvolvimento da Semântica, o que o diferencia de Pêcheux, que se dedica a uma discussão mais aprofundada sobre o acontecimento em uma obra mais tardia de sua produção teórica³⁷, discussão realizada quando a AD já se faz uma disciplina estabelecida. Enquanto questão central, o acontecimento da enunciação perpassa todo o desenvolvimento da teoria a que Guimarães se filia, de modo que o construto teórico e os conceitos que este compreende estão relacionados ao acontecimento e se desenvolvem a partir dele. Ademais, não poderíamos realizar um movimento de revisão e reflexão sobre o acontecimento em Guimarães sem apresentar nossa leitura de diferentes trabalhos do pesquisador brasileiro, realizando um panorama do desenvolvimento do conceito.

Em um trabalho mais recente, o livro *Semântica: enunciação e sentido*, Guimarães (2018, p. 37) define o acontecimento como “o que faz diferença na sua própria ordem”. Na linha teórica da Semântica Histórica da Enunciação essa afirmação coloca o acontecimento não como uma “ocorrência”, simplesmente como

³⁷ Nos referimos, desse modo, à obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*, publicada a partir de uma conferência de Pêcheux em 1983, mesmo ano em que o filósofo viria a falecer.

um “aparecimento”, ou “observação”. Coloca, em nossa leitura, como uma ocorrência histórica e social que, em uma relação de ocorrências históricas e sociais, faz sentido e produz sentidos. O acontecimento da enunciação não se trata, assim, de considerar o aparecimento de enunciados apenas, mas de considerá-los em uma certa ordem “que lhe dá o sentido de acontecimento específico.” (GUIMARÃES, 2018, p. 37).

Enquanto diferença nessa ordem, em uma relação, portanto, o acontecimento da enunciação se realiza como um acontecimento de produção de sentidos. Essa afirmação, tomando por base Guimarães (2018), parte do entendimento de que para que o acontecimento seja identificado como tal, é necessário que lhe seja atribuída uma especificidade, e essa especificidade, que o autor virá caracterizar como uma “temporalidade de sentidos” (GUIMARÃES, 2018, p. 38), se dá na relação em que o acontecimento é produzido, na ordem em que se realiza como diferença. Dizemos isso porque, segundo Guimarães (2018), é ao temporalizar que o acontecimento da enunciação produz sentidos, pois se diferencia na relação em que é considerado, a relação, por sua vez, que lhe dá condição de existência e significação.

Portanto, para que o acontecimento seja considerado em sua especificidade, as relações nas quais ele irrompe não se tratam apenas do todo de enunciados em que ele se integra, como abordamos anteriormente, mas, principalmente, das condições históricas e sociais em que ele é produzido. Assim, é nessas condições históricas e sociais que a enunciação produz sentidos. A teoria desenvolvida por Guimarães se propõe histórica afinal, como já refletimos, e é a partir desse viés histórico que o autor propõe que a enunciação é o acontecimento do dizer, pois “diz respeito a algo que ocorre quando se diz algo” (GUIMARÃES, 2018, p. 19).

A partir dessa afirmação diremos, com base nos trabalhos do autor, que, se mediante certas condições sociais e históricas certos enunciados são produzidos, é o acontecimento da produção de sentidos desses enunciados que os torna caracterizadores dessas condições, escrevendo a história.

Dentre as justificativas de Guimarães para essa visão, citamos a proposição de que “Quando se enuncia fica significado não simplesmente aquilo que se apresenta no momento específico em que se diz.” (GUIMARÃES, 2018, p. 40), proposição que coloca a enunciação para a história em uma acepção materialista por oposição a uma causalidade mecânica da enunciação; e a proposição, dos

textos de 1989 e 2002, de que o mundo adquire sentido ao ser enunciado(s) e está no discurso de acordo com certas posições de sujeito que os indivíduos podem ocupar (a-locutor), o que remete ao mesmo tempo à questão do descentramento do sujeito e à discursivização dos fatos históricos.

A compreensão do descentramento do sujeito se relaciona com o lugar da história e do social na Semântica Histórica da Enunciação. Ao estabelecer uma relação entre as leituras de Ducrot (1984) e de trabalhos da AD, Guimarães conversa com o circunstancial e o histórico material, demonstrando as limitações do primeiro em relação ao segundo. O estudioso assim, não refuta a temporalidade e o contexto situacional imediato à enunciação; realiza um deslocamento que coloca a história para a enunciação para caracterizá-la socialmente e como condição de produção de sentidos, de modo que o sujeito é já tomado no simbólico a partir dos movimentos históricos que constituem o acontecimento.

Ao mesmo tempo, o funcionamento histórico dos enunciados não impede que eles se repitam em diferentes condições históricas. Pelo contrário, ao serem repetidos, podem gerar um deslocamento de sentidos pois, ao serem enunciados em um novo momento, discursivizam fatos históricos diferentes. Assim, diríamos, a partir de Guimarães (1989; 2002), que enquanto um acontecimento de linguagem dá condições de existência de um enunciado no tempo, a capacidade de repetibilidade do enunciado em um novo ponto do tempo é o que dá condições de incorporá-lo à língua.

De forma a sustentar o apresentado até então sobre o acontecimento na Semântica Histórica da Enunciação, mencionamos o exemplo da obra de Mattoso Camara apresentado por Guimarães na obra *Semântica: enunciação e sentido* (2018). Ao se referir à obra do linguista, Guimarães (2018) apresenta diferentes dimensões em que esta pode ser caracterizada como acontecimento: na dimensão da linguística brasileira, se considerado que a produção do autor faz uma diferença nessa ordem de uma posição específica; ou na dimensão de cada obra do autor individualmente, que pode ser caracterizada como acontecimento se considerada no conjunto, na ordem, das obras de Mattoso Camara. O que Guimarães (2018) ressalta com esse exemplo, contudo, é a especificidade, a diferença, da obra na relação que ela estabelece com esses domínios, com a linguística brasileira, por um lado, e com as outras obras do linguista, por outro.

Considerado o acontecimento da enunciação da obra do linguista nos dois casos, a diferença nessas ordens estaria na temporalidade de sentidos que é constituída nesses acontecimentos. Nas palavras de Guimarães (2018, p. 40), o acontecimento da enunciação “constitui, a cada vez, sua temporalidade significativa: um passado, um presente e um futuro de sentidos.”

Nessa linha, no acontecimento da obra de Mattoso Camara na linguística brasileira, por exemplo, o passado “é o sentido de enunciações passadas que se apresenta como sentido” (GUIMARÃES, 2018, p. 38) em sua obra; o presente é o que “se articula como próprio da relação da obra com a enunciação de seu autor” (GUIMARÃES, 2018, p. 38); e o futuro “são os sentidos que esta obra projeta, e que fazem parte daquilo que se projeta como sentidos que se desdobrarão e estarão em outras enunciações” (GUIMARÃES, 2018, p. 38).

Por meio da temporalidade compreendemos, a partir das leituras de Guimarães (1989; 2002; 2018), que o acontecimento funciona na forma de memória que autoriza a enunciação. O acontecimento recorta um passado memorável, o “sentido de enunciações passadas” (GUIMARÃES, 2018, p. 38), e não um antes cronológico simplesmente, em um funcionamento que abre uma latência de futuro, uma projeção de sentidos “que se desdobrarão” (GUIMARÃES, 2018, p. 38). É nisso que se dá a temporalidade de sentidos, na qual o sujeito é tomado.

Para caracterizar o funcionamento do acontecimento da enunciação de forma a teorizá-lo e analisá-lo de forma prática, Guimarães (GUIMARÃES, 2018, p. 8, grifos do autor) considera que

o acontecimento da enunciação se produz pelo funcionamento da língua nos *espaços de enunciação* [...]. Nestes espaços de enunciação, os falantes das línguas que os constituem politicamente são agenciados, também politicamente, a dizer segundo uma divisão de lugares de enunciação nas *cenas enunciativas*.

Enquanto o *espaço de enunciação* se trata do “espaço de relações de línguas no qual elas funcionam na sua relação com os falantes.” (GUIMARÃES, 2018, p. 23), um espaço político que distribui os falantes desigualmente, a *cena enunciativa* se trata do espaço em que se dá o agenciamento político do falante em lugares de enunciação. Esses conceitos são propostos e pensados, em nossa visão, de modo a comportar o caráter histórico e social próprio do acontecimento da enunciação, pois

permitem refletir sobre os modos como essas ordens se atravessam no acontecimento.

Para tornar essa problemática mais compreensível e embasada, trazemos um exemplo do próprio autor em exposição em vídeo. Na mesa-redonda “Semântica da enunciação” para os encontros da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), “ABRALIN Ao vivo”, transmitida pelo *Youtube* em 2020, Guimarães apresenta a denominação “caraíba”, utilizada na obra do Padre José de Anchieta para se referir tanto aos portugueses na colonização do Brasil, quanto aos indígenas. O pesquisador percorre uma análise da descrição não-técnica do próprio Anchieta para os sentidos de “caraíba”, pensando assim nas relações que a denominação tem com outros enunciados. Destarte, Guimarães (2020) nos convoca a pensar que, quando denomina os portugueses, “caraíba” se reporta a “coisa grande” e “coisa de outro mundo”, em uma acepção positiva; por outro lado, quando denomina os indígenas, se reporta a “feiticeiro”, em uma acepção negativa.

A partir dessas considerações, Guimarães (2020) explica que, enquanto o acontecimento se dá em um espaço de enunciação que tenciona o tupi, “karaíua” e o português, “caraíba”, em uma transposição de uma língua para a outra, relaciona duas línguas historicamente distantes através de denominações etimologicamente sinonímicas. Entretanto, a sinonímia se desfaz a partir do próprio acontecimento, ao produzir sentidos negativos para alguns sujeitos e positivos para outros. O espaço de enunciação, de acordo com o autor, constitui desigualmente o falante enquanto dá sentido ao existente, pois o identifica ao designar. O espaço de enunciação, portanto, realiza a divisão e identificação do real ao significar indígenas de um modo, e portugueses de outro, mesmo que na forma de uma metáfora.

Isso nos faz compreender, ainda tomando a exposição de Guimarães (2020) na mesa-redonda, que a palavra significa pela história dos acontecimentos enunciativos nos quais foi enunciada, afastando-se de modo variável do seu etmo, sua origem sinonímica, de modo que a fixidez do sentido se torna uma impossibilidade. Os acontecimentos de caraíba para “feiticeiro” e “coisa grande” mobilizam uma memória e a ressignificam em sentidos diferentes. O encontro das línguas produz um novo espaço de enunciação com efeitos sobre as duas línguas, produzindo em português uma nova palavra e novos sentidos, e na língua indígena uma polissemia específica para a palavra existente.

É importante salientar, consoante Guimarães (2020), que os textos de Anchieta, ainda nessa visão, não podem ser tomados como documentos, que tratam da verdade de existência de um fato, mas tomados como uma forma de reconstituir acontecimentos de que eles podem nem sequer falar.

Através desse exemplo, podemos pensar que a enunciação, como acontecimento, instaura uma realidade em sua produção e é incorporada à memória enquanto produto, o que possibilita sua reprodução no tempo. O acontecimento enunciativo dá existência àqueles enunciados que as condições históricas permitem que os sujeitos produzam na língua, ao mesmo tempo que qualifica essas condições, dizendo sobre a língua e os sujeitos através dos sentidos que pode suscitar.

Assim temos a concepção de que “todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro.” (GUIMARÃES, 2002, p. 12). É somente através da memória, do recorte de um passado histórico, que o acontecimento adquire a capacidade de projetar um futuro, de projetar sentidos. Diríamos, então, que essas são as condições que qualificam o acontecimento como interpretável.

O papel do analista, em meio a esses pressupostos teóricos, trata-se de dimensionar o acontecimento, atentando-se para características que pretende analisar e refletir. Trata-se, assim, de acordo com Guimarães (2018), de configurar a dimensão de análise, a ordem de relações em que o acontecimento se produz como diferença. E trata-se de encontrar o que se intenciona analisar em enunciados de acontecimentos, que o autor denomina de “‘condições decisivas’ no funcionamento dos enunciados” (GUIMARÃES, 2018, p. 17). Ademais, deve-se ter em mente que a análise de acontecimentos de enunciação específicos serve ao propósito de refletir sobre a produção de sentidos.

Na forma como a tomamos, a Nota de Apresentação de Ênio Silveira para *O sol é para todos* pode ser pensada nos moldes de um acontecimento em sua dimensão de relação com a produção da narrativa em Língua Inglesa e sua transposição para a Língua Portuguesa no Brasil. Isso porque a Nota faz trabalhar uma rede de memórias ao reinscrever as relações estabelecidas pela narrativa, a partir do contexto estadunidense, no Brasil. Como vemos na parte das análises do *corpus*, ao recuperar características próprias do contexto sócio-histórico estadunidense, o enunciativo da Nota posiciona-se a favor da personagem Atticus

Finch, qualificando-a, e caracterizando seu papel no interior da narrativa, não mais a partir daquilo que ela representa no seio estadunidense, mas a partir do que passa a representar no seio brasileiro a partir da posição político-ideológica do enunciador: o sujeito que se volta contra a crescente opressão que culmina no Golpe Militar e que personifica a luta pela manutenção da democracia.

Ademais, por meio da análise da Nota em conjunto com a análise do texto de homenagem de Silveira a Mário da Silva Brito, é possível mobilizar a configuração ideológica da Editora Civilização Brasileira em meio à classe editorial dos anos 1960. Esse movimento é decisivo para a reflexão sobre a configuração da Nota de Apresentação como aquela que passa a instaurar uma realidade que será tomada como um produto para o funcionamento dos sentidos da narrativa. Assim, enquanto analistas, neste estudo nos perguntamos sobre o acontecimento de produção da Nota de Apresentação enquanto diferença na produção dos sentidos da narrativa.

Para fechar essa exposição sobre o acontecimento a partir das diferentes óticas teóricas abordadas nesta seção, estabelecemos um paralelo entre o exposto acerca de Pêcheux (2014; 2015), na Análise de Discurso, e o exposto acerca de Guimarães (2020), na Semântica da Enunciação. Propomos que as principais diferenças encontradas nas visões sobre o acontecimento pelos autores se restringem à forma de tratamento daquilo que as duas teorias tomam como seu objeto de estudo: o discurso, para a AD, e a enunciação, para a Semântica da Enunciação. Enquanto que para a AD o discurso se realiza em processo numa relação de contradição que não tem origem em um sujeito consciente, nem em condições estáveis de formação, para a Semântica da Enunciação a enunciação é fundada em traços semânticos de acontecimentos sócio-históricos, dizendo sobre certas condições de formação e criando condições de formação de novos enunciados.

Podemos pensar, a partir disso, que, embora se aproximem ao refletir e incorporar os domínios da história e do social, e a condição de descentramento do sujeito, as teorias não os incorporam da mesma forma. Isso faz com que em Pêcheux (2015) o acontecimento esteja mais voltado para os processos que permitem a repetição de uma formulação em circunstâncias que a atualizam. Essa é a condição que abre os enunciados para a interpretação, para a equivocidade, como o exposto a partir do exemplo de “On a gagné”, enunciado realizado em um discurso

outro, mobilizando uma memória que é atualizada através dos sentidos produzidos para além de sua formulação lógica. Em nosso *corpus*, esse entendimento é analisado na retomada das formas de desigualdade, de preconceito e de exploração norte-americanas, que são atualizadas nas formas de desigualdade, de preconceito e de exploração brasileiras nas vésperas do Golpe Militar.

Em Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020), por outro lado, o acontecimento parece estar mais voltado para a instauração de sua própria ordem de sentidos. Ao invés do destaque para o processo que possibilita sua ocorrência, é o próprio acontecimento que instaura uma realidade em sua produção, estabelecendo um recorte de um memorável e uma latência de futuro, de possibilidades de sentidos. É o acontecimento, assim, que enuncia as condições históricas e as qualifica, identificando e separando os sujeitos que estão tomados no simbólico. Em nosso *corpus*, esse entendimento é analisado na forma como a Nota se produz enquanto diferença em sua relação com a narrativa, instaurando uma temporalidade de sentidos.

Deixamos claro para esse paralelo, também, o caráter relacional dos enunciados e, junto com ele, o do sentido, característica presente nas duas teorias. Como afirma Guimarães (1989, p. 74), “é impossível pensar a linguagem, o sentido, fora de uma relação.” Os enunciados são produzidos a partir da relação dos sujeitos com o mundo, com a língua e uns com os outros. Os sentidos, assim, precisam ser lidos a partir da história e do social, pois o aparecimento de certos enunciados tanto “é um acontecimento que tem características de certas condições sociais e históricas.” (GUIMARÃES, 1989, p. 78), quanto é uma criação da realidade a partir do momento em que é discursivizada, como o exemplo de “caraíba” trazido pelo autor (GUIMARÃES, 2020).

O que intencionamos a partir do paralelo das teorias apresentadas nesta seção é pensar que o acontecimento tanto abre os enunciados para a equivocidade, para a interpretação, como ao mesmo tempo pode dar condições à produção de sentidos, instaurar sua realidade. O que nos leva a questionar: a Nota de Apresentação para o romance *To Kill a Mockingbird*, enquanto parte da materialidade de apenas uma de suas traduções no Brasil, a de 1963 pela Editora Civilização Brasileira, uma diferença na relação com as outras traduções do romance e, principalmente, com a produção de sentidos da narrativa em Língua

Inglesa, pode constituir um acontecimento que abre a narrativa para interpretações e dá condições a sua produção de sentidos?

Sua produção se dá em uma relação de diferentes discursos, sob diferentes condições históricas e sociais, em um funcionamento que retoma alguns discursos e os desestabiliza. Desse modo, acreditamos que os enunciados que compõem a Nota, em sua relação uns com os outros, com a obra, com o mundo e com os sujeitos, retomam uma memória e a ressignificam, dando produção a novos sentidos.

2.2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Após tratar teoricamente do conceito de acontecimento a partir de Pêcheux (2014; 2015) e Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020), passamos à categoria teórico-analítica das condições de produção (CP). Em conjunto com o entendimento sobre o acontecimento, que dá conta da desestabilização dos sentidos e da abertura à interpretação, essa categoria, de que tratamos nesta seção, possibilita entender as condições históricas e sociais em que o discurso emerge pois, toma, em sua expressão, as relações de forças próprias das condições de reprodução e transformação das práticas ideológicas. De um modo introdutório, diremos portanto, que, se a língua é a base em que o discurso se materializa, as condições de produção são aquelas que conferem a causalidade histórica de funcionamento ao discurso.

2.2.1 Condições de produção: uma revisão teórica

Ainda que os primeiros indícios para o desenvolvimento da noção de condições de produção no escopo da AD estejam na obra *Análise automática do discurso* (AAD69), de 1969, de Pêcheux, nessa obra formam uma definição empírica da noção, pensada principalmente a partir do esquema da comunicação de Jakobson³⁸. Assim, de maneira oposta, não gostaríamos de principiar o desenvolvimento acerca dessa categoria teórico-analítica retomando a AAD69, mas retomando o que abordamos na seção sobre o tratamento da subjetividade e do

³⁸ Roman Jakobson, linguista russo autor de ensaios como “Linguística e teoria da comunicação” (1961) e “Aspectos linguísticos da tradução” (1959) que podem ser lidos na obra *Linguística e comunicação* (JAKOBSON, 2008).

sentido a partir do artigo “A semântica e o corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso”, de Haroche, Pêcheux e Henry, de 1971, que apresenta as primeiras definições teóricas da noção, posteriormente aprimorada por Pêcheux, em 1975, mas, principalmente, por Courtine, em 1980.

Em si, a semântica discursiva abordada no artigo, que posteriormente se tornou a Análise do Discurso, é definida como a análise dos processos de formação de um discurso (formação discursiva) que considera a ligação existente entre os processos e as condições em que o discurso é produzido. Mais precisamente, as condições de produção de um discurso são tomadas como as condições históricas capazes de explicar as posições a que o discurso se refere. Desse modo, enquanto um processo, a formação de um discurso precisa ser tomada nas condições que lhe dão origem, relativas às relações de forças constituídas pelos sujeitos em práticas sociais.

Nesse momento ainda inicial da AD, mesmo sendo teoricamente definida a categoria de condições de produção, restavam muitas divergências acerca do que deveria ser considerado ao se trabalhar com ela, pois a ênfase ainda recaía com frequência sobre a visão empírica de condições de produção, da situação de enunciação, circunstancial, de emergência do discurso.

O linguista Jean-Jacques Courtine, que veio a ser um crítico proeminente dos trabalhos de Pêcheux, em sua tese de 1980, “Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos”, pontua a “irresistível atração que toda pesquisa [...] parece ter por uma definição das CP em que domina a referência a uma situação psicossociológica de comunicação.” (COURTINE, 2009, p. 51). É o linguista quem melhor delimita o funcionamento das condições de produção, de forma teórica e prática, a partir da retomada crítica de trabalhos com a noção em pesquisas anteriores no campo da AD.

Courtine (2009) principia explicando que a visão empírica e quantitativa da noção de condições de produção, que parece ter sido a base de seu desenvolvimento em Pêcheux (1969), fez com que de início a noção não se adequasse totalmente ao escopo de uma teoria materialista como a AD se pretende. Para o linguista, a noção de condições de produção teria tido três origens: uma a partir da análise de conteúdo, calcada no aqui e agora, como é tomada pela psicologia social; outra origem, indireta, a partir da sociolinguística, como causa e

efeito entre língua e sociedade, como é tomada pela análise sociolinguística francesa do discurso; e a terceira, implícita, ou involuntária, na visão de Courtine (2009), a partir do texto “*Discourse Analysis*”, do linguista estruturalista Zellig Harris de 1952, que aborda a “situação” extralinguística, como seria tomada por um viés funcionalista da AD.

Na sua origem, portanto, as condições históricas da produção de um discurso poderiam ser tomadas como as circunstâncias da produção em um sentido psicossociológico, em que prevalece a situação de enunciação, as trocas verbais entre os locutores, e as tipologias relacionadas. Nas palavras de Courtine (2009, p. 50), “A tentativa de definição geral, esboçada em Pêcheux (1969), não é, pois, de uma natureza que possa romper com as origens psicossociológicas da noção”. Disso, de acordo com o autor, resulta uma noção com as definições de seu conteúdo heterogêneas e contraditórias, que na prática é tratada com frequência apenas no plano psicossociológico.

Para o autor, acima de tudo, os problemas de delimitação da categoria de CP estariam relacionados à passagem da teorização da AD para sua realização prática. Nisso está uma das principais críticas de Courtine (2009) sobre a noção em AD, tecida a partir do lugar de formação da noção de CP na articulação da psicologia social e da linguística. Para o autor, na fundação da AD, enquanto disciplina de entremeio, a noção se produz na articulação de duas faltas próprias a essas ciências: a falta da sustentação dos enunciados na materialidade da língua para a psicologia social, ao contrário da linguística, para a qual há a falta de uma “teoria do sujeito da situação’, ou seja, das CP do discurso” (COURTINE, 2009, p. 48).

Com isso, acrescentamos que, no início da AD, a forma de aplicação da noção de CP ainda encontrava problemas pela forma com que se teorizava o nó da língua com o seu exterior, sendo tomada por um viés por vezes pragmático, automatizado e mecânico, de um exterior que se refletia na língua. Courtine (2009) produz mudanças importantes para essa questão pela forma com que compreende a história, o que desautomatiza as relações entre a língua e o exterior pelos sujeitos. Lembremos, porém, que a leitura do linguista é feita também com base em produções dos estudiosos da AD nos anos que se seguiram a 1969, de modo que o papel de um componente histórico já passara a ser concebido no interior da teoria que se constituía como uma teoria materialista do discurso. A contribuição de

Courtine (2009) está na forma pela qual a história é tomada, que se diferencia dos trabalhos anteriores, como veremos a seguir.

O momento de produção da revisão crítica de Courtine, 1980, assim, não engloba apenas a definição empírica inicial de condições de produção de Pêcheux (1969), mas já a definição teórica formulada nos anos posteriores. Desse modo, o linguista nos lembra que a definição teórica encontrada no artigo de Haroche, Pêcheux e Henry, “A semântica e o corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso”, de 1971, com que iniciamos esta seção, parte de uma reformulação da noção de CP baseada na atualização da noção de formação discursiva, para a qual o trabalho de Foucault (1969)³⁹ havia contribuído em grande medida.

É por isso, principalmente, que nesse texto de Haroche, Pêcheux e Henry (1971) as condições de produção são pensadas como as condições históricas que explicam as posições a que o discurso se refere, pois são relativas às formações discursivas em que o sentido está se produzindo. O discurso, assim, é tomado como produzido entre lugares, que nada mais são do que as projeções imaginárias de sujeitos inseridos em uma formação ideológica que significam e são significados a partir de sua inscrição em uma determinada formação discursiva.

Já o trabalho posterior de Pêcheux, em parceria com a linguista Catherine Fuchs, de 1975, “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)”, apresenta a noção mais bem delimitada do que nos trabalhos anteriores. Nesse trabalho, a ênfase está na ambiguidade da definição de condições de produção como aquela que alia determinações históricas à “situação concreta”, imediata, de enunciação, sendo necessário “reconhecer a defasagem entre o registro do imaginário, cuja existência não é anulável sob o pretexto de que se trata do imaginário, e o exterior que o determina.” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 182).

Com isso percebemos que no momento de 1975, mesmo que as condições constituídas pelos lugares dos sujeitos, ou melhor, as determinações históricas que pautam as projeções imaginárias dessas posições, recebam ainda mais ênfase na constituição das CP, a situação de enunciação também é levada em conta como determinação da produção da superfície linguística que materializa um discurso. As condições de produção, nesse sentido, se constituem sob a necessidade de um

³⁹ Courtine (2009) se reporta ao texto *A arqueologia do saber*, de Foucault, publicado na França, pela primeira vez, em 1969 e, no Brasil, em 1986.

cotejo entre a exterioridade e anterioridade discursiva e o “aqui e agora” da enunciação.

Considerando também esses textos, e ainda outros trabalhos em AD com a noção de CP, a revisão teórica de Courtine (2009, p. 51) comenta criticamente a passagem contínua da história ao discurso, com a “ausência de uma hierarquização teórica dos planos de referência da noção” de condições de produção, a saber: o plano psicossociológico, o plano histórico e o plano linguístico que, na visão do linguista, são justapostos uns aos outros, sem ordem de determinação.

Assim, mesmo que a história seja tomada por meio de “determinações que caracterizam um processo discursivo”, nossa leitura de Courtine (2009) sugere que, até meados de 1980, a forma pela qual o componente histórico era tomado através da noção de CP nem sempre seria a adequada ao escopo da AD, já que, mesmo que com raras exceções⁴⁰, era tomado ou de forma generalista ou de forma individualista. Na visão do autor, a forma generalista está na análise que se produz a partir de uma conjuntura, tomando os indivíduos em uma constituição muito ampla, que não os considera como efeitos de condições determinadas historicamente. Já a forma individualista é ainda próxima do plano psicossociológico, tomando a passagem contínua da história para o discurso por uma simples mediação de um indivíduo com um grupo em uma situação de enunciação.

O autor resume o problema, relativo à operacionalização das CP, à frequência em que se dá a “psicologização espontânea” das determinações históricas, aquela que

ameaça continuamente transformar essas determinações [propriamente históricas do discurso] em simples circunstâncias em que interajam os ‘sujeitos do discurso’, o que equivale também a situar no ‘sujeito do discurso’ a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito. (COURTINE, 2009, p. 52, grifos do autor).

Na tentativa de operacionalizar as CP, compreendendo o componente histórico, não sob a forma da representação de um exterior que se inscreve espontaneamente no discurso, o que incorre no risco da “psicologização espontânea”, e, sim, sob a forma das relações ideológicas de que os sujeitos se constituem como efeitos, a revisão teórica de Courtine (2009) sugere que a noção

⁴⁰ Courtine (2009) cita estudos desenvolvidos por Jacques Guilhaumou, Denise Maldidier, Jean-Baptiste Marcellesi e Régine Robin.

de CP seja redefinida frente à análise histórica das contradições ideológicas entre as classes no conceito de formação discursiva, o que dá abertura, em AD, para o trabalho da contradição no interior das formações discursivas.

Se retomarmos o que tratamos sobre as condições ideológicas de reprodução e transformação das relações de produção, na forma como essas são trabalhadas em Pêcheux (2014) a partir de Althusser (1999), entenderemos que a visão de Courtine (2009) parte da condição de que, em meio à reprodução e à transformação dessas relações, opere a contradição ideológica expressa na correlação de forças entre as classes.

Isso supõe considerar que, no todo das formações discursivas, ocorrem relações antagônicas de dominação, mas, também, que no interior de cada formação discursiva existem dissonâncias, diferentes posições-sujeito que se afastam e se aproximam dos saberes próprios da formação discursiva. Esse aspecto, relativo às formas de identificação dos sujeitos com os saberes da FD, passou a ser tratado, em estudos posteriores da AD, por meio de processos de identificação, contraidentificação e desidentificação, como processos que refletem a condição própria das contradições ideológicas entre as classes.

Além disso, o proposto por Courtine (2009) acerca da contradição abriu espaço para uma nova percepção sobre o interdiscurso. A concepção de contradição na constituição das FDs contribuiu para o entendimento de que uma formação discursiva não é homogênea e fechada, mas heterogênea e aberta em sua relação com as outras formações discursivas no interdiscurso. Essas são características que estão alinhadas com a transformação das relações de produção pelo movimento de identificação dos sujeitos entre as FDs.

Para entender melhor essa atualização da noção de condições de produção, que abarca a contradição de uma FD e está diretamente relacionada às relações sócio-históricas de produção, nos reportamos a Henge (2015) e Brito (2019), pesquisadoras que, resguardadas as especificidades do escopo de cada estudo, trabalham com análise discursiva e tradução. Além de trazerem considerações importantes sobre a noção de CP, a forma com que as autoras abordam a noção serve também como ponto de partida para a posição de analista que assumimos neste estudo.

Acerca das CP, Gláucia Henge (2015), em tese intitulada “Feitos e efeitos discursivos no processo tradutório do literário”, que estuda o processo tradutório literário tomado como gestos de interpretação em traduções da obra *Pride and Prejudice* de Jane Austen, pontua que:

Pensar as condições de produção enquanto conceito teórico exige a consideração da concretude das relações sócio-históricas de produção, isto é, das forças produtivas em uma sociedade. Pensar as condições de produção, portanto, exige que se considere também as classes sociais, o processo histórico em que elas se configuram como tais etc. muito mais do que apenas a instância de enunciação de um/aquele discurso. (HENGE, 2015, p. 59).

Para a autora, a ênfase, ao se trabalhar com as CP, está nas relações de classe, que dão a concretude material ao discurso. Em nossa leitura de Henge (2015), é ao tratar das relações sócio-históricas de produção, constituídas nos modos de produção próprios da base econômica de uma formação social dada, que os sujeitos se produzem como efeito dessas relações.

É por esse viés que são consideradas as relações sócio-históricas na noção de condições de produção. Na perspectiva da autora, as condições de produção são onde intervêm “as relações entre os homens e forças produtivas em um momento histórico no qual o discurso emerge.” (HENGE, 2015, p. 58). Os sujeitos, assim, significam a partir das posições que ocupam; já as posições são constituídas nos modos como os sujeitos se relacionam em meio às forças produtivas de um certo momento histórico.

Ao tratar das relações sócio-históricas de produção do discurso, na visão da autora, é possível evitar a armadilha de tratar a noção de CP apenas pela teoria, um dos pontos criticados por Courtine (2009). A partir disso, Henge (2015) retoma uma questão que temos discutido: pensar o discurso é pensar sua produção como efeito de sentidos; como tal ele se dá entre lugares nas estruturas de uma dada formação social. Ao se manifestar sobre o que está em jogo na constituição da relação entre esses lugares, a autora entende como fundamental considerar as condições em que as projeções imaginárias das posições de sujeito se produzem a partir de tais lugares. A partir disso consideramos que é pela concretude das relações de produção que se pode tomar a história, não homogênea, já enquanto contradição, na utilização concreta da noção de condições de produção.

Além dessas questões, Henge (2015) não nega a situação de enunciação,

mas dá ênfase para as condições de existência do discurso, o que implica considerar “as formas históricas de assujeitamento, as relações com a língua enquanto materialidade do discurso, etc.” (HENGE, 2015, p. 61). Assim, a autora propõe que se trabalhe a partir das práticas que regulam e colocam em jogo relações historicamente determinadas em um dado momento de uma formação social, de modo que podemos complementar suas observações dizendo que a situação de enunciação também constitui-se em um dos componentes da materialidade discursiva.

Já Camila Brito (2019, p. 62), na dissertação intitulada “Uma análise discursiva das traduções da obra *Animal Farm*”, em que reflete sobre as relações paródicas entre o regime stalinista e as práticas desenvolvidas pelos porcos na fazenda da obra *Animal Farm* de George Orwell, faz considerações também próximas às de Henge (2015). Destacamos um trecho a seguir:

pode-se depreender que as CP se constituem dentro de uma correlação de força, isto é, a partir dos lugares que os sujeitos ocupam, tais forças estão em correlação de antagonismo, melhor dizendo, os conjuntos de discursos estão em relação de contradição e antagonismo. Sendo assim, essas relações podem ser transformadas dentro de um discurso. Como apontado anteriormente, essas forças são dadas pelo imaginário que se faz dos lugares ocupados pelos sujeitos em uma dada formação social.

Enquanto pensadas a partir de uma formação social e das relações de forças no interior dessa formação social, as condições de produção se formam a partir da contradição característica dos lugares dos quais os sujeitos falam. Esses lugares, enquanto historicamente e socialmente determinados, são constitutivos do que se diz.

Assim, em nosso entendimento, as condições de produção são as condições de formação dos discursos alicerçadas nas relações de força historicamente e socialmente constituídas. Podem ser tomadas, em parte, a partir da situação de enunciação de produção do discurso mas devem, sobretudo, ser tomadas a partir dos lugares que o sujeito ocupa nas relações de produção, lugares determinados historicamente e constitutivos do que se diz. São as condições de produção, desse modo, que conferem causalidade histórica ao funcionamento do discurso.

Considerando o exposto sobre o desenvolvimento conceitual da categoria teórico-analítica de condições de produção, na forma como esta é aprimorada por Courtine (2009) enquanto exploração prática, definimos a forma pela qual

mobilizamos as condições de produção que levam à análise de nosso *corpus*. Com esse propósito, abordamos: I) as condições de produção e publicação de *To Kill a Mockingbird* (1960), recorrendo ao entorno temático da narrativa; II) as condições históricas que se atravessam à produção de *To Kill a Mockingbird* e da Nota de Apresentação; e III) as condições de produção de *O sol é para todos* (1963), tradução da Editora Civilização Brasileira, e sua Nota de Apresentação, de Ênio Silveira.

2.2.2 Condições de produção da narrativa: entorno temático e lançamento da obra

De modo a elaborar a discussão desta seção para poder reconstituir o entorno temático da obra *To Kill a Mockingbird*, bem como as condições que lhe dão produção e publicação, abrangendo, assim, a relação de assimetria entre o tempo da narrativa e o tempo de produção da narrativa, que são historicamente díspares, principiamos reunindo informações sobre a vida e carreira da autora Harper Lee.

Nelle Harper Lee, ou apenas Harper Lee, como ficou conhecida, nasceu em 28 de abril de 1926, na cidade de Monroeville, no Alabama, e faleceu em 19 de fevereiro de 2016, na mesma cidade, aos 89 anos de idade. Sua obra *To Kill a Mockingbird*, lançada pela editora norte-americana J.B. Lippincott & Co, em 1960, recebeu o Prêmio Pulitzer de Ficção em 1961, e estima-se que tenha sido traduzida para mais de 40 línguas, vendendo mais de 40 milhões de cópias, como informa uma matéria do jornal “O Globo” (2016) ao noticiar o falecimento de Harper Lee (“Harper Lee, autora de ‘O sol é para todos’, morre aos 89”).

Lee, a autora, caçula de quatro irmãos, era filha de um proeminente advogado, Amasa Coleman Lee, que é tido por muitos relatos, como a matéria de “O Globo” (2016), como a inspiração para a personagem Atticus Finch, que tem importante papel na narrativa. Além disso, uma minibiografia da autora, escrita por Eileen Berdon e Tyler J. R. (c2021) no *site* IMDb, acrescenta que o pai de Harper Lee também administrava um jornal local na cidade natal da autora.

A figura do pai e a influência da família parecem ter sido decisivas para que Harper Lee estudasse direito, pois, ainda de acordo com a matéria de “O Globo” a que nos referimos, a autora “estudou direito na Universidade do Alabama de 1945 a

1949, e passou um ano no campus de Oxford como intercambista.” (O GLOBO, 2016, n. p.). Contudo, em uma das raras entrevistas concedidas por Lee, publicada no livro *Counterpoint*, de Roy Newquist (1964), sob o título “All I Want To Be Is The Jane Austen Of South Alabama' An Interview With Harper Lee”⁴¹, descobrimos que ela largou a faculdade um semestre antes de se formar.

Ainda sobre o período de infância de Harper Lee mencionamos, também a partir da minibiografia de Berdon e J. R. (c2021), que sua mãe, diferentemente do pai, passava a maior parte do tempo reclusa, pois sofria de problemas mentais, que variam, nos diferentes relatos, entre depressão e transtorno bipolar. Já nas brincadeiras de criança, Lee ficou amiga de Truman Capote⁴², que entre 1928 e 1933 foi seu vizinho. Sendo mais durona, a menina é descrita como aquela que defendia Capote de agressões feitas por outras crianças.

Quem trata dessa amizade é o biógrafo estadunidense Charles Shields na obra *Mockingbird: A Portrait of Harper Lee from Scout to Go Set a Watchman*⁴³, publicada em 2006 e ampliada em 2016. De acordo com Shields, Lee e Capote teriam desenvolvido o gosto pela literatura juntos e continuaram sendo próximos até algum tempo após o lançamento da obra *A sangue frio* (1965), de Capote, quando os ressentimentos de um em relação ao outro realmente os afastaram.

Já adulta, após deixar a faculdade, a autora se mudou para Nova York, cidade para a qual Capote havia se mudado em 1933 e já havia iniciado uma precoce carreira literária. Ao contrário do amigo, Lee não ingressou diretamente na literatura, mas começou trabalhando para uma empresa aérea enquanto realizava algumas produções escritas. É o que encontramos em uma biografia da escritora realizada pela professora Dilva Frazão (2020, n. p.) que, assim como outros interessados pela história de vida de Lee, como Shields (2016), relata que, em 1957, ela teria apresentado “o manuscrito de um romance sobre o racismo no sul dos Estados Unidos para a editora americana J.B. Lippincott & Co., mas foi aconselhada a refazer aquela história.” Somente após dois anos de reescrita nasceria *To Kill a Mockingbird*, publicado em 1960.

⁴¹ Em tradução livre: “Tudo o que eu quero é ser a Jane Austen do Sul do Alabama' uma entrevista com Harper Lee”.

⁴² Escritor, roteirista e dramaturgo norte-americano, é conhecido pela novela *Bonequinha de luxo* e pelo romance de não-ficção *A sangue frio*, inspirado no caso de assassinato de uma família no Kansas (EUA) e produzido a partir de relatos obtidos com a ajuda de Harper Lee no diálogo com a população local.

⁴³ Em tradução livre: *Mockingbird: um retrato de Harper Lee de Scout a “Vá, coloque um vigia”*.

Como a própria Harper Lee revelou na já citada entrevista publicada por Newquist (1964), no livro *Counterpoint*, o período de reescrita perdurou por dois anos devido às pausas que ela se via obrigada a realizar para resolver problemas pessoais e familiares.

Quando perguntada, nessa mesma entrevista, sobre o processo de escrita e as motivações por trás do trabalho de um escritor, Lee argumentou que um escritor escreve para si mesmo, e não para um público, como traduzimos a seguir:

Eu não acredito nesse negócio de “Não, eu não escrevo para mim mesma, eu escrevo para o público.” Isso é bobagem. Qualquer escritor que se preze escreve para agradar a si mesmo. Ele escreve, não para se comunicar com outras pessoas, mas, para se comunicar mais seguramente consigo mesmo. É uma operação autoexploratória interminável. (NEWQUIST, 1964, n. p., tradução nossa).⁴⁴

A reflexão sobre o trabalho do escritor se alinha com o amor que Lee demonstrou ter pela escrita nessa mesma entrevista pois, para ela, a atividade se tornava um processo de imersão e afastamento do mundo que a cercava, tamanho o prazer obtido ao lapidar a linguagem.

Mesmo com o fascínio pela atividade e, ainda que mencionasse o desejo de publicar outras obras, comentando sobre a empolgação com outro projeto em que trabalhava, após 1964 Lee parou de participar de eventos literários e se tornou mais reclusa, se recusando com frequência a dar entrevistas.

Assim, ao longo de sua vida foram raras suas aparições públicas, bem como as entrevistas concedidas, que parecem ser um total de três. A maior delas é a publicada por Newquist (1964), no livro *Counterpoint*, que citamos acima; a segunda se trata de uma entrevista concedida ao “The New York Times” em 2006; e a última, e mais recente, é a concedida para o jornal britânico “Daily Mail”, sobre os 50 anos de lançamento de *To Kill a Mockingbird*, em 2010. Esta, contudo, só pôde ser realizada sob a condição de que o repórter não abordasse “o livro”, como ficou denominada a obra de Lee por pessoas próximas.

Um trecho da primeira entrevista concedida por Lee (NEWQUIST, 1964), em tradução na matéria de “O Globo” (2016), expressa o assombro da escritora com a

⁴⁴ Do texto-fonte: “I don't believe this business of ‘No, I don't write for myself, I write for the public.’ That's nonsense. Any writer worth his salt writes to please himself. He writes not to communicate with other people, but to communicate more assuredly with himself. It's a self-exploratory operation that is endless.” (NEWQUIST, 1964, n. p.).

repercussão que seu livro tomou:

Nunca esperei nenhum tipo de sucesso com 'O sol é para todos'. Eu esperava por uma morte rápida e misericordiosa nas mãos dos críticos literários, mas, ao mesmo tempo, esperava que alguém gostasse e me desse incentivo para continuar. Eu recebi muitos elogios. E isso foi tão assustador quanto a morte rápida e misericordiosa que eu esperava. (O GLOBO, 2016, n. p.).⁴⁵

Não se sabe ao certo o porquê do afastamento de Lee dos holofotes pouco tempo depois do lançamento do livro, para o que a autora chegou a dizer, entre outros comentários que podem ser lidos na matéria de Garber (2015), “Harper Lee: The Sadness of a Sequel”⁴⁶: “Eu não passaria pela pressão e pela publicidade que eu passei com *To Kill a Mockingbird* por dinheiro nenhum.” e, ainda, “É melhor ficar em silêncio do que ser um tolo.” (GARBER, 2015, n. p., tradução nossa)⁴⁷. Assim, duas hipóteses frequentemente levantadas acerca do afastamento referem-se ao sucesso de *To Kill a Mockingbird*, que poderia ter gerado um tipo de pressão sobre trabalhos futuros, e a um possível arrependimento da publicação, que fez com que Lee tivesse de encarar suas heranças racistas e a repercussão do tema em sua cidade natal.

Muitos pesquisadores, como Shields (2016), e até mesmo os próprios conterrâneos de Lee, que participaram com alguns relatos na entrevista ao “Daily Mail” (CHURCHER, 2010), a última concedida pela autora, sugerem que a reclusão tenha sido uma escolha particular, como resultado da forma encontrada pela autora para lidar com os profundos dilemas pessoais e familiares de que ela tratou na narrativa de *To Kill a Mockingbird*, bem como para lidar com os dilemas que foi vivenciando nos anos posteriores ao lançamento: a timidez, a perda de pessoas próximas e o abuso de álcool.

Harper Lee continuou vivendo em Nova York até 2007, quando teve um AVC e voltou a morar em sua cidade natal, perto da irmã Alice, que acabou falecendo em 2014. Já bastante debilitada ao final da vida, com problemas de visão e audição, e

⁴⁵ Do texto-fonte: “You see, I never expected any sort of success with *Mockingbird*. [...] I was hoping for a quick and merciful death at the hands of reviewers, but at the same time I sort of hoped that maybe someone would like it enough to give me encouragement. Public encouragement. I hoped for a little, as I said, but I got rather a whole lot, and in some ways this was just about as frightening as the quick, merciful death I'd expected.” (NEWQUIST, 1964, n. p.).

⁴⁶ Em tradução livre: “Harper Lee: a tristeza de uma sequência”.

⁴⁷ Do texto-fonte: “I wouldn't go through the pressure and publicity I went through with *To Kill A Mockingbird* for any amount of money.” e “Well, it's better to be silent than to be a fool.” (GARBER, 2015, n. p.).

morando em uma clínica para idosos, Harper Lee faleceu em 2016, de causas naturais.

A publicação de uma continuação para *To Kill a Mockingbird*, intitulada, no Brasil⁴⁸, *Vá, coloque um vigia*, em 2015, pouco antes da morte de Lee, movimentou o meio literário. O estranhamento causado pela publicação se deve a suas condições suspeitas de produção e lançamento, como podemos ler no artigo de Garber (2015): a permanente postura da autora de afastamento da atividade literária põe em dúvida o desejo de publicação da obra, e seu estado de saúde agravado põe em dúvida a autenticidade da autorização de publicação. Além disso, mesmo que anunciada como a continuação do livro anterior, *Vá, coloque um vigia* é tida, para alguns autores, como Maia (2015), no artigo “Harper Lee e o livro que deveria ter ficado na gaveta” da “Revista Veja”, como o resultado das manobras de um editor e uma advogada para lançar um novo livro a partir de um manuscrito que poderia ser um rascunho de *To Kill a Mockingbird*.

Se passarmos a nos deter naquilo que se refere à inspiração para a composição da narrativa de *To Kill a Mockingbird*, às condições de produção de seu entorno temático, temos de considerar que, ao apontarem as semelhanças entre a vida de Lee e sua obra, por repetidas vezes a autora reforçava que sua obra não se tratava de um trabalho autobiográfico. Entretanto, muitas fontes e diferentes estudiosos detalham semelhanças da narrativa com acontecimentos da infância de Lee.

Shields (2016), na biografia de Lee, por exemplo, monta uma cronologia de acontecimentos na vida da escritora que são transpostos para o romance: o incêndio de uma casa vizinha, o cachorro raivoso à solta na rua, os julgamentos no tribunal, entre outros. Já os conterrâneos de Lee, na entrevista ao “Daily Mail” (CHURCHER, 2010), relatam como é possível identificar, na construção das personagens presentes na narrativa, seus vizinhos e amigos. Nessa linha, as correspondências mais citadas são: o menino Dill, que seria baseado em Capote, Atticus, baseado no pai de Lee, Scout, baseada na própria Harper Lee, e a figura de Boo Radley, que poderia ter sido baseada na própria mãe reclusa de Harper Lee.

O ponto que consideramos essencial é que, independentemente da visão mais pragmática de leitura da obra, que propõe a correspondência entre pessoas do

⁴⁸ Do título original *Go Set a Watchman*.

círculo de Lee e suas representações na forma de personagens criados na narrativa, a escritora alegava tomar como sua tarefa de escrita recriar o imaginário e o modo de vida do Sul dos Estados Unidos. Podemos ver esse anseio expresso na entrevista publicada por Newquist (1964, n. p., tradução nossa):

Eu gostaria de deixar algum registro do tipo de vida que houve em um mundo muito pequeno.⁴⁹

Como se sabe, o Sul ainda é formado por milhares de cidades pequenas. Há um padrão social muito bem definido nessas cidades que me fascina. Eu acho que é um padrão social muito rico. Eu simplesmente gostaria de reunir tudo o que eu sei sobre isso, porque eu acredito que há algo universal nesse pequeno mundo, algo decente a ser dito sobre ele, e algo a lamentar ao discorrer sobre ele.⁵⁰

A narrativa de Harper Lee, nesse sentido, mesmo que publicada no início dos anos 1960, se produziu aos moldes de uma caracterização e reprodução do imaginário presente no Sul dos Estados Unidos na década de 1930, o período da Grande Depressão, compondo, de certo modo, um retrato da época e comunidade em que Lee esteve inserida na infância.

Dizemos isso porque a narrativa de *To Kill a Mockingbird* constitui-se de memórias de infância narradas em primeira pessoa por uma adulta Jean Louise “Scout” Finch, que tenta entender os vários acontecimentos que de alguma forma influenciaram seu crescimento na década de 1930, na pequena cidade fictícia de “Maycomb”, no estado do Alabama, sul dos Estados Unidos, e a fizeram amadurecer através de diferentes dilemas morais. Assim, Scout parte de uma posição narrativa de suas memórias a partir dos oito anos, retomando o exemplo dado por seu irmão mais velho, Jeremy, “Jem”, de 12 anos, e pelo pai, o advogado Atticus Finch, para compreender as diferenças entre o certo e o errado.

As crianças, no decorrer da história que engloba três anos, passam pelo período escolar e aproveitam a época de férias para viver várias aventuras junto do amigo Dill, aprendendo a lidar com as diferenças sociais existentes em uma pequena comunidade que segrega os menos privilegiados. Logo no início da

⁴⁹ Do texto-fonte: “I would like to leave some record of the kind of life that existed in a very small world.” (NEWQUIST, 1964, n. p.).

⁵⁰ Do texto-fonte: “As you know, the South is still made up of thousands of tiny towns. There is a very definite social pattern in these towns that fascinates me. I think it is a rich social pattern. I would simply like to put down all I know about this because I believe that there is something universal in this little world, something decent to be said for it, and something to lament in its passing.” (NEWQUIST, 1964, n. p.).

narrativa, desenvolvem uma curiosidade por “Boo Radley”, apelido dado ao vizinho recluso, Arthur Radley, que, como um fantasma, não é avistado há pelo menos 15 anos. As crianças ficam obcecadas pelos mistérios que envolvem o comportamento dessa personagem. Esta curiosidade é o que move a narrativa, definindo seu início e seu final, pois são os acontecimentos que envolvem Boo Radley que abrem e encerram a narrativa.

Além disso, a inventividade das crianças é um modo à parte de compreender todo o universo que as cerca. Se, na infância de Lee, as crianças viviam em sua imaginação grande parte do tempo, pois a autora relata que “Nós inventávamos coisas; nós éramos leitores e no quintal transferíamos tudo o que víamos para o papel na forma de drama exagerado. (NEWQUIST, 1964, n. p., tradução nossa)⁵¹, na infância de Scout isso não se dá de forma diferente.

O modo de vida em uma pequena cidade do sul dos Estados Unidos se atravessa nesse percurso da narrativa. Em meio às vivências de criança, se reproduzem condições sociais próprias da década de 1930, da Grande Depressão Americana, no Sul historicamente escravocrata dos Estados Unidos. Trazemos um trecho da narrativa, extraído de um diálogo entre Scout, seu irmão, Jem, e o pai, Atticus, na tradução de 1963, para dar abertura a essas questões:

- E nós, Atticus, também somos pobres?

Atticus assentiu: - Somos sim, filha.

Jem franziu a testa. – Assim tão pobres quanto os Cunningham?

- Não, não tanto... Os Cunningham são gente do campo, lavradores, e a crise afetou-os mais duramente.

Atticus explicou-nos então que a pobreza dos lavradores se refletia muito na pobreza maior ou menor das outras profissões. Como o Condado de Maycomb era particularmente agrícola, os médicos, os dentistas e os advogados tinham muita dificuldade em ganhar dinheiro, se a lavoura não tivesse com que pagar-lhes. Explicou ainda que, se o Senhor Cunningham quisesse, poderia vender o seu voto a um político e conseguir até um emprego na Administração do Condado, mas as suas terras, se fôsem abandonadas, ficariam ainda mais pobres e arruinadas. Por isso o Senhor Cunningham preferia passar fome a deixar a sua terra ou a liberdade do seu voto. Disse depois Atticus que o velho Cunningham provinha de uma boa cêpa de homens íntegros e, como não tinha dinheiro para pagar os advogados, pagava com o que tinha. (LEE, 1963, p. 31).

Nesse diálogo, Scout se vê na mesma posição social da Walter Cunningham, seu colega de escola, até que Atticus explica que as condições econômicas e

⁵¹ Do texto-fonte: “We devised things; we were readers, and we would transfer everything we had seen on the printed page to the backyard in the form of high drama.” (NEWQUIST, 1964, n. p.).

sociais das duas famílias são diferentes. A família Cunningham, composta de lavradores, é conhecida pelas condições precárias em que vive durante “a crise”, que “afetou-os mais duramente”; a família Finch, composta de advogados, mesmo dependendo do dinheiro injetado na economia local pela produção do campo, dispõe de uma condição de vida elevada, que é resultado do histórico de exploração do trabalho escravo.

A “crise”, que afeta mais severamente os trabalhadores do campo, a base das relações de produção, entre eles a família Cunningham, trata-se do período da Grande Depressão Americana que iniciou em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores, e perdurou pela década de 1930, terminando com a Segunda Guerra Mundial. Como uma crise gerada pela superprodução de alimentos e produtos industrializados seguida por uma recessão econômica, o período é caracterizado pelos casos de endividamento de fazendeiros e pelas altas taxas de desemprego, condições que resultaram na situação de miséria de muitas famílias da base das relações de produção.

No trecho da narrativa que destacamos, a lição dada por Atticus é sobre se colocar no lugar do outro, considerando as diferentes condições sociais de cada um e o lugar de privilégio de que alguns dispõem. Por mais que a família de Scout também seja prejudicada pela crise, suas condições de vida ainda são melhores do que as da família Cunningham, composta de fazendeiros endividados que não aceitam nenhum tipo de auxílio ou compensação que não seja pelo suor de seu trabalho⁵². Essa diferença de realidade, social e econômica, entre as famílias, passa despercebida à menina Scout, até o momento em que é explicitada por seu pai.

Entretanto, um dos acontecimentos da narrativa com mais impacto na recepção da obra, e aquele que resulta em mais estudos, é, sem dúvida, a atuação de Atticus Finch como advogado de defesa de Tom Robinson, jovem negro

⁵² Precisamos comentar que mencionamos auxílio ou compensação porque, ainda que, no trecho da narrativa citado, da tradução de 1963, haja a menção de que o Sr. Cunningham poderia “vender seu voto” para conseguir um emprego, essa tradução provoca alguns questionamentos. No texto-fonte esse mesmo trecho está como “If he held his mouth right, Mr. Cunningham could get a WPA job [...]” (LEE, 1960, p. 23), em que “WPA job” reporta-se historicamente à “*Works Progress Administration*” (NEW DEAL, [2021]), uma agência de empregos em obras públicas criada como parte do *New Deal*, o conjunto de medidas do governo do presidente Roosevelt para recuperação da crise econômica. Como agência de empregos, o funcionamento da WPA não implicaria necessariamente compra/venda de votos. Como comparação à tradução do trecho, citamos as outras versões no Brasil: “Se quisesse abdicar de suas opiniões, o Sr. Cunningham poderia arranjar um emprego estadual [...]” ([1978?], p. 29) e “Se fizesse tudo direito, podia conseguir um trabalho na Bolsa de Empregos [...]” (LEE, 2015, p. 33).

injustamente acusado de estupro. Esse é também o tema que nos permite pensar sobre o entorno escravocrata e racista que dá condições de produção à narrativa.

A parte de Atticus na defesa de Tom Robinson é um acontecimento que provoca um grande abalo na cidade de Maycomb. Os moradores ficam chocados ao imaginar que alguém como Atticus Finch se importe com um homem negro, encarando essa postura como inconciliável com a do imaginário local acerca da tradição da família Finch e acerca do lugar ocupado pela parcela de pessoas negras. Assim, os moradores acabam se revoltando contra o advogado porque ele não apenas se importa com Tom Robinson, mas toma a parte de sua defesa no tribunal, em uma ação pública perante a cidade.

Portanto, a atuação de Atticus como advogado de defesa de Tom Robinson, na década de 1930, vai contra os valores das classes hegemônicas da população da cidade fictícia de Maycomb, no Alabama e, principalmente, contra o imaginário dessas classes acerca dos valores que constituem a tradição da família Finch. Esses valores, por sua vez, são tomados como os de uma família que tradicionalmente e historicamente possui e administra um latifúndio com base no trabalho escravo, característica que remonta à ordem econômica estabelecida nos Estados Unidos.

O país norte-americano se constitui, historicamente, pela fundação de um sistema econômico baseado no trabalho escravo. De acordo com o professor e historiador estadunidense Eric Foner (c2014), no curso “The Civil War and Reconstruction – 1850-1861: A House Divided”⁵³, embora a escravidão, tomada como a redução de uma pessoa à condição de propriedade, já existisse em diversas sociedades e culturas, nos Estados Unidos, pela primeira vez, a ordem econômica se desenvolveu a partir do trabalho escravo. Não se trata, neste caso, do estabelecimento de uma formação social *com* escravos, mas, de acordo com Foner (c2014), de uma *sociedade escravocrata*. Esta forma de organização fez com que a nação se desenvolvesse em torno do capital gerado pela escravidão – através dos

⁵³ Eric Foner é autor de obras como “Free Soil, Free Labor, Free Men: The Ideology of the Republican Party before the Civil War” (1970, “Terra livre, trabalho livre e homens livres: a ideologia do Partido Republicano antes da Guerra Civil, em tradução livre) e “Politics and Ideology in the Age of Civil War” (1980, “Política e ideologia nos tempos da Guerra Civil, também em tradução livre). O curso, intitulado “Guerra Civil e reconstrução – 1850-1861: uma casa dividida”, em tradução livre, foi projetado em torno das interpretações históricas sobre as causas da Guerra Civil Americana e é oferecido de forma *on-line* pela Universidade de Columbia. Realizamos o curso entre maio-setembro de 2022.

bens de consumo produzidos a partir do trabalho escravo –, mas, principalmente, fez com que a ordem social passasse a se estruturar em torno de práticas próprias da escravidão.

Há que se ressaltar, ainda com base em Foner (c2014), que, diferentemente das culturas com escravos, nos Estados Unidos a escravidão foi perpetuada com base na cor da pele como critério para redução de uma pessoa à condição de posse. Através dessa condição, formou-se um imaginário pelo qual a cor da pele estava atrelada à “qualidade inerente” dos escravizados serem sujeitados à escravidão e ao tratamento inferior. Não obstante esse funcionamento terrível, que deu condições de existência à discriminação racial, e que perpassa o funcionamento dos sentidos de diferentes discursos nos Estados Unidos, há outra característica que precisa ser apontada para o que discutimos nessa seção.

Ainda com base em Foner (c2014), outro diferencial na organização da escravidão nos Estados Unidos, em relação às sociedades com escravos, foi o trabalho escravo aplicado na agricultura em grandes plantações, os latifúndios, voltados primeiro para a produção de açúcar, depois de tabaco e, por fim, de algodão. Conforme o país passou a se industrializar, a parte composta pelos estados do Norte se voltou para a manufatura, deixando de depender do trabalho escravo para a produção de produtos primários. Por outro lado, a parte composta pelos estados do Sul continuou extremamente dependente da produção em latifúndios e, conseqüentemente, da escravidão.

Com o atrito gerado entre esses diferentes modos de organização das relações de produção, sobretudo devido ao avanço da defesa do abolicionismo, teve início a Guerra de Secessão Americana⁵⁴, também conhecida como Guerra Civil Americana, ocorrida entre 1861 e 1865. Na Guerra Civil, a divisão de valores pautados pelas práticas abolicionistas e escravocratas se revelou, também, em uma divisão geográfica, pois, os estados do Norte, que almejavam a abolição, representavam os interesses da União; por outro lado, os estados do Sul, que

⁵⁴ Como podemos refletir a partir de Foner (c2014), após a Guerra Civil diferentes correntes de historiadores atribuíram diferentes razões para a eclosão da guerra. Entre essas interpretações históricas, destacamos: a perspectiva das diferenças fundamentais entre Norte e Sul (abolicionistas e escravocratas); a perspectiva da falha das lideranças políticas em conter a disputa; e a perspectiva econômica, da guerra travada entre a agricultura e a indústria. Além dessas interpretações, chama nossa atenção o destaque do historiador para o fato de que, nos estados do Sul, são frequentes os argumentos de que a luta era contra a retirada dos direitos dos estados, contra o governo constitucional, e contra a retirada da liberdade individual, argumentos que silenciam o papel desempenhado pela escravidão na guerra.

defendiam a escravidão, se seccionaram dos demais estados, formando uma aliança à parte.

O Alabama, estado em que a narrativa de *To Kill a Mockingbird* está situada, é um desses estados do Sul e grande produtor de algodão na época. Constituiu-se, portanto, a partir da exploração do trabalho escravo, e fez parte dos Estados Confederados da América que, em defesa da escravidão, se opunham aos estados da União Federativa durante a Guerra Civil.

As condições de escravidão próprias da formação agrária latifundiária de estados como o Alabama, e o fim da Guerra Civil com a derrota da política escravocrata defendida por esses estados, representada pela emenda que instituiu a abolição em 1865, fazem com o racismo, diremos, se reproduza com bastante força até os dias de hoje nessa parcela do país. Ainda que derrotados, muitos estados do Sul lembram da Guerra Civil com saudosismo, os nomes dos generais Confederados são citados com honras de heróis⁵⁵, as grandes batalhas são encenadas⁵⁶ e há um investimento turístico em reviver experiências desse tipo. Por meio dessas “celebrações”, se reproduz e perpetua um imaginário que ainda faz parte dessas comunidades, aquele que segrega e discrimina a população negra.

Predominam, assim, formas de preconceito, de exclusão social e de dominação que tem uma constituição histórica nesses estados. Ainda, se dizemos que hoje perduram práticas do tipo, é porque lembramos, nos últimos anos, da atuação e da nova onda de adesão de membros à Ku Klux Klan, movimento de supremacia branca originado na Guerra Civil. Um exemplo é o atentado de um de seus membros contra um protesto do *Black Lives Matter* no estado da Virgínia em junho de 2020⁵⁷.

Voltando para a constituição dessas condições na narrativa, comentamos que, o julgamento de Tom Robinson traz várias lições para Scout e Jem, filhos de

⁵⁵ De acordo com Foner (c2014), no Texas, por exemplo, livros didáticos propagam uma visão positiva dos Confederados e diminuem o papel da escravidão na Guerra.

⁵⁶ Sobre esse aspecto, é interessante consultar a entrevista de Tsatsas (2020) realizada com Brandon Tauszik, fotógrafo que passou três anos documentando encenações da Guerra Civil e cujo trabalho resultou no projeto “Pale Blue Dress” (TAUSZIK, 2020), uma coleção de fotografias que formam uma imagem do crescente nacionalismo branco nos Estados Unidos. Na entrevista em questão, o fotógrafo relata que as encenações da Guerra Civil são compostas predominantemente de pessoas brancas e, o que nos chama mais atenção, que entre os participantes há o apagamento da narrativa de que a guerra tenha eclodido devido à escravidão.

⁵⁷ Sobre o assunto, podemos citar a matéria da “Revista Veja” (2020), “Líder da Ku Klux Klan é acusado de atacar manifestantes nos EUA”, disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/lider-da-ku-klux-klan-e-acusado-de-atacar-manifestantes-nos-eua/>.

Atticus. Entre elas: a lição de manter sua opinião, mesmo que seja contrária a da maioria, a lição de lidar com um ambiente adverso, e, acima de tudo, a lição de agir de acordo com o que se acha certo. Quando perguntado sobre o porquê de defender Robinson, Atticus diz que a principal razão é que “se não o fizesse, nunca mais poderia andar de cabeça levantada. Não me sentiria digno de representar o Condado na Legislatura do Estado e nem sequer poderia voltar a dizer a vocês dois o que devem ou não devem fazer.” (LEE, 1963, p. 92). A ação de Atticus, assim, parte de sua bússola moral de agir em prol do que ele considera certo: defender um homem inocente, não importando sua cor de pele, mesmo que essa visão seja diferente da maioria.

Quando Scout pergunta se vão ganhar a causa, Atticus responde negativamente, explicando que “Só o fato de termos perdido uma batalha cem anos antes de ela começar, não é razão suficiente para não tentar ainda ganhá-la [...]” (LEE, 1963, p. 92). Nisso está uma ligação direta ao histórico de escravidão, que na década de 1930, transcorridos pelo menos 75 anos da abolição, ainda se reveste em diversos preconceitos e pré-julgamentos que fazem com que um jovem negro seja injustamente acusado pela cor de sua pele.

Já à época de lançamento da obra nos Estados Unidos, nos anos 1960, o acontecimento de defesa e julgamento de Tom Robinson presente na narrativa colocou em posição de destaque o racismo enraizado no Alabama, e nos Estados Unidos, e conferiu ares de herói a Atticus Finch por ser aquele que se opõe a toda uma cidade, agindo por aquilo que acha certo. Tomamos como exemplo a asserção de Frazão (2020), uma das autoras de biografia de Lee que já citamos, para quem “Atticus é um homem irretocável: íntegro, corajoso, sábio e tolerante e foi adorado desde o primeiro momento.” (FRAZÃO, 2020, n. p.).

A partir disso, precisamos pensar sobre a relação de assimetria entre o tempo da narrativa e o tempo de produção da narrativa. Enquanto a narrativa se desenvolve na década de 1930, nas condições que apresentamos, a produção de escrita e publicação da narrativa se dá no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. O momento em que se realiza a publicação de *To Kill a Mockingbird* é em meio ao Movimento dos Direitos Civis dos Negros nos Estados Unidos, compreendido entre 1955 e 1968. O Movimento visava a realização de reformas para eliminar as formas de discriminação e segregação racial asseguradas por leis

em diversos estados.

O marco de início do movimento é do Alabama, em dezembro de 1955, com a resistência da costureira Rosa Louise McCauley – ativista mais conhecida como Rosa Parks – em ceder seu lugar a um homem branco em um ônibus, ato que infringia a lei. Como resultado, de acordo com o professor Ricardo Alexino Ferreira (2018), na matéria “Rosa Parks deflagrou luta pelos direitos civis dos negros nos EUA”, as lideranças negras se uniram e realizaram um boicote de 381 dias aos ônibus, conseguindo que a Suprema Corte destituísse essa forma de segregação.

A força de lideranças como as de Martin Luther King e Malcom X se deu na continuidade desse movimento. Até 1960, algumas das conquistas do movimento se referem à inclusão de alunos negros em algumas escolas segregadas; após 1960, o direito ao ensino superior em faculdades segregadas e o direito ao voto.

Com a publicação de *To Kill a Mockingbird* em meio a esses enfrentamentos, a obra como um todo recebeu muita repercussão, inspirando diversas reflexões sobre as condições históricas de formação dos Estados Unidos relativas ao preconceito. A figura de Atticus Finch, que não é o narrador, nem a personagem principal da narrativa, acabou, contudo, se destacando em meio a ela, ganhando estatuto de herói.

Por meio das questões abordadas nesta seção, podemos fazer algumas considerações. O lugar de produção da narrativa de *To Kill a Mockingbird* se constitui a partir das experiências de vida da escritora Harper Lee, que cresce em uma cidade pequena no Sul escravocrata dos Estados Unidos. Em seu exercício de escrita literária, a autora passa a representar diferenças sociais, valores e práticas comuns à comunidade em que cresceu e voltou a morar ao fim da vida. Essa representação, entretanto, é identificável em várias cidades do Sul estadunidense no período da Grande Depressão, pois simboliza as formas de segregação presentes nas práticas que compõem o imaginário dessa região.

Dessa forma, mesmo sendo filha de um advogado e nascida em uma família que acumulou riquezas a partir do trabalho escravo, Harper Lee assume, em sua narrativa, uma posição que coloca em evidência práticas racistas. A autora representa, em sua narrativa, diferentes formas de julgamento que resultam em segregação. Por esse viés, destacam-se o julgamento social, na forma daquele realizado pela população ao julgar as ações pessoais, individuais, e o julgamento

jurídico, na forma daquele realizado nos tribunais seguindo os trâmites da lei. Em meio a essas práticas, se sobressaem as condenações feitas com base nos valores dominantes, valores próprios dos grupos hegemônicos.

Por fim, Lee situa sua narrativa nos anos 1930, mas a escreve nos anos 1960, de modo que esta ganha condições de produção de sentidos também em seu contexto de lançamento. Publicada em meio ao Movimento dos Direitos Civis dos Negros, a obra da escritora repercute por romper com o padrão de representação de pessoas negras, ou melhor, por romper com a falta dessa representação, na literatura estadunidense. Em seu momento de lançamento, assim, a obra passa também a ser um símbolo de luta para o grupo que busca romper com a segregação por meio de um movimento civil.

2.2.3 Condições históricas de produção: intersecção de *To Kill a Mockingbird* (1960) e de *O sol é para todos* e sua Nota de Apresentação (1963)

Se pensarmos nas condições históricas próximas aos anos de 1960 e 1963, que co-ocorrem com a situação imediata de produção da obra *To Kill a Mockingbird* e com a Nota de Apresentação à tradução da Editora Civilização Brasileira, temos um período de inúmeros acontecimentos na história mundial e brasileira.

Se, na esfera norte-americana, mobilizamos as condições de luta do Movimento dos Direitos Civis dos Negros a partir de um imaginário em que se perpetuam práticas racistas, em um âmbito mundial mobilizamos as condições de expansão e influência dos Estados Unidos nos anos 1960, com efeitos no Brasil. Dessa forma, retomamos esse período, enquanto produção histórica, dentro da tensão da Guerra Fria, que começou logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, e durou até a dissolução da União Soviética em 1991.

Por sua vez, em uma esfera nacional, do contexto brasileiro, o ano de 1963 compreende o fim do período democrático de governo, antecedendo o Golpe Militar que ocorreu ao fim de março do ano seguinte. As mudanças no final do período de governo de João Goulart e as ações em âmbito governamental, a partir da hegemonia do Regime Militar, têm consequências até hoje, de modo que muitas práticas são retomadas, se reproduzindo e se transformando pelo discurso.

Ademais, no contexto brasileiro este também é um período muito revisitado

para fins de trazer à superfície fatos até então ocultados, e de mobilizar os diferentes processos que se tornaram objetos de silenciamento sobre um período de repressão, e constituíram-se foco de investigação de pesquisadores, sobretudo das áreas de Ciências Sociais e Humanas na América Latina.

Pode-se dizer que a Guerra Fria, que compreendia um embate travado sem conflito de armas entre a União Soviética, socialista, e os Estados Unidos, capitalistas, se desdobrou em uma polarização mundial. Os demais países, principalmente aqueles sem uma economia plenamente estabelecida e, portanto, reféns das grandes potências, como o Brasil, recebiam fortes influências, diretas e indiretas, dos dois polos políticos e econômicos. Não à toa, Estados Unidos e União Soviética ficaram conhecidos por buscarem a ampliação de suas redes de influência em uma disputa pelo poder, o que significaria, no período que se seguiu à Guerra Fria, o domínio do comércio mundial e a possibilidade de lucro obtido pela exploração dos países subordinados a esse domínio.

Além disso, muito mais do que uma disputa econômica entre nações, a Guerra Fria ficou conhecida pela disputa ideológica que marcou o período⁵⁸. Enquanto o bloco de países com modo de produção capitalista, liderado pelos Estados Unidos, representava a forma hegemônica de organização social e econômica no mundo, o bloco de países com modo de produção socialista, liderado pela URSS, representava uma ameaça crescente à hegemonia do bloco capitalista.

A corrida espacial, por exemplo, considerada tão característica do período, pode ser lida por um viés econômico, de obtenção do controle do espaço aéreo e exploração monetária através da tecnologia desenvolvida para esse controle, mas também por um viés ideológico, de demonstração da superioridade de conhecimentos e habilidades dos sistemas para o desenvolvimento da tecnologia. Essa demonstração, em escala mundial, de força e capacidade de produção tecnológica e domínio cibernético de esferas terrestre e espacial, acabaria por perfazer a força, expansão e consolidação dos princípios e práticas implicados em cada um dos modos de produção, resultando no domínio dos modos de organização das demais nações, socialistas ou capitalistas.

⁵⁸ Nos referimos a “disputa ideológica” de forma a sintetizar a disputa entre o conjunto de princípios e valores materiais e simbólicos dominantes nos sistemas econômicos das nações envolvidas. Esses valores, que servem de alicerce para os sistemas capitalista e socialista, acabam se refletindo na forma de organização de governo e definem os rumos de práticas políticas, econômicas e sociais, como podemos pensar a partir de Volóchinov (2018).

Em meio a essa disputa, ocorre, na América Latina, a vitória da Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, em 1 de janeiro de 1959, caracterizando um acontecimento histórico para o período. Com a queda do ditador Fulgêncio Batista, Cuba alinha-se ao bloco socialista, o que, na visão de Sérgio Silva (2020), na dissertação “Cicatrizes: a trajetória de Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira”, um estudo histórico e cultural sobre as contribuições de Ênio Silveira e da Editora ao ramo editorial e à intelectualidade brasileira, “iria mudar completamente a percepção sobre a América Latina pelos EUA e [...] acabaria, poucos anos depois freando bruscamente a ascensão empresarial de Ênio e sua Editora [...]” (SILVA, 2020, p. 65). A adesão, em Cuba, ao modo de produção socialista, representou a expansão e consolidação da influência desse bloco na América Latina.

No Brasil, país situado na proximidade desse acontecimento, e subordinado à disputa das influências que relatamos, difundia-se o discurso da “ameaça comunista”, ameaça que por vezes, tanto a partir da perspectiva de alguns historiadores, como pelo modo como podemos analisar o funcionamento de alguns discursos na atualidade, é descrita como um dos fatores que iriam resultar no Golpe Militar de 1964, e no apoio popular conferido a ele – que manteria os militares no governo por 21 anos.

A esse respeito, Hallewell (2012), na obra já citada, *O livro no Brasil: sua, tece* alguns comentários que servem para situar o mercado editorial em relação aos acontecimentos e aos funcionamentos ideológicos do período. O autor relata que, quando o movimento golpista aconteceu, “sob a forma de uma ação militar na véspera de 1º de abril, recebeu um apoio bastante amplo, inclusive da ‘grande massa dos brasileiros da classe média urbana’ [...]” (HALLEWELL, 2012, p. 607). Esse apoio, o autor destaca, foi plantado através de uma intensa campanha de propaganda realizada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS), instituto criado por um grupo de empresários e atuante em prol do movimento militar, assim como por um número extenso de editoras.

Contudo, é interessante comentar que, de acordo com Barreiros (2020), na matéria “56 anos do Golpe: afinal, existiu uma ameaça comunista em 1964?”, do *site* da revista “Aventuras na História”⁵⁹, a sociedade brasileira vivia uma polarização

⁵⁹ Revista da Editora Caras publicada mensalmente, com conteúdos impressos e digitais.

ideológica de anos que se intensificou quando o presidente João Goulart, que assumiu o cargo após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, passou a dar continuidade ao projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Conforme a autora, as reformas propostas por Jango, de cunho nacionalista, porém mais à esquerda, acirraram os ânimos da população brasileira em meio aos acontecimentos de um mundo também polarizado.

Hallewell (2012) também trata desse ponto, comentando que a política externa independente de Jango era oposta aos Estados Unidos, e que a postura do presidente

de extremo nacionalismo em assuntos econômicos internos provocou a fuga do capital estrangeiro, já alarmado com a taxa de inflação. A consequente decadência da economia – que apresentou um crescimento negativo no início de 1964 – causou, por sua vez, um rápido aumento da mobilização popular e do confronto de classes. (HALLEWELL, 2012, p. 601).

Assim, embora as relações de antagonismo entre as influências socialistas e capitalistas pudessem ser percebidas no Brasil há algum tempo, os recentes acontecimentos anteriores a 1964 também reverberaram nas diferentes camadas da população, acirrando o atrito entre os movimentos antagônicos.

Inclusive, de acordo com Nogueira (2020), na matéria “Por que Jânio Quadros renunciou? O presidente revelou a verdade em seu leito de morte”, também no *site* da revista “Aventuras na História”, a renúncia de Jânio Quadros se deu em meio a uma encruzilhada política em que o Brasil se aproximava do bloco socialista e criava atritos com os Estados Unidos, seus aliados. Porém, as artimanhas militares para a derrubada do congresso há muito faziam parte dessa conjuntura, atingindo seu ápice no Golpe de 1964.

A pesquisadora Maria Rita Silveira (2007), filha de Ênio Silveira, na dissertação “A Revista Civilização Brasileira: um veículo de resistência intelectual”, enfatiza a participação dos Estados Unidos no Golpe. Segundo a autora, a nação estadunidense teve um papel importante na tomada de poder, aproveitando-se de uma situação que pudesse favorecê-la. Entretanto, o Golpe não se deu por uma ação deliberada dessa nação mas, pelo contrário, por um movimento que resultava de vários fatores próprios das condições brasileiras e que foi desempenhado pelas forças militares internas na ação de deposição do governo de João Goulart.

Esse panorama nos faz pensar que a urgência ao impedir a “ameaça

vermelha” no contexto da Guerra Fria implicava, na verdade, uma tentativa de retomada dos valores capitalistas perante a aliança enfraquecida do Brasil com os Estados Unidos, a nação de referência desse sistema. Frente à “iminência de uma possível implantação do sistema socialista”, ou de uma “ameaça comunista”, a tomada do controle político, econômico e social brasileiro pelos militares desenhava a influência norte-americana, e capitalista, no Brasil.

2.2.4 Condições de produção de *O sol é para todos* (1963): acontecimento(s) para uma Nota de Apresentação

Ao passarmos para a reflexão sobre as condições de produção da tradução de Fernando de Castro Ferro, publicada em edição da Editora Civilização Brasileira em 1963, reiteramos que essa é uma edição que apresenta dados bibliográficos que nos fazem discorrer com mais firmeza sobre os elementos que a compõem e sobre suas condições de produção. Ademais, não estamos tratando simplesmente das condições de produção da tradução mas, especialmente, da Nota de Apresentação que a acompanha.

Salientamos, ainda, que, em nossa perspectiva, essa edição é importante não só por ser, como pudemos constatar, a primeira tradução de *To Kill a Mockingbird* para o Brasil, datada de 1963, sendo próxima temporalmente à edição em Língua Inglesa de 1960, mas acima disso, pelas características de sua composição a partir da Nota de Apresentação.

Esta Nota, de elaboração do diretor/editor, é específica dessa tradução, com características distintas. Não se trata da tradução de outra nota preexistente e, diferentemente de qualquer outro texto introdutório ou síntese presente nas outras edições de *To Kill a Mockingbird* no Brasil, e até mesmo da síntese presente na primeira edição da obra em Língua Inglesa⁶⁰, que não possuem indicação de autoria, essa Nota é assinada pelo então diretor da Editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira, e vem a configurar a posição da editora em face dos conflitos sociais e raciais presentes nos Estados Unidos e no Brasil na época.

Há que se dizer que a formulação dessa Nota está associada à posição

⁶⁰ A síntese da primeira edição da obra em Língua Inglesa, que encontramos em Raptis (2017) e apresentamos no Anexo B, acompanhada de tradução nossa, se atém exclusivamente à narrativa. Originalmente disposta nas orelhas do livro, por vezes sua elaboração é atribuída a Truman Capote, amigo de Harper Lee, ainda que sua autoria não esteja indicada.

assumida pela editora através do lugar discursivo de seu diretor, o que nos leva a buscar compreender sua produção no interior das condições históricas e sociais brasileiras à época de 1963. Se a posição assumida pela editora em face dos conflitos pode ser analisada através do modo pelo qual a Nota coloca em contraponto dois contextos históricos, o contexto social e político estadunidense e o contexto social e político brasileiro, e através do modo como Silveira se direciona ao meio editorial na homenagem a Mário da Silva Brito, é devido a essas características que nos debruçamos sobre a produção dos sentidos por meio de um trabalho subjetivo. Esse movimento, por sua vez, implica compreender o processo de formação da editora a partir do lugar de seu diretor/editor, o que leva a compreender o processo de formação do lugar de diretor/editor da editora e do sujeito que ocupa esse lugar.

Como forma de pensar sobre esses processos de constituição do lugar de diretor e da posição ocupada pela editora no meio editorial, voltamo-nos para as condições de produção da publicação de *To Kill a Mockingbird* em tradução pela Editora Civilização Brasileira. Na tentativa de reunir subsídios que nos auxiliem a reconstituir detalhes sobre a Editora e sobre Ênio Silveira, recorreremos à Hallewell (2012), mais uma vez, considerando que este autor dedica um capítulo de seu trabalho a Silveira e à formação da Editora Civilização Brasileira, e a autores como Maués (2005) e Czajka (2020) que realizam, respectivamente, estudos histórico e sociológico sobre a editora e seu diretor, conferindo profundidade e contribuindo com vários pontos que se tornam cruciais para essa seção.

Desse modo, principiamos dizendo que, para Hallewell (2012), Ênio Silveira representa uma figura emblemática, de extrema importância no desenvolvimento da indústria editorial brasileira, na administração da editora, e com contribuições nos métodos de “publicidade, produção gráfica, e política editorial.” (HALLEWELL, 2012, p. 588). As notas de apresentação, como essa sobre a qual dissertamos, fazem parte dessas contribuições⁶¹. Ou, ao menos, como Hallewell (2012) relata, a editora Civilização Brasileira esteve na disputa com a Editora José Olympio pela primazia da inovação, à época, de incorporar “apreciações” de críticos nas orelhas dos livros.

Sobretudo, mais do que as contribuições para a indústria editorial, Silveira é

⁶¹ Sobre as apresentações, Silveira chegou a afirmar em entrevista: “se fossem reunidas dariam um livro de mil páginas, porque desses dois mil [livros] que publiquei, tem pelo menos mil livros nos quais eu escrevi a apresentação.” (FERREIRA, 2003, p. 155). Pelo menos 95 dessas notas estão compiladas no obra *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*, de Moacyr Félix (1998).

reconhecido por ter feito de seu trabalho a vitrine de sua posição política em seu desacordo com práticas vigentes. Na visão de Hallewell (2012, p. 588), Ênio Silveira foi um radical como Monteiro Lobato mas,

enquanto Lobato praticamente abandonou a atividade editorial para dedicar-se a suas campanhas políticas, a política de Ênio Silveira encontrou expressão em seu trabalho editorial – a ponto de pôr em risco a própria existência de seu negócio durante os primeiros anos após [...] 1964.

Começamos abordando a formação e a atuação de Silveira para pensar sobre esse aspecto. Hallewell (2012) relata que o diretor nasceu em uma tradicional família paulista e teve uma educação de boa qualidade, se formando em Sociologia e, inclusive, estudando por um ano em Columbia (EUA). Já Czajka (2020), professor de Sociologia no artigo “‘Sou brasileiro, democrata e editor’: Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira (1963-1970)”, corrobora essas informações, comentando que Silveira ingressou no ramo editorial através da empresa Companhia Editora Nacional por intermédio de Monteiro Lobato, que era amigo de seu avô e de seu pai; Lobato havia sido dono da Companhia junto com Octalles Marcondes Ferreira.

Silveira parece ter progredido rápido no ramo. Assumiu a Civilização Brasileira em 1951, ainda na forma de posto subsidiário, um selo de publicações, da Companhia Editora Nacional no Rio de Janeiro. O, até então, selo da Editora Nacional, é descrito por Hallewell (2012) como voltado para abrigar parte das edições não-didáticas e de ficção da editora. Possuía, na época, uma baixa atividade editorial, contando com não mais de 20 publicações. Foi a administração de Silveira que “foi construindo gradualmente o acervo da empresa até que, no final de década de 1950, ela se tornara uma das principais editoras do país.” (HALLEWELL, 2012, p. 589).

Já segundo o próprio Ênio Silveira, em entrevista para uma plateia na Escola de Comunicação e Artes da USP em 1990, que posteriormente foi editada e publicada no livro *Ênio Silveira*, terceiro volume da série “Editando o editor”,

chegou um dado momento, em 1960, [...] em que a editora Civilização Brasileira já estava publicando vinte livros por mês, o que significa mais de um livro por dia útil. E com a divulgação que se fez, vários livros tiveram grande sucesso. (FERREIRA, 2003, p. 54).

Além de ser um entusiasta de autores nacionais, na Civilização Brasileira, Silveira também deu visibilidade ao trabalho com traduções, o que fez com que a Editora passasse a se destacar pela “variedade das traduções de literatura moderna da Europa, América do Norte e, nos anos de 1970, também do Japão.” (HALLEWELL, 2012, p. 590). Essas características fizeram a Civilização Brasileira controlar 20% do mercado de ficção nesse período.

Fora as publicações de ficção, o selo da Civilização Brasileira, se dedicou a publicar assuntos de educação sexual, ioga, zen-budismo, filosofia, história, psicologia popular, antropologia, coleções de assuntos de atualidade e obras de referência. Contudo, de acordo com Hallewell (2012), o selo ficou sendo lembrado principalmente pelas publicações nas áreas de sociologia, economia e política.

Destacamos, entre essas publicações, a coleção sociopolítica “Retratos do Brasil”, com início em 1960; e a série de folhetos populares “Cadernos do povo brasileiro”, com início em 1962, quando alguns acontecimentos antecipavam o clímax de 1964. Na visão de Silva (2020, p. 68), “Ênio não ficaria inerte politicamente no limiar desta época fugaz de mudanças sociais e políticas no país [sic]”, lançando, assim, a série “Cadernos do Povo Brasileiro”, que, segundo o autor, mesmo que não desse lucro, o editor fazia questão de publicar, “pois preocupava-se com a formação intelectual do brasileiro” (SILVA, 2020, p. 68). Inclusive, um dos folhetos da série, intitulado “Quem dará o Golpe no Brasil?”, por Wanderley Guilherme dos Santos, publicado entre julho e novembro de 1962, é citado por Hallewell (2012) como o único a antever um golpe de Estado.

A publicação dos “Cadernos do povo brasileiro” parece ter sido decisiva para que a Civilização Brasileira, ainda parte da Companhia Editora Nacional nessa época, se tornasse de fato uma editora independente sob o comando de Ênio Silveira. Hallewell (2012) aponta que isso aconteceu porque Silveira tinha uma visão muito diversa da visão conservadora de Octalles Marcondes Ferreira, dono da Companhia Editora Nacional e, na época, sogro de Silveira. Quando se deu conta dos anseios do genro, Ferreira tomou uma decisão⁶²: “[...] antes que houvesse choque, na família, comprei a parte dos meus irmãos e transferi tudo para ele. Desde então recuso-me a fazer qualquer comentário sobre a Civilização.”

⁶² De modo diverso, Ênio Silveira afirmou, em entrevista, ter comprado as ações do sogro aos poucos: “[Octalles] Foi me vendendo as suas ações, pouco a pouco. Eu não tinha dinheiro para comprá-las de uma vez, para comprar tudo, então todo ano comprava um pouquinho. Até que passei a ser o acionista majoritário da Civilização Brasileira.” (FERREIRA, 2003, p. 56).

(ROMEIRO, 1970, p. 11 *apud* HALLEWELL, 2012, p. 597).

Assim, no início da década de 1960, surgia a Editora Civilização Brasileira com o lema “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê” (HALLEWELL, 2012, p. 569). A Editora contava, ainda, com a “orientação” de “informar sem deformar, para informar bem e oportunamente”, como é destacado por Meira (1960, p. 6) em nota do *Jornal do Brasil*, de abril de 1960, sobre os futuros lançamentos da editora. Já em 1963 surgia a primeira tradução de *To Kill a Mockingbird* no Brasil, por essa editora, sob autoria de Fernando de Castro Ferro, com nota de apresentação do diretor, e dono da Editora, Ênio Silveira.

Precisamos, a partir dessas considerações, caracterizar a posição da editora a partir do lugar de sujeito jurídico de seu diretor que, como comentamos, era oposta à posição conservadora mantida pelo sujeito jurídico diretor da Companhia Editora Nacional, Octalles Marcondes Ferreira, sogro de Ênio Silveira, ao ponto de haver uma ruptura entre a Nacional e a Civilização Brasileira.

Se as publicações nas áreas de sociologia, economia e política – incluindo as coleções sociopolíticas que mencionamos – eram as que davam identidade à Editora Civilização Brasileira, caracterizando sua linha editorial, na visão de Hallewell (2012, p. 593) essas eram as publicações “que geralmente refletiram as posições da chamada ‘esquerda jacobinista’, posições bem próximas das do próprio Ênio Silveira.”

Muito pouco se fala de uma esquerda jacobinista no Brasil. O termo jacobinismo é emprestado da Revolução Francesa, onde era utilizado para se reportar aos valores e práticas do partido político dos jacobinos, integrante dos movimentos de esquerda que deram origem à revolução. Muitas vezes é utilizado sem muito cuidado, para definir de um modo geral revolucionários radicais, armados e extremistas. Temos de lembrar que Hallewell é um pesquisador inglês que faz, nos anos 1970, um panorama do mercado editorial brasileiro, e assim não sabemos em que condições se constitui, para o autor, a posição jacobinista de Silveira.

O que podemos entender, contudo, lendo Hallewell (2012), é que a posição de Silveira se distanciava daquela do Golpe Militar em curso e se aproximava mais daquela do governo de João Goulart. Essa postura é tida por Hallewell (2012) como aquela que fez com que Silveira fosse visto pela maioria de direita, em um dado momento, como o braço editorial do governo Goulart, mesmo que essa visão se

sustentasse com base na oposição de Silveira ao discurso da extrema direita.

Essas condições de oposição ao conservadorismo e à extrema direita são acentuadas nas produções de Silveira mas, principalmente, na linha editorial de publicações da editora nos anos que se seguiram ao Golpe. Hallewell (2012) relata sobre esse ponto que, ciente da exposição de sua empresa e, mesmo considerando os riscos de sanções governamentais que a levariam à ruína,

Ênio Silveira manteve-se fiel a uma política editorial que pôs à prova os limites de tolerância de todos os governos, desde Castelo Branco até Geisel. Como resultado, sofreu contínuos prejuízos financeiros e dilapidação de patrimônio, repetidas prisões e pelo menos uma tentativa de assassinato. (HALLEWELL, 2012, p. 588).

Logo após o Golpe Militar de 1964, de acordo com Czajka (2020), Silveira foi submetido a um Inquérito Policial militar (IPM) pela publicação dos “Cadernos do Povo Brasileiro”. Nesse inquérito, ainda de acordo com o autor, foi considerado como “sujeito disposto a mudar a ordem política e social para implantar a ditadura comunista” (Inquérito..., 1966, p. 78 *apud* CZAJKA, 2020, p. 158). Já em 1965, Silveira foi preso tendo como objeto de investigação o periódico semanal “Reunião” que, de acordo com Czajka (2020), trazia notícias interpretadas, com o objetivo de abrir um campo de debates. O periódico teve apenas três números.

Sobre as formas de repressão sofridas por Silveira e pela Editora Civilização Brasileira, Czajka (2020) pontua que elas se manifestaram na forma de apreensão de livros, inquéritos e investigações, principalmente após 1967, o que nos leva a refletir sobre a “institucionalização” dessas ocorrências na continuidade do Ato Institucional n. 5, de 1968, que legalizava formas de repressão e censura. Encontramos ainda outros autores que reportam as ameaças sofridas pelo diretor, e pela editora, nos anos de governo militar, como Escóssia (1996), na matéria “Ênio Silveira morre aos 70 anos no Rio” do *Jornal Folha de São Paulo*, que relata atentados à bomba no depósito de livros da editora durante o período militar, e contabiliza sete prisões de Silveira ao longo da vida.

O ponto principal que gostaríamos de comentar a partir dessas questões é que esses acontecimentos – apreensão de livros⁶³, prisões, ataque à bomba, tentativa de assassinato etc. – deflagram as tentativas de silenciamento, e de

⁶³ Silveira relatou (FERREIRA, 2003) que mais de 30 títulos da Editora chegaram a ser apreendidos, causando um grande baque financeiro.

ruptura da influência, da voz da editora Civilização Brasileira que, na condição de formação de opinião contrária à ditadura, poderia representar uma ameaça à hegemonia dos princípios e valores dos governos militares.

Uma ameaça, considerada pelos militares, mais perigosa do “que um assalto a banco.” (FERREIRA, 2003, p. 93). É o que relata Silveira, sobre uma conversa com o coronel Gerson de Pina, na ocasião de uma de suas prisões. Enquanto defendia que se filiar a um partido, ou a uma ideia, não era crime, e questionava o porquê da perseguição que sofria sem ser um criminoso, Silveira obteve do coronel a seguinte resposta:

Porque você é uma das mais *eficientes armas de sabotagem dos nossos princípios de vida*. Uma editora [...] é uma arma perigosíssima, que você arma silenciosa e constantemente. Por isso é que você foi preso. Você é mais perigoso para nós que um sujeito que está assaltando um banco. (FERREIRA, 2003, p. 94, grifos nossos).

Por outro lado, se as tentativas de silenciamento ocorriam das mais variadas formas, Silveira passou a transitar de forma habilidosa entre diferentes núcleos do setor cultural, da militância de esquerda formada após o Golpe, a algumas alas militares, o que garantia um lugar de prestígio e, conseqüentemente, manutenção da Editora através do *status* alcançado por seu editor.

No momento anterior próximo ao Golpe de 1964, e logo após a ele, Silveira parece ter tido uma postura mais radical de oposição aos militares, expressa por uma aversão ainda latente na entrevista de 1990 (FERREIRA, 2003). Entretanto, com o passar do tempo e, talvez, devido à constante pressão sofrida e à dilapidação do patrimônio cultural e financeiro da Editora, Silveira parece ter assumido uma postura de oposição moderada. Czajka (2020, p. 159), que trata da “postura ambivalente” de Silveira, defende esse ponto de vista a partir da forma com que o diretor/editor lidava com as represálias sofridas: primeiramente mobilizando a opinião pública intelectual, como no momento de sua primeira prisão, em 1965 e, posteriormente, apelando para nomes de “antigos militares da ala nacionalista” (CZAJKA, 2020, p. 168) simpáticos ao diretor.

A radicalidade de oposição parece ter sido, inclusive, mais proeminente até a primeira metade da década de 1960, antes da intensificação da repressão. Nesse período, conforme Czajka (2020, p. 165), o editor e a editora “foram motivos de campanhas pela liberdade de expressão e opinião, quando intelectuais, artistas e

demais produtores culturais chegaram a instituir um Fórum pela liberdade da cultura.” Já no restante da década, com a mudança de legislação e com a adoção de práticas mais duras de censura, entendemos que a posição de Silveira se tornou mais conciliatória, talvez como forma de subsistência da editora.

Podemos fazer uma reflexão sobre a contradição dessa posição do diretor. Ainda que pela editora se publicassem coleções que compreendiam clássicos do pensamento da esquerda política e cultural, como sugere Czajka (2020), Silveira também se interessava por temas nacionais, o que o permitia aproximar-se de, e ser benquisto por, militares nacionalistas progressistas, ficando na borda, no limiar das fronteiras dessas posições ideológicas díspares.

A partir de 1978, no período do governo Geisel, considerado de certo relaxamento da censura aos livros, a Editora Civilização Brasileira publicou a revista “Encontros com a Civilização Brasileira”, material aos moldes das coleções sociopolíticas “Retratos do Brasil” e “Cadernos do povo brasileiro”, da década de 1960. O material, que contava com artigos e resenhas de escritores nacionais e internacionais sobre os mais diversos temas políticos, econômicos e sociais, é tido por Hallewell (2012), por exemplo, como de oposição radical ao regime e de caráter “progressista”⁶⁴.

Independentemente de considerarmos esses materiais, publicados nos anos 1970, de oposição radical *e/ou* progressista e nacionalista, como Hallewell (2012), e mesmo Czajka (2020), tendem a sugerir, nos interessa o momento de desestabilização que antecede o Golpe, do início dos anos 1960, momento de constituição da tradução de *To Kill a Mockingbird* e de sua Nota de Apresentação, para o qual, a partir das considerações realizadas nesta seção, o movimento de união intelectual de esquerda que lutava pela liberdade da cultura é o que nos provoca.

A esse respeito, retornamos primeiro à Hallewell (2012), para quem o período de governo republicano de Getúlio Vargas a João Goulart (1945-1964) foi um período de formação de muitas editoras “progressistas”, entre as quais Silveira se destaca como uma figura emblemática. Por outro lado, para o autor, já em 1964, na continuidade dessa formação, muitas figuras importantes do meio editorial se reuniram para organizar o “Manifesto dos Intelectuais” contra as ameaças à

⁶⁴ Termo utilizado sem muito cuidado, ou definição, por Hallewell (2012).

liberdade de expressão, caracterizando um movimento de resistência dos editores. Esse foi o caso de Jorge Zahar (da Editora Zahar), Ênio Silveira (da Civilização Brasileira) e Carlos Ribeiro (da livraria São José).

Já para Maués (2005), mestre em história, no artigo “‘Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio’: livros de oposição no regime militar, um estudo de caso”, o movimento de resistência iniciado às vésperas de 1964 reuniria editoras caracterizadas pelo “perfil marcadamente político e ideológico de oposição ao governo militar” (MAUÉS, 2005, p. 260-261), incluindo editoras como Civilização Brasileira, Paz e Terra, Brasiliense e Vozes. Para o autor, entretanto, esse movimento só viria a se intensificar a partir de 1977, no período de maior relaxamento da repressão e em conjunto com o movimento estudantil e o movimento sindical, reunindo ainda as editoras “Alfa-ômega, Global, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Codecri, Livramento, Vega, entre outras.” (MAUÉS, 2005, p. 260-261).

Tomando o movimento de resistência e oposição das editoras, podemos propor que a posição assumida pelo sujeito diretor da Editora Civilização Brasileira, assim, não é exclusiva a esse sujeito, mas parte de um movimento característico de um grupo em meio a uma classe no interior das relações de produção do meio editorial. A homenagem realizada por Ênio Silveira a Mário da Silva Brito em 1966, cujos dois recortes compõem nosso *corpus* de análise em conjunto com a Nota de Apresentação, vem dimensionar esse grupo ao ser tomada em sua produção em uma situação de diálogo entre o diretor e amigo(s) do meio editorial que compartilha(m) seus valores e princípios.

Se fizermos um retorno ao lema já mencionado da Editora Civilização Brasileira, “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”, podemos refletir sobre o intuito do diretor, e da Editora, enquanto parte de um grupo de oposição e resistência no meio editorial, de dar acesso ao conhecimento através do livro para assim desenvolver o espírito crítico capaz de promover o avanço da sociedade enquanto aquela que não se submete a formas de opressão.

É relevante comentar, ainda a respeito desse movimento, com base em Maués (2005), que algumas das editoras de oposição possuíam vínculos com partidos políticos e outras não. Para as que não possuíam, o autor propõe que as iniciativas de oposição ficavam expressas por meio da linha editorial. Para a Editora

Civilização Brasileira, por sua vez, ocorria um processo diferente.

Encontramos a informação de que Silveira foi membro do extinto Partido Comunista Brasileiro no artigo sociológico “Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil” de Vieira (1996). De acordo com o autor, a adesão de Silveira ao PCB, ainda como simpatizante, remonta aos tempos de universitário, no período de Estado Novo, e se encerra no momento de alteração da sigla partidária para Partido Popular Socialista, em 1992. Ademais, ainda no período em que estudou nos Estados Unidos, Silveira frequentava as reuniões do Partido Comunista norte-americano, definindo então uma posição ideológica. Nas palavras do editor, “Minha práxis política foi muito ‘treinada’ no Partido comunista norte-americano.” (FERREIRA, 2003, p. 40).

Entretanto, em relatos de Silveira, obtidos por Vieira (1996) e citados por este sociólogo, é possível perceber que, mesmo marcadamente de esquerda, e na condição de membro do Partido Comunista Brasileiro, Silveira era contrário à utilização da Editora como uma ferramenta do partido. Na entrevista de 1990, o editor deixa essa postura bem definida: “a editora era uma editora com uma linha de esquerda, não exclusivamente, ortodoxamente de esquerda, mas sobretudo e ortodoxamente numa linha não partidária.” (FERREIRA, 2003, p. 62).

Em nossa leitura do artigo de Vieira (1996), entendemos que essa postura criava uma situação de atrito com o partido, que dependia da colaboração de Silveira, devido ao prestígio e influência do diretor no meio intelectual, mas via nele um membro pouco adepto das práticas do PCB, aquele que poderia deixar o partido a qualquer momento. Essa característica nos faz retornar à contradição na posição de Silveira: uma posição que fazia com que ele pudesse transitar por diversos grupos intelectuais, e orientar a linha editorial da Civilização Brasileira de modo a publicar títulos variados sem ficar preso a uma única orientação política mas, ainda assim, fazendo oposição ao conservadorismo e à repressão.

Ênio Silveira faleceu aos 70 anos, em 1996, conforme matéria de Escóssia (1996) para a “Folha de São Paulo”. No mesmo ano, a Editora Civilização Brasileira passou a fazer parte do Grupo Editorial Record, segundo informações do *site* do próprio Grupo Editorial Record (c2019a), e devemos dizer, mesmo ainda se propondo ao “pensamento crítico”, acabou perdendo em grande medida seu caráter político de resistência por fazer parte de outra posição dentro da classe editorial.

No que concerne à tradução de *To Kill a Mockingbird* por essa editora, a primeira no Brasil, sob autoria de Fernando de Castro Ferro, podemos ainda abordar algumas questões. A publicação da tradução se deu em 1963, na coleção BLM (*Biblioteca do Leitor Moderno*), coleção dedicada à tradução de obras literárias (com algumas exceções de obras não-literárias) e planejada para incluir o que “de mais representativo nos oferece a literatura internacional, da época do romantismo até os nossos dias.” (SILVEIRA, 1961, p. 2).

Para tratar brevemente do tradutor Fernando de Castro Ferro, novamente nos reportamos à tradutora Denise Bottmann (2017), que possui um *blog* dedicado à coleção BLM⁶⁵ e reúne informações sobre as publicações da coleção e seus tradutores. De acordo com Bottmann (2017), portanto, o tradutor Fernando de Castro Ferro, português de nascença, radicou-se no Rio de Janeiro no começo de 1960 e morou no Brasil por 15 anos. Além de tradutor, Ferro foi editor da Expressão e Cultura e “[e]stá entre os quatro principais tradutores da BLM, em 1963-64, e depois entre 1970-76” (BOTTMANN, 2017, n. p). Podemos citar, ainda a partir das informações reunidas por Bottmann (2017), que, além de *To Kill a Mockingbird*, cujo título em português passara a ser *O sol é para todos*, Ferro traduziu pelo menos 13 títulos para a coleção BLM, estando entre eles *As sandálias do pescador*, de Morris West (1963), *O velho e o mar*, de Ernest Hemingway (1964)⁶⁶, *O jogo da amarelinha*, de Julio Cortázar (1970), e *A luta*, de Norman Mailer (1976).

Entendendo um pouco da formação de Ênio Silveira, sujeito jurídico da Editora Civilização Brasileira, bem como refletindo sobre as condições de produção da tradução mas, especialmente, da Nota de Apresentação, elaborada por Silveira em conformidade com seus ideais e com a linha editorial assumida pelo editor na editora, refletimos sobre as condições em que se produz a posição-sujeito de resistência de esquerda em meio aos acontecimentos históricos do início dos anos 1960. Esta posição, como veremos principalmente na análise dos recortes da homenagem de Silveira a Mário da Silva Brito, tomava o livro como a arma na forma de resistência. Consideradas essas questões, passamos às condições em que se realizam as análises e às análises propriamente ditas.

⁶⁵ “BLM – Biblioteca do Leitor Moderno (1961-1980)”, disponível em: <http://civilizacaobl.m.blogspot.com/>.

⁶⁶ Publicado primeiro pela editora portuguesa Livros do Brasil em 1954, e republicado pela editora Civilização Brasileira em 1964 com adaptação para o português brasileiro.

2.3 CORPUS: CONSTITUIÇÃO, PROCEDIMENTOS E ANÁLISE

A fim de procedermos às análises de modo a compreender discursivamente a produção de sentidos da Nota de Apresentação a partir das condições históricas em que ela se constitui e a partir do lugar ocupado pelo sujeito em sua constituição, faz-se necessário definir as formas com que trabalharemos com os recortes que constituem esta formulação enunciativa determinante que acompanha e apresenta uma obra maior, a tradução do romance *To Kill a Mockingbird* de 1963 pela Editora Civilização Brasileira.

Ademais, se entendemos que a Nota se caracteriza em um funcionamento discursivo de glosa, precisamos configurar as bases teóricas nas quais nos ancoramos e estabelecer parâmetros para nortear a análise desse funcionamento. Tomando a proposição de que a glosa desestabiliza os sentidos da obra a partir de formulações produzidas por um enunciador-apresentador que coloca em contraponto as condições históricas e sociais, estadunidenses e brasileiras, e cria juízos de valor em torno dos dizeres sobre os quais se desdobra, realizamos uma abordagem teórica que vem iluminar nossas reflexões. Fazemos, assim, um percurso que reconstitui a definição teórica de glosa como a entendemos neste estudo e passamos, a seguir, aos procedimentos metodológicos.

2.3.1 Da glosa

Enquanto parte da materialidade de um todo maior, e pela expressão todo nos referimos à unidade física material da edição de *To Kill a Mockingbird* publicada pela Editora Civilização Brasileira, a unidade aparente de que se constitui a Nota de Apresentação do diretor Ênio Silveira formalmente e discursivamente se dá “nas bordas” do texto literário que compõe a narrativa, e não apenas sobre o texto literário, pois se trata de uma dispersão de textos dentro de um texto.

Dizemos isso devido a três questões: a) primeiro, na forma física de organização e disposição material, a Nota de Apresentação está nas orelhas do livro, não fazendo parte, assim, do corpo da obra; b) segundo, em sua formalização discursiva, a Nota não se trata da continuidade do texto literário, mas de uma elaboração paralela que se refere à temática contida no texto literário; c) terceiro, e

mais importante, discursivamente a Nota não se refere, simplesmente, à narrativa, mas reporta-se às condições históricas e sociais estadunidenses e brasileiras a partir do texto literário, mobilizando sentidos perante as condições históricas que dão constituição à narrativa, em sua tradução na publicação da Editora Civilização Brasileira no Brasil de 1963.

Discursivamente, refletimos sobre o lugar de enunciação de apresentador assumido pelo diretor da Editora Civilização Brasileira a partir do qual são mobilizados sentidos. Ao tecer comentários que apresentam a obra e, ao mesmo tempo, criam paralelos entre seus dizeres e as condições sociais e históricas estadunidenses e brasileiras do lugar de apresentador, o enunciador assume posições diante dos fatos, dos confrontos e das correlações de força que entram em jogo na narrativa, intervindo nas condições históricas de produção dos sentidos.

Assim, pensando na Nota de Apresentação como um dizer que se desdobra sobre outro dizer a partir de um lugar enunciativo, de enunciador-apresentador, descrevendo, comentando, explicitando, negando e, sobretudo, assumindo posições em torno dos acontecimentos que alicerçam a construção narrativa de *To Kill a Mockingbird*, analisamos a Nota como uma formulação que funciona discursivamente como uma glosa: uma avaliação sobre a narrativa de *To Kill a Mockingbird* que a todo momento interpela o leitor acerca de questões políticas e raciais da realidade sócio-cultural e política estadunidense que é equiparada à brasileira.

Assumimos essa posição analítica porque uma glosa, mesmo sob um ponto de vista linguístico, é definida como “um comentário que se faz à margem de um texto”, de acordo com o *Dicionário Caldas Aulete Digital* ([2021]). Além disso, tomando outras acepções dicionarizadas, a glosa sempre é entendida como aquela que esclarece um sentido ou é contrária a ele. Ainda no *Dicionário Caldas Aulete Digital* ([2021]), encontramos as seguintes acepções para “glosa”:

1. Ação ou resultado de glosar
2. *Bibl. Liter.* Explicação que se encontra num texto para tornar claro o sentido de uma palavra ou uma passagem obscura
3. Comentário que se faz à margem de um texto, uma conversa, uma palestra, entrevista etc
4. Análise crítica (glosa literária, glosa cinematográfica)
5. Parecer contrário, desaprovação

Essas definições estáticas, do ponto de vista da língua e sua estrutura, nos permitem pensar sobre o funcionamento linguístico da Nota enquanto uma glosa: uma elaboração à margem (nas orelhas) que realiza um parecer, que explicita ou nega aquilo a que se refere.

Aprofundando a reflexão, como nos debruçamos principalmente sobre o funcionamento discursivo da Nota, pensamos a glosa principalmente em termos discursivos a partir de estudos desenvolvidos por Authier-Revuz (1998), no capítulo “O enunciador glosador de suas palavras” do livro *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*, em que a glosa é tomada enquanto uma prática metaenunciativa de descrição do enunciador.

O foco deste estudo da autora se dá sobre o sentido das unidades lexicais, e é por meio delas que, em um primeiro momento, nos acercamos da glosa enquanto uma prática metaenunciativa do enunciador que “comenta ao mesmo tempo em que [...] enuncia, através da laçada reflexiva de um dizer que se volta explicitamente sobre si mesmo.” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 29). É esse movimento de “voltar-se sobre si mesmo” que retira a glosa de um lugar de estabilidade, desdobrando e deslocando os sentidos, sob uma ótica interdiscursiva.

Para a pesquisadora, analista de discurso, o desdobramento do dizer de X, “sinaliza – através da suspensão ‘da evidência’ do uso de X – a descoberta em X, por parte do enunciador, de ‘alguma coisa’ que não passa despercebida e à qual seu comentário responde.” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 29). Em nosso estudo, o desdobramento do dizer de X se reflete no desdobramento da obra na Nota, a partir de posições que o enunciador assume em torno das condições históricas e sociais dos anos 1930 no Sul dos Estados Unidos que dão condições de existência à narrativa, de modo que, enquanto glosa, a Nota suspende alguns sentidos para evidenciar outros.

Na perspectiva de Authier-Revuz (1998) enquanto desdobramento, o funcionamento da glosa evidencia o problema do sentido que não é óbvio, pois é por meio dela que se manifesta o “‘esforço’ que o enunciador deverá fazer para tratar – suprimir ou acolher, segundo o caso – estes ‘outros sentidos’ que não ‘dormem’, mas ‘existem’, não ‘abolidos’ pelo contexto, em um ponto x do dizer.” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 30). Na Nota que analisamos, podemos dizer que é em meio ao processo de instabilidade do modo como a realidade afeta os sujeitos que o

enunciador-apresentador articula uma resposta que suspende alguns sentidos e evidencia outros, de modo a contornar a multiplicidade de sentidos a que as formulações dos enunciados estão submetidas.

Assim, enquanto forma de explicitação do sentido, a glosa atesta a impossibilidade da redução contextual, univocizante do sentido. Ao mesmo tempo, sob o ponto de vista discursivo de Authier-Revuz (1998), é a descoberta do enunciador da inexistência de univocidade que provoca a resposta manifestada na glosa. Em nossa leitura, entendemos que por meio da glosa se dá um processo pelo qual, na superfície linguística, evidencia-se uma explicitação, mas que, no domínio do discurso, extrapola a descrição, pois é através da resposta manifesta na glosa que o enunciador se coloca ideologicamente perante os sentidos possíveis no interdiscurso.

Essa resposta, por sua vez, pode ser aquela que fixa um sentido, ou aquela que desdobra uma pluralidade de sentidos. A fixação, conforme elaborada no estudo de Authier-Revuz (1998), comporta um funcionamento que impede a potencialidade dos sentidos que seriam autorizados pelo funcionamento das estruturas. A glosa que fixa, assim, é aquela que elimina um sentido que é autorizado pelo dizer sobre o qual ela se dobra, sendo comumente expressa por “X não no sentido de q” ou “X, no sentido de p” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 32-33).

Já o desdobramento de uma pluralidade de sentidos, conforme Authier-Revuz (1998), comporta o funcionamento da resposta de acolhida, que dá lugar à interpretação, pois abre possibilidades para vários sentidos, sendo comumente expressa por “nos dois sentidos da palavra, em todos os sentidos da palavra” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 44).

Na medida em que tomamos a Nota de Apresentação como uma glosa sobre e para a obra de *To Kill a Mockingbird*, nos ancoramos na perspectiva de Authier-Revuz (1998) sobre o funcionamento metaenunciativo da glosa, complementando com outras reflexões na continuidade como meio de acessar o discursivo. Para esse fim, nos reportamos também ao artigo de Zandwais (2009), “O ensino formal em um espaço informal de interlocução”. Na continuidade do estudo de Authier-Revuz (1998) em que nos baseamos, e de outros estudos da analista de discurso, Zandwais (2009) opera em torno da materialidade linguística e das posições assumidas pelo sujeito tomadas por “substituição lexical, hipônimos, aposto

oracional, expressões adverbiais.” (ZANDWAIS, 2009, p. 126). Esse percurso teórico em que nos baseamos está alinhado com o que propomos pensar sobre a posição assumida pelo sujeito na produção da Nota que analisamos: aquela que rompe com a produção de sentidos da narrativa por um deslocamento possível no interdiscurso.

À medida que se constrói entre o ir e vir de dois momentos históricos distintos, os anos 1930 no Sul dos Estados Unidos e a realidade brasileira nos anos 1960, na forma de produção de um enunciador-apresentador que assume determinadas posições e cria juízos de valor acerca dos dizeres sobre os quais se volta, a Nota intervém nessas relações, suspendendo sentidos da narrativa. Assim, o enunciador-apresentador intervém no processo de interpretação do texto.

Por outro lado, consideramos ainda a contingência do acontecimento em que a glosa tem seu funcionamento discursivo, o que, como apresentado anteriormente, nos leva a pensar na concepção de acontecimento na intersecção do proposto por Pêcheux (2015) e Guimarães (2018). Na relação dialética desses autores, estamos também analisando a Nota de Apresentação na forma de um confronto que dá abertura à equivocidade, um acontecimento de produção de sentidos como aquele que intervém nas condições em que os sentidos são produzidos.

Na forma de confronto do funcionamento de glosa, com a instabilidade produzida pela contingência dos acontecimentos históricos e sociais em que Nota adquire condições de existência, na iminência do Golpe de 1964, e sobre as quais a glosa intervém, faz-se necessário refletir também: em que medida se dá a desestabilização dos sentidos da narrativa de *To Kill a Mockingbird* identificada a partir de uma análise das condições de produção da Nota de Apresentação pela emergência das posições políticas assumidas pelo sujeito enunciador que apresenta a obra?

Definindo tais parâmetros teóricos, e a partir dos pressupostos apresentados, passamos à descrição dos procedimentos metodológicos.

2.3.2 Dos procedimentos metodológicos

Quando pensamos nos parâmetros que norteiam nossa análise, nosso objetivo não se trata de produzir generalizações, mas problematizar operações

interpretativas à medida que estas se realizam na continuidade do processo de produção de sentidos como efeitos entre sujeitos ideologicamente situados.

Para esse problema, centrado no trabalho de reconstituição do funcionamento da Nota de Apresentação para a tradução de *To Kill a Mockingbird* de 1963 enquanto glosa no interior de um acontecimento enunciativo, entendida como uma formulação que produz efeitos de sentidos a partir das contingências em que é produzida, não partimos unicamente da análise da Nota.

Para tratar analiticamente desta formulação como aquela que se desdobra sobre a tradução a partir de perspectivas enunciativas e discursiva, realizamos três movimentos de análise: análise da tradução do título do romance, de *To Kill a Mockingbird* para *O sol é para todos*; análise de cinco recortes da Nota de Apresentação; e análise de dois recortes do texto produzido por Silveira em 1966 como homenagem a Mário da Silva Brito, integrante da Editora Civilização Brasileira, ex-funcionário das Editoras Globo e Saraiva e um dos fundadores da Câmara Brasileira do Livro. Nosso *corpus* de análise, assim, se constitui do título e desses recortes.

A análise do título nos permite refletir sobre as condições pelas quais a Nota de Apresentação reconstitui, e ressignifica, ideologicamente, a opacidade de sentidos produzida na transposição da expressão “to kill a mockingbird” para “o sol é para todos”, expressões com funcionamentos metafóricos distintos. Para analisar esses funcionamentos metafóricos, de modo que a glosa da Nota de Apresentação venha reconstituir e ressignificar sentidos que são dissimulados na transposição, o que também nos mostra um caminho para refletir sobre os juízos de valores criados pelo sujeito em torno da narrativa e manifestados na Nota, nos baseamos na discussão sobre a metáfora empreendida por Pêcheux dentro do escopo da AD.

No artigo de Pêcheux (2011) em que nos baseamos, “Metáfora e interdiscurso”, publicado no Brasil no livro de textos escolhidos por Eni Orlandi, *Análise de discurso: Michel Pêcheux*, o funcionamento metafórico é abordado como próprio do funcionamento ideológico de diferentes objetos em meio à contradição na qual o interdiscurso se funda. No escopo da AD, esse funcionamento remete ao fato de que “a referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas [...] que combinam seus efeitos em efeitos do interdiscurso.” (PÊCHEUX, 2011, p. 158). Não há assim uma origem do objeto que está em processo de produção

discursiva, processo do qual aparece como um efeito com existência sócio-histórica. A metáfora, assim, é tomada por Pêcheux (2011, p. 158) como uma “perturbação” entre as diferentes formações discursivas.

Com essa perspectiva em mente, trazemos ainda outras considerações sobre a metáfora em meio à análise, de modo a realizar o exercício que alia teoria e práxis, característico de uma análise discursiva, e de aprofundar a reflexão realizada. Já na sequência, mobilizamos outros mecanismos para realizar a análise dos recortes selecionados para compor nosso *corpus*.

A análise dos recortes da Nota, assim, possibilita pensar sobre seu funcionamento discursivo enquanto uma glosa, funcionamento a partir do qual podemos levantar questões sobre a Nota tomada no acontecimento enunciativo. A análise dos recortes da homenagem de Silveira a Mário da Silva Brito, por sua vez, nos permite refletir sobre o acontecimento enunciativo à medida que o lugar de enunciador-apresentador configura-se a partir de certas posições ideológicas que estão em emergência na Nota de Apresentação.

Como forma de realizar as análises dos recortes, tendo em mente que não há simetria entre a materialidade discursiva da glosa e a materialidade linguística, mas considerando, também, que a materialidade linguística é essencial para chegarmos à discursiva, e entendendo que o sentido não é indiferente à sintaxe, partimos da materialidade linguística, mobilizando estruturas regulares como advérbios, adjetivos e conjunções por meio de raciocínios lógicos que possibilitem compreender seu funcionamento na língua em sua passagem para a materialidade discursiva.

Para que isso seja possível, nos ancoramos no estudo de Guimarães (1987), *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*, sobre operações argumentativas. Isso porque, no estudo do autor, considera-se que “pelo cruzamento das regularidades semânticas e gramaticais dos traços situacionais mobilizados pelas regularidades têm-se os efeitos de sentido.” (GUIMARÃES, 1987, p. 18). Não nos detemos, contudo, exclusivamente na regularidade linguística, mas fazemos uma passagem da língua ao discurso. Desse modo, diremos que é na estrutura linguística que encontramos a expressão da condução argumentativa que identificamos como aquela que produz os efeitos de sentidos da Nota funcionando como glosa enquanto orienta determinados sentidos, remetendo-nos, mais uma vez, ao interdiscurso.

Com efeito, intencionamos apontar como os enunciados que compõem os recortes que selecionamos apresentam em sua estrutura uma razão constituída na enunciação a favor de uma conclusão que produz certos efeitos de sentidos. Assim, nos baseamos na definição de orientação argumentativa de Guimarães (1987, p. 25): “Orientar argumentativamente com um enunciado X é apresentar seu conteúdo A como devendo conduzir o interlocutor a concluir C (também um conteúdo). Ou seja, orientar argumentativamente é dar A como uma razão para se crer em C [...]”. Em nosso *corpus*, extrapolando esta definição, as razões que sustentam os movimentos argumentativos são também sustentadas interdiscursivamente, pois as tomamos em seu funcionamento na passagem da língua ao discurso.

Em nosso estudo, de modo específico, como estamos mobilizando um acontecimento enunciativo, necessitamos analisar como certas operações argumentativas produzem um ou outro efeito nas contingências em que ocorrem.

A partir dessas operações de análise, também propomos refletir sobre como se dá, discursivamente, a interpelação do leitor pelo enunciador-apresentador da Nota em meio à orientação argumentativa, produzida conforme o enunciador retoma as questões temáticas da narrativa, acercando-se e opondo-se a diferentes discursos.

2.3.3 Análises

As análises que compõem esta seção, conforme propusemos nos procedimentos metodológicos, foram divididas em três momentos: a) da tradução do título do romance *To Kill a Mockingbird*, b) dos recortes da Nota de Apresentação e c) dos recortes da homenagem de Silveira a Mário da Silva Brito. Passamos primeiro à análise da tradução do título.

2.3.3.1 Da tradução de *To Kill a Mockingbird* para *O sol é para todos*: funcionamentos metafóricos

Problematizar a tradução do título de *To Kill a Mockingbird* para *O sol é para todos* é relevante para este trabalho pois a tradução não retoma os sentidos que se constituem na expressão “to kill a mockingbird” no interior da narrativa de Harper Lee e nas condições históricas em que a expressão tem sua produção. As

expressões dos títulos, “o sol é para todos” e “to kill a mockingbird”, apresentam condições de produção distintas, as quais produzem efeitos de sentidos em momentos históricos e sociais e contextos geográficos e sócio-políticos distintos. Os funcionamentos metafóricos das expressões remetem à realidade norte-americana dos anos 1930 e à realidade do momento de apresentação da tradução no Brasil, durante os anos 1960, estando em uma relação que nos conduz a analisar cada um destes funcionamentos em suas condições de produção.

À medida que a co-referência entre os títulos nas duas línguas resulta em uma dissimulação dos sentidos, a glosa da Nota de Apresentação vem suprir o esvaziamento das contradições sociais e históricas que permitem explicar as relações de desigualdade que constituem a temática da narrativa na conjuntura social e histórica estadunidense de 1930, e que se desdobram em suas condições de produção de lançamento nos Estados Unidos em 1960.

Deste modo, a Nota trata-se de uma formalização para situar as relações de tensão política e racial no contexto dos Estados Unidos para os leitores do contexto brasileiro de 1963 da tradução da Editora Civilização Brasileira. Entretanto, ela não apenas situa um contexto, mas ressignifica a narrativa, nos permitindo, também, refletir sobre as escolhas feitas para a tradução brasileira, como a do título.

Como mencionamos, ambas as expressões do título, em Língua Inglesa e Portuguesa, “to kill a mockingbird” e “o sol é para todos”, têm seu funcionamento alicerçado na narrativa, mas a partir de momentos distintos da trama. Além disso, a sustentação dos funcionamentos metafóricos dessas expressões não se dá somente na narrativa, mas principalmente no interdiscurso – definido anteriormente como “o todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2014, p. 149) – ao qual o sentido está atrelado, o que confere funcionamentos distintos para as expressões tomadas a partir de condições de produção distintas.

Remetendo-nos ao arcabouço teórico da AD que dá constituição a este estudo, reforçamos que a definição de metáfora em Pêcheux (2011) parte da visão concebida em uma teoria materialista e dialética do discurso que toma a constituição dos objetos linguísticos em sua existência sócio-histórica. Por esse viés, desenvolve-se uma visão semântica que nega: a existência de um objeto universal a-histórico; a existência de um objeto como puro efeito ideológico; e, ainda, a existência de um sujeito como origem e produtor dos sentidos desse objeto.

A maior crítica da teoria volta-se para a crença em regras semânticas pré-existentes ao funcionamento do discurso, sem que se considerem as forças sociais, históricas e ideológicas que entram em jogo em cada contexto. Essa crítica abre lugar ao debate, por sua vez, sobre as constituições históricas dos funcionamentos semânticos dos quais as regras podem ser explicadas a partir de relações dialéticas: pela base material da língua e pelas contingências em que as palavras e expressões funcionam. As regras semânticas, nessa visão, se tornam efeito do discurso, e não causa deste.

Consultando uma gramática, o reduto das regras e da normatividade da língua, acerca da *metáfora*, conseguimos explicar melhor essa questão. A *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (2009), trata da metáfora em meio a uma seção dedicada às alterações semânticas no léxico ao longo do tempo, em que tempo é correlato de história na forma de diacronia. Nessa concepção, a metáfora, é uma das causas da mudança de significação⁶⁷ das palavras; uma visão que compreende, de acordo com o gramático Bechara (2009, p. 329), a existência de um “significado etimológico” e a mudança deste, produzida por associações que operam na relação da língua com as ideias.

Como causa da mudança, a metáfora caracteriza-se pela “translação de significado motivada pelo emprego em solidariedades, em que os termos implicados pertencem a classes diferentes mas pela combinação se percebem também como assimilados [...]” (BECHARA, 2009, p. 329). Na forma de uma comparação, na visão de Bechara (2009), a metáfora opera por meio de similaridades que funcionam de modo a alterar a significação dos componentes lexicais ao longo do tempo.

A crítica de Pêcheux (2011), diremos a partir dessas considerações, reside no fato da semântica formal considerar as regras semânticas previamente à constituição histórica dos objetos. A metáfora, quando compreendida como uma causa da mudança da significação, esvazia a língua das contradições que nela se atravessam a partir de seu exterior. É como resposta a essa problemática que Pêcheux (2011, p. 158) trata da metáfora como “perturbação” entre as FDs, na forma de um efeito, portanto, do funcionamento do interdiscurso enquanto lugar da contradição. Desse modo, na visão do autor, a referência discursiva é uma unidade dividida, que se inscreve em uma conjuntura como efeito desta e que se altera na

⁶⁷ Bechara (2009) não apresenta uma distinção conceitual entre *significado* e *sentido* ao tratar da metáfora, valendo-se de *significado* e *significação*.

relação entre os discursos.

Pensando sobre essas questões a partir de nosso *corpus*, principiámos comentando que a expressão “to kill a mockingbird”, a versão em Língua Inglesa do título do romance que destacamos, tem seus sentidos sustentados a partir de pelo menos dois momentos distintos no interior da narrativa. Não nos atemos somente à relação título/narrativa, afinal não é este o propósito desta análise, mas faz-se necessário explicitar alguns aspectos do interior da narrativa para pensar sobre o exterior desta.

Os dois momentos em que o “mockingbird” é referido, e a partir dos quais assume diferentes funcionamentos metafóricos, são decisivos para o desenvolvimento da narrativa e sua conclusão. São duas situações que, em conjunto, afetam a compreensão da narradora, Scout, ainda criança, acerca da ética, da desigualdade e do preconceito. O primeiro momento ocorre pouco antes da segunda parte da narrativa; o segundo momento ocorre no final da narrativa, dando seu fechamento, conforme elucidamos a seguir.

O primeiro momento em que o “mockingbird” é referido trata-se de um alerta dado às crianças, Scout e Jem, que brincam com espingardas de pressão, sobre não matar um tipo específico de pássaro: o *mockingbird*⁶⁸. Esse ato, de acordo com os adultos que alertam as crianças, configura cometer um pecado, do trecho em Língua Inglesa, “it’s a sin to kill a mockingbird.” (LEE, 2002, p. 103)⁶⁹. A partir desta construção de advertência, se produz a expressão afirmativa do título, “to kill a mockingbird” que, traduzida de forma “mais literal”, equivale a “matar um *mockingbird*”.

Enquanto funcionamento metafórico, contudo, a expressão “matar um *mockingbird*”, em um primeiro momento, se movimenta em uma região ideológica religiosa, na qual equivale a “cometer um pecado”, que adquire condições de existência no exterior da narrativa. O título do romance em Língua Inglesa, portanto, não é esclarecedor da ética que regula a sociedade estadunidense.

⁶⁸ Mantemos a denominação *mockingbird*, em Língua Inglesa, porque esse é um pássaro comum na América do Norte, mas inexistente no Brasil. De nome científico *mimus polyglottos* (*mimus*, aquele que imita; *polyglottos*, muitas línguas), o *mockingbird* é conhecido pela capacidade de imitar o canto de outros pássaros. No Brasil existem outros pássaros do gênero *mimus*, como por exemplo, o sabiá-do-campo (*mimus saturninus*) e o sabiá-da-praia (*mimus gilvus*), com características bastante similares ao *mockingbird* norte-americano (cf. WIKIAVES, 2021a; 2021b).

⁶⁹ Ainda que a primeira publicação do romance seja de 1960, trabalhamos com a edição da Perennial Classics de 2002 por sua disponibilidade de acesso e composição material similar à publicação primeira.

Nos reportamos ao trecho da narrativa em que a expressão emerge pela primeira vez para aprofundar essa questão. É a partir deste trecho, em que Scout pondera o alerta de seu pai, Atticus, e de sua vizinha, Miss Maudie, que se explicita a conduta que regula o comportamento ético de caçadores no sul do Estados Unidos relativo aos anos 1930:

Quando o Pai nos deu as espingardas de ar comprimido, não nos ensinou a atirar. Foi tio Jack quem nos treinou, dizendo que Atticus não se interessava por armas. Atticus dissera uma vez a Jem: - Não me importo que atirem em latas, no jardim, mas não gosto que matem passarinhos. Se quiserem caçá-los, lembrem-se ao menos de que **é um pecado matar os pássaros-trocistas**.

Foi esta a única vez que ouvi Atticus dizer de qualquer coisa que era pecado. Perguntei a Miss Maudie o motivo disso.

- Seu pai tem razão, - disse ela. - Os pássaros-trocistas não prejudicam ninguém e fazem bonita música para nos entreter. Não estragam os nossos jardins, não fazem ninhos nos telhados das casas, nada fazem se não cantar para nós. **É por isso que matar um pássaro-trocista é grande pecado.**” (LEE, 1963, p. 108, grifos nossos)⁷⁰.

Neste trecho, podemos mobilizar alguns atributos que o *mockingbird*, ou pássaro-trocista, como aparece traduzido⁷¹, assume no interior da narrativa: um animal indefeso, que não causa prejuízos a ninguém e, pelo contrário, só dá alegrias através do canto. A conduta que impede que o passarinho seja morto se estabelece a partir de tais atributos na medida em que matar um animal indefeso, que traz benefícios, torna-se um ato que infringe um princípio religioso: aquele de manutenção da vida das criaturas indefesas.

A partir dessa representação do *mockingbird*, sustentada no imaginário criado em torno dos atributos da ave, se estabelece um primeiro funcionamento metafórico.

⁷⁰ Para facilitar o andamento da análise, ilustramos as reflexões com trechos da tradução da Editora Civilização Brasileira de 1963, apresentando sua versão do texto-fonte, em Língua Inglesa, em nota de rodapé: “When he gave us our air-rifles Atticus wouldn’t teach us to shoot. Uncle Jack instructed us in the rudiments thereof; he said Atticus wasn’t interested in guns. Atticus said to Jem one day, ‘I’d rather you shot at tin cans in the back yard, but I know you’ll go after birds. Shoot all the bluejays you want, if you can hit ‘em, but remember it’s a sin to kill a mockingbird. That was the only time I ever heard Atticus say it was a sin to do something, and I asked Miss Maudie about it.

‘Your father’s right,’ she said. ‘Mockingbirds don’t do one thing but make music for us to enjoy They don’t eat up people’s gardens, don’t nest in corncribs, they don’t do one thing but sing their hearts out for us. That’s why it’s a sin to kill a mockingbird.’” (LEE, 2002, p. 103).

⁷¹ As traduções de “*mockingbird*” são variadas. A de Fernando de Castro Ferro (LEE, 1963), utiliza “pássaro-trocista”, sendo “trocista” numa correlação com o verbo “to mock” do inglês, que é dicionarizado por algo como zombar através de imitação (CAMBRIDGE, c2022). A tradução de Maria Aparecida Moraes Rego (LEE, [1978?]) utiliza “pássaro imitador”, numa correlação com o nome científico, *mimus*, e vale-se do uso de uma nota de rodapé para explicitar o porquê dessa escolha. A tradução de Beatriz Horta (LEE, 2015), por fim, utiliza “rouxinol”, ave europeia muito utilizada em diferentes obras literárias pelo belo canto, mas inexistente no Brasil.

O *mockingbird*, na forma de signo ideológico, simboliza a música, o canto, e o apreço pela alegria e pela vida; simboliza, ainda, para aqueles que seguem preceitos religiosos, a preservação das criaturas inocentes. A simbologia constituída em torno do efeito de matar essa ave, que não traz perigo, nem causa danos, coloca em evidência a prática de um ato hediondo calcado em preceitos morais e religiosos.

Assim, conforme a metáfora tem seu funcionamento também em sua relação com o exterior da narrativa, nas condições que lhe dão produção, o ato de matar um *mockingbird* passa a simbolizar ainda a transgressão de uma lei moral. Aqueles que ceifam a vida desse pássaro assumem uma conduta considerada inadequada perante os valores éticos da comunidade cristã sul-estadunidense dos anos 1930, e perante os valores éticos da comunidade sulista compreendida nessas condições, para a qual a imagem de “matar um *mockingbird*” está presente no imaginário social na forma de má sorte.

Tomamos de Harper Lee, a autora do romance, a afirmação acerca desse imaginário. Como já demonstramos, parte da infância da autora deu inspiração e condições de produção à narrativa. Em uma entrevista de 1961 para a jornalista Audrey Clinton, do jornal *Newsday*, Lee teria dito que “o título do livro veio da ideia de que matar um *mockingbird* é má sorte – o que é parte da vida e folclore do Sul. Assim como ‘não pise em uma cobra’” (CLINTON, 2016, n. p., tradução nossa)⁷². Tendo, assim, sido explicitado esse modo de produção, “matar um *mockingbird*” simboliza, ainda, desencadear uma forma de punição, para si mesmo, por romper com os valores éticos e morais dessa comunidade.

O segundo momento da narrativa em que o *mockingbird* emerge, por outro lado, é aquele que confere um novo funcionamento metafórico à expressão “to kill a *mockingbird*”, sobretudo quando consideradas as condições em que a obra é lançada nos Estados Unidos, em 1960, em meio ao Movimento dos Direitos Civis dos Negros.

Fazemos uma breve retomada da narrativa para desenvolver esse ponto. Após a condenação e morte de Tom Robinson, o homem negro injustamente acusado de estupro, Scout e Jem sofrem um atentado. O pai das crianças, Atticus, lembramos, havia sido o advogado do réu, e o atentado contra seus filhos é uma

⁷² Do texto-fonte: “Miss Lee said that the title of her book came from the idea that to kill a mockingbird is bad luck — which is part of the life and folklore of the South. Just like ‘don’t step on a snake.’” (CLINTON, 2016, n. p.).

forma de vingança de Bob Ewell, pai da moça que teria sido estuprada e autor da ação que se desenrola nos tribunais.

Mesmo ganhando a causa contra Tom Robinson, Bob Ewell sente-se desmoralizado, perante o tribunal e a cidade, após as inúmeras perguntas feitas por Atticus, que o colocam numa posição de negligência. Como forma de vingança, Ewell persegue Scout e Jem com uma faca, mas acaba morrendo quando Boo Radley, o vizinho das crianças que não era avistado há pelo menos 15 anos, intervém na ação.

O delegado do condado se posiciona contra denunciar Boo Radley pelo acontecido, alegando que Ewell caiu em cima da própria faca. No entanto, o apelo do delegado por atestar a morte acidental parte de uma tentativa de manter Boo Radley em sua condição de reclusão; tentativa baseada na crença de que elevá-lo à condição de herói seria um crime ainda pior do que aquele que ele cometera.

Como Bob Ewell é visto como um mau sujeito perante a cidade de Maycomb, e encarna, portanto, a imagem da crueldade, a ação de Boo Radley seria vista como um ato de heroísmo em favor de duas crianças indefesas. Contudo, Radley é um homem que fora condenado ao isolamento em sua casa pelo julgamento social feito sobre seus delitos juvenis em uma cidade pequena e moralista. Homem tímido, que passou mais de uma década recluso, ao ser visto como herói passaria novamente a ficar sob o crivo do olhar público de que ele tanto havia fugido.

Scout, um dos alvos do atentado, escuta o apelo do delegado acerca dessas questões. Perguntada pelo pai se entende que Ewell “caiu em cima da própria faca”, o que significa uma compreensão não só do atentado, mas das práticas que regulam o meio que a cerca, a menina responde de forma sucinta que concorda com o delegado, acrescentando, sob o olhar curioso do pai, um enunciado metafórico que expressa seu juízo sobre as consequências do atentado: “Well, it’d be sort of like shootin’ a mockingbird, wouldn’t it?” (LEE, 2002, p. 317), traduzido por “Bem, teria sido como matar um pássaro-trocista, não teria?” (LEE, 1963, p. 309).

A partir desse acontecimento no interior da narrativa, a designação *mockingbird* passa a ter outro funcionamento metafórico na expressão utilizada por Scout. Matar um *mockingbird* não se trata mais de assumir uma conduta que rompe com valores éticos de uma comunidade por matar uma ave indefesa e, como consequência ter azar.

Sua referência discursiva é outra; está, neste acontecimento, pautada nas relações entre o julgamento da corte jurídica, que visa a condenar o homem que teria salvo duas crianças, e o julgamento social de uma comunidade que, a partir de seus valores próprios, condena o homem que atenta contra a vida de crianças e glorifica aquele que as salva.

Nesse movimento, condenar uma pessoa que não traz prejuízos ao meio social e, pelo contrário, faz o bem, remete à ideia de matá-la. É o que aconteceria com Boo Radley, que seria elevado ao *status* de herói ao salvar as crianças da morte, mas seria condenado ao escrutínio do julgamento social e dos tribunais, a condição que o havia levado à reclusão em um primeiro momento.

O funcionamento metafórico, assim, se dá a partir de uma concepção de justiça social diferente da justiça praticada formalmente nos tribunais. Enquanto um julgamento na corte marcial condenaria Radley, a tentativa do delegado de isentá-lo do julgamento o poupa da condenação à exposição ao olhar público, o poupa da morte que essa exposição significa para ele.

Com isso é realizada uma forma de justiça social de acordo com valores diferentes daqueles perpetrados na prática da justiça dos tribunais. Podemos analisar, assim, o movimento pelo qual o imaginário social de cidadania e de ética opera em meio à narrativa, colocando em perspectiva juízos de valores que passam a regular a vida dos sujeitos.

Nas condições de lançamento da obra em 1960, em meio ao Movimento dos Direitos Civis dos Negros, a narrativa ganha ainda novos contornos, sendo tomada também como um símbolo de luta e resistência através da defesa de Tom Robinson no tribunal por Atticus Finch. A metáfora de “matar um mockingbird”, nessas condições, pode ser expandida para o que acontece com outras personagens do romance à semelhança de Boo Radley, como a condenação de Tom Robinson, que é acusado injustamente e condenado por aquilo que a cor de sua pele representa. A situação pela qual ele é acusado de estupro se desenvolve a partir de uma boa ação: a aquiescência de Robinson em ajudar a filha de Bob Ewell com consertos domésticos. Entretanto, perante o estigma daquilo que a cor da pele de Robinson significa no seio social do Sul dos Estados Unidos de 1930, ele é acusado, condenado no tribunal, e acaba perdendo a vida ao tentar fugir da prisão.

Neste último funcionamento metafórico da expressão “to kill a mockingbird”,

nas relações que se estabelecem no lançamento do romance, podemos refletir, ainda, sobre um mecanismo pelo qual a condenação, a “morte de inocentes”, também trata-se de uma formulação equívoca à medida que passa a corresponder a “morte da inocência”. Se a “morte de inocentes” toma como referente a figura das personagens Boo Radley e Tom Robinson, a “morte da inocência” toma como referente a narradora, que perde a inocência ao interpretar o mundo adulto, adquirindo a percepção do modo como as práticas dos tribunais e o julgamento social se orientam a partir de valores próprios mas, de algum modo, se atravessam.

Retomando Pêcheux (2011), diremos que a expressão da qual a designação *mockingbird* faz parte no título do romance tem seu funcionamento metafórico a partir das referências discursivas que esta designação assume perante diferentes discursos. Seus funcionamentos metafóricos, assim, se dão de tal forma no interdiscurso, que em sua tradução literal para o Brasil eles não se mantêm. No Brasil não só não há o pássaro *mockingbird* tal qual nos Estados Unidos, como não há um imaginário em torno dessa ave, ficando a metáfora quase que restrita às condições que lhe dão produção e funcionamento no meio norte-americano, e aos acontecimentos que tomam corpo no romance. Acima disso, as condições de publicação da tradução são distintas daquelas da obra em Língua Inglesa, de modo que se perdem sentidos que a metáfora adquire na sociedade estadunidense dos anos 1960, a partir das condições de produção da narrativa naquele contexto.

Sobre o título escolhido para a obra no Brasil⁷³, *O sol é para todos*, também podemos refletir como o funcionamento metafórico se dá relativamente à dialética estabelecida entre os valores constitucionais e os direitos humanos que não são respeitados na sociedade brasileira classista, pautada em práticas de discriminação racial e social. A partir da interpretação da narrativa e do gesto de situar o leitor brasileiro em relação a ela, na tradução do título podemos caracterizar um novo funcionamento metafórico que também não se abstém de uma relação entre o

⁷³ Não podemos afirmar com certeza que a tradução do título tenha sido realizada para a tradução da obra de 1963, pela Editora Civilização Brasileira, porque o filme que adapta a obra foi lançado no Brasil no mesmo ano (IMDB, c2021). O mais provável é que a escolha do título tenha sido para o filme, pois é prática comum “adaptar” os títulos para torná-los mais atrativos comercialmente, utilizando o contido na sinopse ou ainda algo referente ao desenrolar do filme. É o que Tamanaha (2010) explica na matéria “Como se traduz um título de filme?” da revista “Superinteressante”; segundo a autora, a parte responsável pela adaptação do título é o departamento de *marketing* das distribuidoras, mas sua aprovação é feita pelo departamento comercial. Como adaptações, a matéria cita, por exemplo, *The Dream Team* adaptado para *De médico e louco todo mundo tem um pouco*. Lembramos ainda de outros exemplos, como *27 Dresses*, adaptado para *Vestida para casar*, e *The Hangover*, adaptado para *Se beber, não case*.

juízo social e o juízo dos tribunais, emergindo, do interior da narrativa, no juízo de Tom Robinson, situação para a qual já analisamos algumas questões a partir do título em inglês.

O funcionamento da expressão “o sol é para todos”, contudo, coloca alguns sentidos em evidência de modo singular, como passamos a refletir. Primeiro, diremos que a expressão espalha-se em torno da imagem do sol, a estrela central de nosso sistema solar. Mesmo em suas acepções estáveis, dicionarizadas, como aquelas do *Dicionário Caldas Aulete Digital* ([2021]), o item lexical “sol” remete aos conceitos de brilho e calor.

Já em um funcionamento metafórico do discurso do cotidiano, como utilizamos diariamente, o item lexical “sol” pode remeter ao espaço sobre o qual seu brilho e calor incidem, a valores e oportunidades positivas e equânimes. Se o nascer e o pôr dessa estrela central marcam a passagem dos dias, é essa movimentação que dá condições de existência e sobrevivência para todas as plantas e animais de nosso planeta de forma igual.

Com a expressão “o sol é para todos”, coloca-se em evidência uma imagem de que todos aqueles em condição de liberdade – por oposição aos aprisionados, que não “estão ao sol” – podem encontrar *seu lugar* entre os demais sob *um mesmo* sol, em posição de igualdade, já que o sol nasce para todos e está para todos viverem e se desenvolverem. Ao mesmo tempo, por meio desse funcionamento a expressão “o sol é para todos” dissimula a imagem de que não existem condições de tratamento igualitário para todos. Pelo contrário, se perpetuam práticas de discriminação, o que implica os apartados terem de lutar para buscar seu lugar de igualdade entre os demais, seu lugar ao sol.

A fim de estabelecer relações entre o funcionamento metafórico do título do romance em relação ao interior da narrativa, nos reportamos às condições de igualdade explicitadas no momento de juízo de Tom Robinson. Nos reportamos, mais precisamente, ao apelo final que o advogado Atticus Finch faz ao júri antes da sentença:

- Uma coisa mais, senhores jurados, antes de me retirar. Thomas Jefferson disse uma vez que **todos os homens foram criados iguais** [...]. Sabemos que os homens não são todos **criados iguais**, em múltiplos sentidos: alguns são mais inteligentes do que outros; alguns têm melhores oportunidades na vida, por terem nascido com elas; outros auferem melhores proventos [...].

- Mas há um plano em que todos os homens dêste País **foram criados iguais**: aqueles em que um pobre é igual a um ignorante igual a qualquer professor universitário. Esse plano, essa instituição niveladora, é o Tribunal. [...] Os nossos tribunais têm as suas deficiências, como qualquer outra instituição humana, mas, neste País, os tribunais são os grandes niveladores e, nêles, todos os homens são, portanto, iguais. (LEE, 1963. p. 232, grifos nossos)⁷⁴.

A partir da defesa da igualdade nos tribunais, do direito ao julgamento imparcial, Atticus Finch se volta diretamente ao júri, dizendo que o tribunal nunca será melhor do que cada pessoa que compõe o júri. Isso coloca a responsabilidade de uma sentença justa sobre as pessoas que compõem o júri, e, sobretudo, sobre os valores que permeiam as práticas de igualdade para essas pessoas. No caso de Tom Robinson, a igualdade de tratamento não é uma realidade na medida em que o racial e o social definem os modos pelos quais ele é percebido no seio da comunidade em que vive.

O funcionamento metafórico da expressão “o sol é para todos”, no interior da narrativa, assim, toma como referente o tratamento igualitário em meio aos tribunais estadunidenses. Ao ser tomada a partir da defesa de que o tribunal, composto de um júri com valores e condutas regulados por diversas práticas de seu meio social, deve fazer um julgamento independentemente de poder econômico, classe ou cor da pele, a escolha da tradução “o sol é para todos” para “to kill a mockingbird”, que passa a funcionar metaforicamente, remete tanto à possibilidade de um tratamento igualitário, como à ausência de relações igualitárias que refratam as formas de exclusão e tratamento discriminatório que fazem com que a igualdade não seja o tratamento dominante.

É preciso analisar, a partir disso, que por meio do tratamento discriminatório ocorrem as condenações que, por sua vez, acabam materializando as práticas de aprisionamento dos sujeitos condenados. Neste funcionamento, esses sujeitos são apartados na sociedade, não tendo, portanto, oportunidade de acesso ao sol, e são também levados à morte, como acontece com Tom Robinson no interior da

⁷⁴ No texto-fonte: “One more thing, gentlemen, before I quit. Thomas Jefferson once said that all men are created equal [...]. We know all men are not created equal in the sense some people would have us believe-some people are smarter than others, some people have more opportunity because they’re born with it, some men make more money than others [...].”

“But there is one way in this country in which all men are created equal-there is one human institution that makes a pauper the equal of a Rockefeller, the stupid man the equal of an Einstein, and the ignorant man the equal of any college president. That institution, gentlemen, is a court. [...] Our courts have their faults, as does any human institution, but in this country our courts are the great levelers, and in our courts all men are created equal.” (LEE, 2002, p. 233).

narrativa. A segregação de oportunidades entre os povos, assim, está presente tanto nas condições históricas de formação da nação estadunidense, como nas condições de formação e desenvolvimento da nação brasileira.

Pode-se afirmar, deste modo, que o título da tradução brasileira, “O sol é para todos”, tem uma dupla determinação: a) a partir das condições históricas, que refletem a hegemonia da desigualdade social; e b) a partir da narrativa, por remeter a alguns elementos da temática que têm sua produção na trama que se desenrola em Língua Inglesa, ancorados em diálogos em torno do fato de que a igualdade não se realiza na sociedade e predomina a segregação.

Um dos possíveis efeitos de sentidos dominantes do título em Língua Inglesa é o de colocar em evidência a tensão entre práticas jurídicas e sociais permeadas por um embate racial, ao passo que um dos efeitos de sentidos dominantes do título em Língua Portuguesa é o de apagar as tensões raciais e sociais. O título da obra no Brasil funciona de modo a construir um imaginário de tratamento igualitário, de oportunidades iguais, dissimulando as tensões vividas pelas personagens que estampam o cenário da desigualdade, e que, a partir do título do romance nos Estados Unidos, por sua vez, simbolizam a morte de inocentes e a morte da inocência em meio aos conflitos raciais e à discriminação.

Pensamos, dessa forma, que a co-referência entre os títulos do romance nas duas línguas produz-se por diferentes vieses metafóricos pois, por um lado, remete às ideologias que dão sustentação aos valores cultivados no meio histórico e social estadunidense no interior de diferentes instituições e, por outro, remete às ideologias que sustentam o imaginário dos destinatários para o qual o título é traduzido.

2.3.3.1.1 Da Nota de Apresentação sobre o funcionamento metafórico de O sol é para todos

Um aspecto central, em relação à apresentação da tradução brasileira, está, em nossa perspectiva, no movimento da Nota de Apresentação de Silveira (1963) de resgatar e ressignificar as tensões raciais e sociais que são apagadas no funcionamento da expressão metafórica “o sol é para todos” à medida que esta expressão coloca em evidência a possibilidade de igualdade.

Por meio dos juízos de valor criados pelo enunciador-apresentador, as formas

de segregação presentes no Sul dos Estados Unidos 1930, que se reproduzem nos anos 1960, são desdobradas através das relações estabelecidas nas condições históricas e sociais brasileiras da tradução e da Nota de 1963. Se a tradução do título para Língua Portuguesa mobiliza uma noção mais abrangente de igualdade, não mais sustentada discursivamente nas formas de discriminação presentes nas condições de lançamento do romance nos Estados Unidos, a construção enunciativa da Nota de Apresentação ressignifica ideologicamente essa noção no contexto brasileiro.

É o que ocorre por meio de dois movimentos principais. Um, quando o enunciador-apresentador da Nota recupera acontecimentos pertinentes à esfera estadunidense presentes na temática da narrativa, como quando este explicita que Atticus Finch se torna “patrono da causa de um negro” (SILVEIRA, 1963) e esclarece que “a estória se desenrola no Sul dos Estados Unidos” (SILVEIRA, 1963). O outro movimento se dá quando o enunciador assume uma posição acerca do que a personagem Atticus Finch *representa* ao ser “patrono da causa de um negro”. O enunciador-apresentador esclarece:

Circunstâncias diversas levam-no [Atticus Finch] **a ser patrono da causa de um negro**, Tom Robinson, acusado de haver violentado uma rapariga branca. Convencido da injustiça da acusação, esforça-se ao máximo, **como homem e como advogado**, para restituir à liberdade o seu cliente. Sendo democrata autêntico, não admite que **a cor de um ser humano possa constituir agravante** quando êle é julgado por um crime que, afinal, nem sequer cometera. (SILVEIRA, 1963, grifos nossos).

Nesta enunciação, Silveira coloca em evidência o fato de Atticus Finch acreditar na inocência de Robinson, bem como sua tentativa de lhe garantir a liberdade, que para o enunciador-apresentador parte de um “dever” cívico não apenas de um advogado, mas sobretudo de um homem na qualidade de cidadão. O efeito de sentido mobilizado na oposição “homem e advogado” se reverte em um apelo a uma conduta moral e ética a ser seguida por qualquer cidadão, não apenas aos advogados nos atributos e exercício de sua profissão: a de garantir que a cor da pele não defina os rumos de qualquer condenação que deveria ser feita tendo por princípio a igualdade de tratamento e julgamento.

Por meio dessa formulação discursiva, o enunciador reconstitui a temática da narrativa que tem suas condições de produção nos Estados Unidos. Recupera a relação pela qual se estabelece, nessas condições, a tensão racial e os modos de

discriminação que resultam em uma condenação injusta. Na narrativa, e nos Estados Unidos, predomina a segregação; a igualdade não é predominante. A cor da pele, tomada em sua representação social e histórica, é a característica principal na qual repousa a conduta de segregação.

Por outro lado, é a partir dos juízos de valor que o enunciador-apresentador faz sobre a personagem Atticus Finch, que as noções de discriminação e igualdade movimentam-se a partir de outros discursos. O julgamento de Tom Robinson, que é inocente, e sua condenação discriminatória, são tomados, na Nota, não na forma de tensão racial que resulta na sentença injusta, mas pelo movimento de defesa do advogado Atticus Finch como um exemplo a ser seguido. A ação do advogado se desdobra na forma de resistência, uma reação contra as formas de opressão que permeiam diferentes práticas, e não somente aquelas dos tribunais. Assim o enunciador constrói um imaginário de cidadania, que é representado pelas práticas de Atticus Finch.

O enunciador-apresentador faz juízos de valor, sobre o romance e sobre a personagem, como o que segue:

Este romance, usando da liberdade que a ficção permite, mostra-nos que há sempre tempo e condição para que um homem, sendo **autêntica e esclarecidamente democrata**, possa reagir contra as **fôrças do obscurantismo** e da **boçalidade**. Sabemos todos que há nos Estados Unidos, hoje, milhões de **homens com H maiúsculo, como este admirável Atticus Finch** que O SOL É PARA TODOS nos revela. **É preciso, porém, que todos se decidam a agir, como êle agiu, sempre que um direito esteja sendo violado, sempre que um ser humano esteja sendo injustiçado.** (SILVEIRA, 1963, grifos nossos).

Enquanto Atticus é qualificado pelo enunciador como “autêntica e esclarecidamente democrata”, “homem com H maiúsculo” e “admirável”, sua atuação no caso de Tom Robinson é retomada como forma de apelo para “que todos se decidam a agir, como êle agiu” quando haja uma injustiça. Além disso, por meio desse apelo do enunciador, de que “todos se decidam a agir, como êle agiu, sempre que um direito esteja sendo violado” cria-se um paralelo entre o imaginário de cidadania desejado para o Estado de direito tanto nos Estados Unidos como no Brasil: aquele que defende os valores democráticos. O que podemos analisar por meio dessa formulação discursiva, sobretudo, é a ideia de que existem diferentes tipos de injustiça para além da discriminação, atos antidemocráticos que devem

também sofrer a represália daqueles que se levantam contra o racismo.

O enunciador-apresentador da Nota, desse modo, assume uma posição frente às práticas discriminatórias e opressoras, e às práticas democráticas. Essa posição pode, e será, analisada na sequência já pelo título da Nota, **“Como ser bom e democrata, apesar de branco e americano”**, enunciado que remete à inferência de que americanos brancos não são nem democratas, nem humanitários, e em torno do qual a Nota se constitui.

Se dizemos que o enunciador assume uma determinada posição na Nota através das atribuições de Atticus Finch, figura que desdobra-se na forma de resistência e reação contra atos antidemocráticos, como os que resultam em opressão e censura, é porque mobilizamos as condições de produção da Nota de Apresentação.

Os efeitos de sentidos da Nota tem suas condições de produção a partir do lugar enunciativo de apresentador e glosador ocupado por Ênio Silveira, um lugar autorizado tanto pelo conhecimento da obra, como por sua condição de diretor da Editora, a estabelecer paralelos entre leitores de outros países e leitores brasileiros de forma a interpelá-los através da glosa.

Nesse movimento, Atticus Finch é representado para o leitor brasileiro como um exemplo a ser seguido em face das contingências de estratificação social no contexto brasileiro dos anos 1963. Dessa forma, produzida discursivamente em meio a um grupo de editoras de resistência de esquerda que se forma às vésperas do Golpe de 1964, em um funcionamento de glosa sobre a narrativa, a Nota mobiliza a resistência à exploração brasileira e à ação de forças antidemocráticas atuantes no período, que é tomada, pelo enunciador-apresentador, na imagem criada em torno da personagem Atticus Finch e de sua ação no tribunal como símbolo de uma ação democrática.

Discursivamente, a Nota mobiliza efeitos de sentidos de reação e enfrentamento às imposições de grupos hegemônicos, qualificados, pelo enunciador-apresentador, como “as forças do obscurantismo e da boçalidade”. Essa qualificação se dá relativamente ao modo como esses grupos representam determinadas forças sociais na temática da narrativa, a partir de certas condições históricas. Trata-se de um grupo hegemônico que se impõe nos Estados Unidos, predominantemente branco e historicamente estabelecido a partir do trabalho

escravo, que é equiparado ao grupo hegemônico do Brasil, que tem sua constituição histórica em condições outras de exploração a partir da influência do grupo hegemônico internacional.

O que principiamos a refletir a partir do movimento de sentidos na Nota de Apresentação compreende a forma pela qual as tensões racial e social se espraiam para outros tipos de tensão. Na Nota entram em jogo as relações de forças entre aqueles que não respeitam os direitos humanos e os que, de forma oposta, lutam para que práticas racistas, antidemocráticas e imperialistas não venham a ser dominantes. Em meio a essas relações de forças, as qualificações atribuídas à personagem Atticus Finch fazem com que ela represente a parcela dos que lutam contra a desigualdade e a discriminação na sociedade americana e, principalmente, contra práticas antidemocráticas e imperialistas no Brasil.

Já na relação entre o funcionamento metafórico do título *O sol é para todos* e a Nota de Apresentação, esta vem suprir o esvaziamento das contradições sociais e históricas do título que permitem explicar as relações de desigualdade que constituem a temática da narrativa, resignificando-a. Ao voltar-se sobre a narrativa, o enunciador-apresentador expande sua leitura para novas relações que só são possíveis quando tomadas as condições históricas e sociais brasileiras relativas aos anos 1960. Portanto, necessitamos passar à análise dos recortes da Nota para dar destaque a essa questão.

2.3.3.2 Dos recortes da Nota de Apresentação: desestabilização dos sentidos

É através da análise do título da Nota de Apresentação, “**Como ser bom e democrata, apesar de branco e americano**”, que principiamos analisando a posição assumida pelo enunciador-apresentador frente às práticas discriminatórias como opostas às práticas democráticas. Este e outros recortes da Nota possibilitam refletir sobre seu funcionamento discursivo enquanto uma glosa na medida em que, ao reportar-se à temática do texto literário, o enunciador faz juízos de valor acerca de determinados dizeres em um movimento que desestabiliza determinados sentidos perante as condições históricas e sociais em que a Nota de Apresentação é produzida.

Para fins de investigação do funcionamento semântico das estruturas que compõem os recortes da Nota, de modo a acessar o discurso, formalizaremos as estruturas que compõem esses recortes com base em Guimarães (1978) acerca dos operadores argumentativos. Conforme detalhado nos procedimentos metodológicos, mobilizamos estruturas regulares como advérbios, adjetivos e conjunções como forma de refletir sobre a condução argumentativa, um dos mecanismos que identificamos como aquele que produz determinados efeitos semânticos da Nota que, ao funcionar como glosa, irá orientar argumentativamente determinados sentidos a partir do interdiscurso.

No título da Nota de Apresentação, o recorte pelo qual principiamos reconstituindo esse mecanismo, tratamos de configurar como os dois enunciados que se superficializam apontam para uma relação de incompatibilidade. As duas qualificações do sujeito americano, (a) e (b), expressas no título, são articuladas por meio do operador argumentativo *apesar de*, de modo a conduzir a uma conclusão, produzindo determinados efeitos de sentidos. Refletimos sobre essa questão porque, sob uma perspectiva enunciativa, a ordem de colocação da conjunção irá determinar os efeitos de sentidos da sequência discursiva a partir de sua inscrição em determinadas condições de produção. Vejamos o recorte 1, do título:

R1: Como ser bom e democrata, apesar de branco e americano.

Para analisar R1, formalizamos sua estrutura do seguinte modo:

- Como (a) ser bom e democrata **apesar de** → (b) ser branco e americano

Em R1, podemos observar que a articulação entre os enunciados (a) ser bom e democrata e (b) ser branco e americano, que caracterizam duas formas de qualificação do sujeito estadunidense, se dá pelo emprego do operador argumentativo de tipo concessivo, *apesar de*, que leva a uma determinada conclusão. Se a partir de uma perspectiva linguística a expressão *apesar de* tem o valor semântico de uma concessão, sendo definida, na *Moderna Gramática Portuguesa*, como locução conjuntiva concessiva (BECHARA, 2009), em uma perspectiva enunciativa este operador aponta para uma eminente relação de

contradição. Já sob uma perspectiva discursiva, este operador precisa ser investigado, na articulação dos enunciados, com base em suas condições de produção, em termos de seu funcionamento ideológico.

Deste modo, ao opor (a) e (b), o enunciador-apresentador aponta para atributos antagônicos entre (a) ser bom e democrata; e (b) ser branco e americano, de modo que se instauram as forças de contradição que constituem o enunciado. Transpomos a estrutura do recorte de modo que ela seja expressa de formas distintas, através das relações que estabelece, para pensar sobre esses movimentos:

- 1) (b) não é (a);
- 2) (a) não é (b);
- 3) ainda que (seja) (b), (pode ser) (a).
- 4) Apesar de ser (b), como ser (a)?

Ao analisar o jogo de contradições que o operador coloca em cena, precisamos questionar: por que americanos brancos não são representados como bons e democratas? É justamente sob este aspecto que precisamos mobilizar o interdiscurso, pois ele nos leva a perguntar pelo imaginário social de americanos brancos nos EUA durante os anos 1930, relativamente ao contexto temático da narrativa, e durante os anos 1960, relativamente ao contexto de publicação da narrativa.

Através da incompatibilidade entre (a) ser bom e democrata e (b) ser branco e americano, articulados por meio da locução conjuntiva concessiva *apesar de*, como a representamos em 1 e 2, é possível inferir que americanos brancos não são nem democratas, nem humanitários, um imaginário que é refratado na narrativa, mas que também é relativo ao modo como a sociedade estadunidense é retomada pelo enunciador-apresentador.

O movimento pelo qual o enunciador-apresentador seleciona um determinado operador argumentativo, neste caso *apesar de*, para estabelecer de que forma essas forças antagônicas (a) e (b) se relacionam, passa a produzir determinados efeitos de sentidos a partir da conclusão, obtida pela condução argumentativa, de que americanos brancos não são democratas, nem bons, são segregadores.

O título da Nota nos dá, portanto, um indicativo da posição assumida pelo enunciador frente às forças hegemônicas na sociedade americana, e as práticas que elas instituem como modelos de sociedade desigual. No próprio título da nota, deste modo, o enunciador-apresentador já se coloca na posição de um glosador que assume uma posição política frente às práticas da sociedade sulista americana, instituindo o “tom do texto” que irá orientar a leitura da tradução. Retomando Guimarães (1987; 2018), reiteramos que é o enunciador que estabelece a perspectiva da enunciação.

Diremos, assim, que ao opor (a) ser bom e democrata, a (b) ser branco e americano, em uma estrutura como a de “como ser (a), apesar de ser (b)”, o enunciador coloca em perspectiva as condutas racistas e antidemocráticas dos americanos. Isso porque (a) e (b) tem seus sentidos alicerçados na narrativa e nos modos de sua constituição nos Estados Unidos, em um funcionamento que retoma a reprodução, e dominância, de práticas racistas no Sul dos Estados Unidos relativas aos anos 1930.

É pela contradição que o enunciador-apresentador se acerca do contexto sócio-histórico dos Estados Unidos, relativo aos anos 1930, e do imaginário que compõe a temática da narrativa, presente também nas condições históricas estadunidenses dos anos 1960, contexto de publicação da obra, e reinscreve a narrativa nos anos 1960 no contexto brasileiro, produzindo uma determinada condução argumentativa com efeitos para a produção da Nota.

Na medida em que se volta sobre a narrativa, já no título o enunciador-apresentador retoma as práticas relativas a um grupo dominante nos anos 1930, e ainda dominante nos anos 1960, compreendido nas forças antagônicas enunciadas em (b): o grupo hegemônico contra o qual o Movimento dos Direitos Civis dos Negros se opõe nos anos 1960, composto, em sua maioria, de pessoas brancas, historicamente determinadas e ideologicamente interpeladas por práticas escravocratas, e que reproduzem a discriminação.

Já as forças antagônicas compreendidas em (a) voltam-se para outro grupo, que pratica os valores igualitários e democráticos, e do qual Atticus Finch emerge, na Nota de Apresentação, como a figura exemplar: uma personagem de um advogado branco, oriundo de uma família escravocrata, mas que se opõe ao que sua história familiar determina, rompendo com o grupo hegemônico do qual faz parte

para defender valores próprios de práticas contrárias a esse grupo. A partir dessas considerações, formalizamos ainda a seguinte relação, em que:

- (a) ser bom e democrata = grupo não-hegemônico que segue valores igualitários e democráticos;
- (b) ser branco e americano = grupo hegemônico que perpetua a discriminação.

Essas relações, tomadas do interdiscurso, evidenciam o conflito existente nas duas posições reconstituídas pelo enunciador-apresentador e articuladas por meio da locução conjuntiva concessiva *apesar de*. Por meio desse movimento, também reconstituímos o funcionamento pelo qual americanos brancos não são representados como bons e democratas.

Assim, em um fluxo contínuo entre língua e discurso, os enunciados (a), ser bom e democrata, e (b), ser branco e americano, articulam-se de modo a criar o efeito de que uma parcela de (b) possa ser (a). O que implica dizer que uma parcela do grupo hegemônico possa romper com práticas discriminatórias, e antidemocráticas, e passar a seguir valores igualitários e democráticos, materializados em certas práticas. Uma dessas práticas, por sua vez é tomada na forma da ação da personagem Atticus Finch que defende, perante um júri, nos termos do tribunal, um homem negro. Essa é a figura sobre a qual o enunciador cria um imaginário de cidadão democrático a partir de seus juízos de valor.

A partir dessa reflexão, podemos retomar o formalizado em 3 e 4 a partir de R1, modos de funcionamento para os quais novamente é preciso realizar um movimento a partir do interdiscurso:

- 3) ainda que (seja) (b), (pode ser) (a).
- 4) Apesar de ser (b), como ser (a)?

Considerando essas relações, levantamos uma questão crucial em torno da orientação argumentativa produzida pela Nota. Os enunciados (a) e (b) são articulados de modo a interpelar o leitor a chegar a uma determinada conclusão. Retomamos Guimarães (1987, p. 25), nos baseando no momento que o pesquisador

define que “orientar argumentativamente é dar A como uma razão para se crer em C”, para defender que no recorte 1 identificamos uma estrutura que apresenta uma razão a favor de uma conclusão, expressa em 3: ainda que (seja) (b), (pode ser) (a). Essa razão é, acima de tudo, porém, sustentada interdiscursivamente.

Se o título da Nota, R1, remete ao imaginário estadunidense a que o enunciador-apresentador retoma, de que “americanos brancos não são nem democratas, nem humanitários”, a partir do interdiscurso as relações demonstradas em 3 e 4, que mobilizam o operador argumentativo, alteram esse imaginário. Por meio do operador argumentativo cria-se o efeito de uma concessão, de que ao menos uma parcela em meio ao grupo hegemônico (b), pautado em práticas discriminatórias e antidemocráticas, possa seguir valores igualitários e democráticos do grupo de (a). Dessa forma, o operador argumentativo *apesar de* altera a concepção de (b). Esse efeito, contudo, não se dá exclusivamente na língua, mas é tomado do interdiscurso na forma pela qual o enunciador reconstitui as relações estabelecidas no interior da narrativa.

Diremos, assim, que, ao colocar em perspectiva as forças antagônicas dos grupos que compõem (a) e (b), o enunciador-apresentador assume uma certa posição a respeito de (a) e (b). O título da Nota delimita essa posição-sujeito, do lugar de apresentador, frente às forças antagônicas presentes nos Estados Unidos e as práticas que elas instituem, como uma posição que, ao opor as práticas do grupo hegemônico estadunidense, que segrega, às práticas democráticas de um grupo minoritário, se coloca a favor das práticas democráticas, a favor de (a).

Já a expressão “como”, formalizada no início de R1, um advérbio de modo, introduz o que virá a ser formalizado no restante da Nota de Apresentação acerca da oposição de forças antagônicas na forma de atributos dos dois grupos e, principalmente, as condições, que se produzem como efeito dessas formalizações, que definem o que faz uma parcela de (b) ser (a), produzindo sentidos para a relação expressa em 4: Apesar de ser (b), como ser (a)?

A conclusão expressa em R1 remete diretamente à personagem Atticus Finch, na forma como seu exemplo é reconstituído na Nota. É o imaginário criado em torno dessa personagem que estabelece os deveres atribuídos ao sujeito que se pretende ser (a), bom e democrata, aquele que na perspectiva do enunciador-apresentador cultiva os valores do cidadão democrático. É perante esse movimento

que a Nota se faz glosa: não se trata de uma reconstituição “isenta” da narrativa por meio de uma personagem, mas de uma posição assumida por um enunciador através de um duplo movimento que retoma a narrativa nas condições em que a obra é produzida nos Estados Unidos e que a ressignifica nas condições em que ela é traduzida para o Brasil.

À luz das condições em que a Nota de Apresentação é produzida, às vésperas do Golpe Militar de 1964, os deveres atribuídos ao cidadão americano serão já os deveres atribuídos ao cidadão brasileiro, que é o leitor da Nota interpelado a seguir o exemplo de Atticus Finch. Por sua vez, a tensão racial e social, compreendida entre um grupo hegemônico e um grupo minoritário, se espalha para outros tipos de tensão: entre um grupo hegemônico externo, que tenta impor suas práticas antidemocráticas às demais nações, o grupo subjugado.

Atributos como “obscurantismo” e “boçalidade”, presentes no trecho sobre o qual refletimos anteriormente, “Este romance, usando da liberdade que a ficção permite, mostra-nos que há sempre tempo e condição para que um homem, sendo autêntica e esclarecidamente democrata, possa reagir contra as forças do **obscurantismo** e da **boçalidade**.” (SILVEIRA, 1963, grifos nossos), vêm restringir os dois grupos já delimitados no título, caracterizando-os de acordo com suas práticas. A posição dos membros do grupo hegemônico será classificada pelo enunciador não só como antidemocrática, mas como imperialista.

Considerada em sua emergência em meio às condições históricas de produção que mobilizamos, a Nota de Apresentação que analisamos faz referência aos processos de dominação externa brasileira, mas não deixa de estabelecer um paralelo de relações de contradição entre aqueles que governam os Estados Unidos e o povo, o que também implica uma dominação interna ao país norte-americano. Veremos essas questões a partir dos recortes 2 e 3.

Nesses recortes, que estão formalizados na sequência do título da Nota de Apresentação, o enunciador-apresentador se coloca ideologicamente em relação a esse título. Se em R2 o enunciador assume uma perspectiva perante aquilo que enuncia no título, em R3 ele volta-se sob R2 – e o título, conseqüentemente – e confere atributos aos sujeitos americanos de (a) e (b), restringindo-os e classificando-os como “o povo” e o “grupo de homens de negócios, de militares retrógrados”:

R2: **É propositadamente provocador, reconhecemos**, o título que damos a esta nota de apresentação do belo romance de Harper Lee O SOL É PARA TODOS (*To Kill a Mockingbird*).

R3: **No entanto, é mesmo necessário** que se estabeleça de pronto uma **diferença radical** entre **o povo norte-americano**, no seu todo, e **aquêle pequeno grupo de homens de negócios, de militares retrógrados**, que o domina e quer impor às nações mais fracas a lei do tacão de ferro imperialista.

Diremos que R2 funciona na forma de glosa, pois desdobra-se sobre a narrativa ao introduzir uma contextualização que vem desestabilizar seus sentidos. Isso se dá devido a uma perspectiva que está sendo construída e é orientada pelos argumentos materializados em R3, que caracterizam uma posição assumida pelo enunciador-apresentador frente as práticas democráticas e antidemocráticas nos níveis de dominação interna e externa.

Ao iniciar por “**É propositadamente provocador, reconhecemos**, o título que damos a esta nota de apresentação”, o enunciador reconhece o lugar do qual apresenta a obra. Esta formalização sinaliza o movimento do enunciador que volta-se sobre seu próprio dizer, comentando aquilo que enuncia e desestabilizando os sentidos do que enuncia. O verbo “reconhecemos”, na primeira pessoa do plural, é aquele que indica o movimento do enunciador que se apropria de seu dizer, neste caso, o título da Nota, para situá-lo em uma certa direção, desdobrando-o sob certos sentidos que emergem à superfície e estão sujeitos às formulações equívocas de R3.

O enunciador reconhece que enuncia, e reconhece que faz uma provocação para um certo fim no título. O adjetivo “provocador”, por sua vez, vem desestabilizar os dizeres do título, pois, aliado ao advérbio “propositadamente”, qualifica o título da Nota, definindo os modos pelos quais o enunciador-apresentador interpreta que o leitor fará a leitura da Nota de Apresentação, e da narrativa, pois é sobre ela que a Nota se desdobra.

O advérbio “propositadamente”, assim, assinala uma posição ideológica assumida em face da apresentação ao indicar uma finalidade na escolha do título.

Isso uma vez que o advérbio aponta para a ação deliberada de escolha do título que coloca em jogo as posições antagônicas que analisamos em (a) e (b) a partir do interdiscurso. Esse funcionamento discursivo demarca a posição do enunciador-apresentador pelo modo como ele se coloca diante das forças antagônicas atuantes em (a), ser bom e democrata, e (b), ser branco e americano, ao tomar para si a provocação que realiza com a oposição para um determinado fim: criar um imaginário de cidadão democrático através da figura de Atticus Finch.

A partir do lugar enunciativo de apresentador da narrativa ocupado em R2, o enunciador-apresentador assume de modo efetivo a condição de glosador e, assim, passa a articular uma relação a fim de uma determinada conclusão. Essa relação coloca em contraponto as práticas do cidadão americano comum, “o povo norte-americano”, e as práticas de uma parcela política e economicamente hegemônica, “aquêles pequeno grupo de homens de negócios, de militares retrógrados”, como formalizado em R3.

Para facilitar essa reflexão, retomamos R3:

R3: **No entanto, é mesmo necessário** que se estabeleça de pronto uma **diferença radical** entre **o povo norte-americano**, no seu todo, e **aquêles pequeno grupo de homens de negócios, de militares retrógrados**, que o domina e quer impor às nações mais fracas a lei do tacão de ferro imperialista.

A locução “no entanto”, que principia o recorte 3, definida como locução conjuntiva adversativa a partir da *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2009), vem fazer um contraponto ao expresso no recorte 2 pois, semanticamente, tem o valor de uma contestação entre aquilo que conecta. A contestação que se dá pela locução conjuntiva adversativa “no entanto” funciona como uma negação da própria condição de provocação do título da Nota, que possibilita ao enunciador restringir, e ressignificar, as relações antagônicas formadas no título.

No interdiscurso, essa relação que faz um contraponto se dá entre diferentes posições ideológicas, sendo instituída pelo modo de formulação dos enunciados que, sintaticamente, podem ser representados por:

- x, **no entanto** y é mesmo necessário

Uma estrutura pela qual x, que retoma o recorte 2 e o recorte 1 (do título), coloca em perspectiva a posição do enunciador-apresentador em relação ao conjunto dos cidadãos americanos, por oposição a y, que representa um grupo que ele desqualifica, configurando, através desta relação, o modo de divisão histórica, econômica e ideológica dos cidadãos americanos. A modalização realizada por meio da expressão “é mesmo necessário”, que acompanha y, acentua aquilo que y vem contestar em x.

A orientação argumentativa realizada através do funcionamento da locução conjuntiva adversativa “no entanto”, vem, desse modo, atribuir certas práticas a determinados membros da sociedade americana à medida que y estabelece uma diferença entre grupos, o que conduz o leitor a uma determinada conclusão. A relação produzida opõe as práticas do cidadão americano comum, I) o povo, no seu todo, às práticas de uma parcela política e economicamente hegemônica, II) o pequeno grupo de homens de negócios que domina o povo, que compõem os dois argumentos apresentados na linearização do operador argumentativo.

Se anteriormente, no recorte 1 (do título da Nota), mobilizamos o funcionamento do imaginário de que “americanos brancos não são nem democratas, nem humanitários”, em um processo que o atualiza para “ainda que sejam brancos e americanos, podem ser democratas e humanitários”, no recorte 3 encontramos uma substituição orientada para essas relações antagônicas que, por implicação, delimita aqueles que, ainda que brancos e americanos, são bons e democráticos. Formalizamos essa relação da seguinte forma:

- (a) ser bom e democrata = (I) o povo, no seu todo
- (b) ser branco e americano = (II) o pequeno grupo de homens de negócios que domina o povo

Seguindo esse raciocínio, aquilo que é enunciado em (a), ser bom e democrata, no título, tem ainda seus sentidos sustentados pela *exclusão* do que é tematizado em (II), “o pequeno grupo de homens de negócios que domina o povo”. Essa sustentação conduz ao implícito de que “o povo, incluindo brancos e

americanos, é bom e democrata. O pequeno grupo que domina o povo, de brancos e americanos, não é bom nem democrático.”

Essas combinações caracterizam a posição ideológica do enunciador-apresentador que se opõe ao “pequeno grupo antidemocrático que domina o povo” e se alinha ao “povo bom e democrático”, que inclui uma parcela de americanos brancos: aqueles que seguem valores de cidadania e rompem com os valores do grupo hegemônico.

Esse funcionamento discursivo mobiliza um imaginário sobre o modo de estratificação do Sul dos Estados Unidos, onde o racismo predominou nos anos 1930. Mobiliza, sobretudo, um imaginário, acerca da sociedade americana dentro das condições em que a Nota de Apresentação é produzida no Brasil, pois separa, dentro do espaço geográfico, econômico e político da nação estadunidense, a parcela antidemocrática da democrática, produzindo efeitos para os leitores brasileiros da narrativa.

Neste funcionamento discursivo, assim, se constitui um jogo de forças entre práticas que ignoram e descumprem o respeito aos direitos humanos, racistas e antidemocráticas, e práticas que respeitam os direitos humanos, empáticas e democráticas. Essas práticas, contudo, na sequência se espalham para um nível de dominação não apenas interna ao país, mas também externa.

Analisamos, ainda, os recortes 4 e 5 sobre essa questão:

R4: Aquêlê, – o **povo** – é **bàsicamente bom, generoso e democrata**. Entende que todos os problemas, tanto nacionais como internacionais, podem ser resolvidos no estrito **respeito à lei e aos direitos humanos**.

R5: Enquanto trabalha, ordeiro e dinâmico, os outros – o **pequeno grupo que manobra Wall Street e o Pentágono** – usam a fôrça da grande Nação americana para **desencadear campanha sem tréguas de intimidação, de chantagem, contra aquêles países que exploram ou querem explorar**.

Nos recortes 4 e 5, temos, respectivamente, I) o povo, oposto a II) o pequeno grupo de homens de negócios. Nesses recortes, contudo, o enunciador atribui práticas a esses grupos, que se referem a práticas antidemocráticas não apenas em

relação ao interior da sociedade americana, apenas, mas às formas de dominação externa pelas quais o grupo hegemônico domina outros países. Enquanto I) o povo, pratica o respeito aos direitos humanos, o II) pequeno grupo explora outros países, rompendo com o respeito aos direitos humanos e valendo-se de práticas de intimidação e chantagem.

Esses são funcionamentos que também têm seus sentidos produzidos a partir das condições históricas em que a Nota de Apresentação é produzida: nas condições históricas da Guerra Fria, em que havia uma polarização entre capitalismo e socialismo, e um país dominante como os Estados Unidos buscava ampliar suas redes de influência.

Diremos, assim, que, por meio da orientação argumentativa materializada em R3, de que “o povo, incluindo brancos e americanos, é bom e democrata. O pequeno grupo que domina o povo, de brancos e americanos, não é bom nem democrata.”, se estabelece uma perspectiva que caracteriza uma posição assumida pelo enunciador-apresentador frente às práticas democráticas e antidemocráticas que são delimitadas e ressignificadas em R4 e R5, desestabilizando os sentidos da narrativa. Ao opor-se às práticas antidemocráticas, aquelas sobre as quais são feitos juízos de valor, o enunciador-apresentador oferece subsídios para se crer que a parcela de americanos brancos dos cidadãos comuns que seguir o exemplo da personagem Atticus Finch, a imagem da cidadania e das ações democráticas, seguirá também os valores democráticos, não segregadores, que são aqueles favorecidos na perspectiva do enunciador-apresentador e imputados a todo cidadão comum.

Por outro lado, pensamos como esses efeitos se dão nas condições de produção da Nota no Brasil de 1963, sujeito a redes de influência interna e externa. Por esse viés, os valores desejáveis ao cidadão democrático não são apenas atribuídos ao cidadão estadunidense, mas ao cidadão brasileiro, que é interpelado a opor-se à dominância de um grupo hegemônico interior da nação e à dominância de um grupo hegemônico exterior à nação. Produzida a partir do editor Ênio Silveira que, ao ocupar o lugar de enunciador-apresentador, e glosador, apropria-se das atribuições e possibilidades de seu dizer para interpelar o leitor a seguir determinados valores, a Nota de Apresentação ressignifica as tensões raciais e sociais da obra *To Kill a Mockingbird* na forma de tensões sociais e econômicas

internacionais.

Para esse enunciador o livro se faz arma; e essa arma caracteriza-se como um argumento no nível das formalizações linguísticas e formulações discursivas. Como tal, o livro torna-se capaz de difundir valores que dão constituição a práticas. As glosas que constituem a Nota de Apresentação compõem esse movimento de “ataque” da arma-livro pois, à medida que avaliam a realidade histórica, social, política e ideológica do cenário americano, interpelam o leitor a partir de determinadas posições, interferindo também nas condições e nos modos de produção dos sentidos no cenário brasileiro.

Ademais, podemos apontar que é nesse funcionamento do livro como arma que encontramos o movimento de resistência da editora aos “princípios de vida” (FERREIRA, 2003, p. 94) dos militares, pois uma editora, na visão desses sujeitos, como discutimos na seção das condições de produção, representava uma “arma perigosíssima”. É justamente pela capacidade de difusão de valores que dão constituição a práticas que os livros da Editora Civilização Brasileira materializavam uma ameaça ao regime militar.

Ao passarmos à análise dos recortes da homenagem de Silveira a Mário da Silva Brito, partimos da materialidade discursiva que permite refletir sobre o livro como arma. Prosseguindo com essa análise, também, continuamos refletindo sobre as posições assumidas pelo enunciador, dando destaque ao grupo de editoras de resistência de esquerda que tem seu movimento de formação marcado por esse sujeito, o editor da Civilização Brasileira, que está se contraindentificando, distanciando-se das práticas editorais de direita, favoráveis ao movimento militar que dá um golpe de Estado em 1964.

2.3.3.3 Dos recortes da homenagem de Silveira a Mário da Silva Brito: posições em torno do cenário brasileiro

Os recortes da homenagem de Silveira a Mário da Silva Brito em 1966, que retiramos de Hallewell (2012)⁷⁵, nos permitem refletir sobre o acontecimento enunciativo. O lugar de enunciador-apresentador está configurando-se a partir de certas posições ideológicas que, aliadas à análise da Nota de Apresentação, nos

⁷⁵ Segundo Hallewell, obtida através de contato pessoal, em setembro de 1970 (SILVEIRA, 1970 apud HALLEWELL, 2012, p. 593).

levam à reflexão do movimento pelo qual está em emergência, e formação, uma nova linha editorial em meio a um grupo de editoras que se colocam à margem das publicações que se dizem “isentas” ideologicamente e das publicações posicionadas à direita. Esse grupo de editoras, como mobilizamos nas condições de produção da Nota de Apresentação, caracteriza-se por fazer resistência às práticas de opressão, por um viés mais à esquerda, em defesa de práticas políticas de democratização.

Nos recortes que analisamos, Silveira presta uma homenagem ao amigo Mário da Silva Brito, escritor e colega do ramo editorial, referindo-se não apenas a esse ramo que eles compartilham, mas aos ideais que compartilham. Mário da Silva Brito⁷⁶, o homenageado, é jornalista e escritor, e havia trabalhado para as Editoras Globo e Saraiva antes de ingressar na Civilização Brasileira, onde trabalhou como diretor. Brito também é um dos fundadores da Câmara Brasileira do Livro, associação criada por livreiros em 1946 como uma entidade da classe voltada para a difusão e promoção do livro que possui como principal incentivo nessa linha a concessão do Prêmio Jabuti (CBL, c2016). Assim, Brito e Silveira têm em comum o apreço pelo livro e por sua difusão.

Do ponto de vista da enunciação, os recortes que analisamos a seguir tratam de um enunciador que volta-se sobre a atividade de publicação do livro e seus desafios mas que, ao mesmo tempo, se posiciona acerca desses aspectos. Desse modo, Silveira, do lugar de enunciador-apresentador, faz avaliações sobre as condutas a serem seguidas no ramo editorial de acordo com os valores que segue, o que caracteriza as posições que assume. A partir desses valores, o enunciador volta-se sobre o livro e coloca em evidência sua crença nesse veículo linguístico e discursivo como uma ferramenta em meio ao “povo”.

Passemos primeiro ao recorte 6, em que o enunciador trata dos valores que segue, que regem as condutas que guiam sua prática no ramo editorial:

R6: Acreditávamos no Brasil, acreditávamos nas imensas possibilidades de **nosso povo** avançar rumo à sua **plena realização**, desde que fossem eliminados de seu caminho os empecilhos tradicionais – **miséria, fome, doenças, incultura**, resultantes da exploração cruel a que sempre esteve submetido, tanto pelas **classes**

⁷⁶ Além de jornalista, Mário da Silva Brito é poeta, ensaísta, crítico e historiador literário. Entre suas obras destacamos *História do modernismo brasileiro* (1974) e *PoeMário da Silva Brito* (1966), obra poética.

dominantes nacionais como pelas **potências imperialistas** que, por sua vez, **as controlavam**.

Ao dizer “acreditávamos no Brasil, acreditávamos nas imensas possibilidades de nosso povo avançar rumo à sua plena realização”, o enunciador-apresentador vale-se do verbo “acreditávamos”, conjugado na primeira pessoa do plural, de forma a endereçar um destinatário, que é incluído no enunciado. Os destinatários endereçados na homenagem tratam-se daqueles que não só compartilham do meio editorial – editores, livreiros, escritores, etc. além de outros intelectuais ligados ao meio –, mas que também compartilham dos mesmos valores que o enunciador: de acreditar nas possibilidades de desenvolvimento do povo, em seu tratamento igualitário, e na prática do respeito aos direitos humanos, que nos dizeres do enunciador são inferidos a partir da plena realização do povo e da fé no livro. O livro, especificamente, é formalizado no recorte 7, que veremos na sequência.

Por sua vez, no recorte 6 mais uma vez o enunciador formaliza a oposição entre I) o povo, por meio de “nosso povo”, temática que, pelo funcionamento do pronome possessivo “nosso”, fica restrito ao Brasil; e o II) pequeno grupo de homens de negócios, que se desdobra em duas parcelas de dominação: II*) classes dominantes nacionais e II**) potências imperialistas. Desse modo, são retomadas as relações de forças antagônicas entre (a) e (b), que analisamos no título da Nota de Apresentação, em que (a) qualifica o povo como bom de democrata e (b) qualifica o grupo hegemônico dominante como americanos brancos, e que aqui passam a ser ressignificadas.

Isso se dá por meio de um funcionamento tal que, ao enunciar que “acredita na plena realização do povo”, o enunciador-apresentador coloca em evidência a possibilidade de realização, e refrata a ideia de que o povo, e o Brasil, não são realizados. O enunciador, então, elenca os empecilhos à realização, “miséria, fome, doenças, incultura”, que são atribuídos à ação dos dois grupos em que II se desdobra: II*) as classes dominantes nacionais e as II**) potências imperialistas. Desse modo, os empecilhos tornam-se o resultado desses dois grupos, grupos antidemocráticos, pelo funcionamento discursivo que mobilizamos anteriormente acerca de (II) o pequeno grupo de homens de negócios.

A partir do recorte 6, assim, a relação de oposição entre I e II é alterada. Não

apenas há uma relação de tensão entre um grupo hegemônico antidemocrático e um grupo não-hegemônico democrático, mas uma relação de exploração, em que o grupo hegemônico limita, e impede, o desenvolvimento do povo. Esse grupo, além disso, desdobra-se em forças internas e externas ao país, o que amplia a rede de subordinação das forças dominantes pois, nos dizeres do enunciador, as potências imperialistas “controlavam” as classes dominantes nacionais. Expressamos essas relações do seguinte modo:

- ↓ (II**) potências imperialistas → dominam (II*) classes dominantes nacionais;
- ↓ (II*) classes dominantes nacionais → dominam (I) o povo;
- ↓ (I) o povo → dominado por (II*) e (II**).

Se aliarmos esse raciocínio àquilo que analisamos nos recortes 1, 2 e 3, do título e primeiro parágrafo da Nota de Apresentação, ampliamos a sustentação discursiva dos sentidos da Nota, que são mobilizados a partir das condições de produção da obra nos Estados Unidos e no Brasil. O enunciador-apresentador equipara o povo dos Estados Unidos, os cidadãos estadunidenses, ao povo do Brasil, os cidadãos brasileiros, construindo uma relação pela qual as formas de dominação dos Estados Unidos se tornam sinônimo das formas de dominação do Brasil.

Contudo, ao delimitar a exploração do povo brasileiro a partir de forças externas e internas, o enunciador remete ao implícito de que as forças externas, que limitam e impedem o desenvolvimento do povo brasileiro, nada mais são do que as forças que dominam internamente os Estados Unidos. Formalizamos esse funcionamento do seguinte modo:

| Cenário estadunidense | | Cenário brasileiro |
|--|---|--|
| I) O povo | → | I) O povo |
| II) o pequeno grupo de homens de negócios (antidemocrático) que domina I) o povo | → | II*) classes dominantes nacionais (antidemocráticas) que dominam I) o povo e são dominadas por II**) potências imperialistas |

II**) potências imperialistas
 (antidemocráticas) que dominam
 II*) classes dominantes nacionais
 (antidemocráticas), que dominam
 I) o povo

Esse funcionamento só é possível a partir do interdiscurso e das condições de produção da Nota que, como vimos, partem do conflito pertinente à Guerra Fria, da qual os Estados Unidos se sobressaíram como a potência hegemônica do capitalismo, difundindo e estabelecendo esse sistema de produção através de práticas historicamente discursivizadas como imperialistas. Não tratamos mais apenas de práticas racistas, próprias dos Estados Unidos dos anos 1930 e 1960, mas principalmente de práticas antidemocráticas e imperialistas, que configuram-se a partir de modos de subjugação do povo em esferas interiores e exteriores ao país.

Ademais, quando analisamos essas relações e funcionamentos, estamos nos remetendo a um sujeito editor filiado ao Partido Comunista Brasileiro, contrário às práticas capitalistas, que ocupa um lugar de enunciador-apresentador em uma Nota de Apresentação ao livro traduzido, e publicado, pela editora da qual ele é dono. Assim, estamos também analisando as posições assumidas por esse sujeito, a partir desse lugar, frente a essas práticas, que definem a conduta de sua linha editorial e a perspectiva assumida relativamente ao que é publicado nessa linha editorial.

Os sentidos colocados em evidência em R6, acerca da dominância de potências imperialistas, acabam por refratar a desigualdade social, a pobreza e a falta de preparo cultural do povo brasileiro, que são frutos da dominação. O formalizado nesse recorte, desse modo, acaba por caracterizar o modo não apenas como essa editora, a Editora Civilização Brasileira, se colocava na luta contra a subjugação do povo, os cidadãos comuns, bons e democráticos, e contra as práticas antidemocráticas, que vêm retirar direitos dos povo, mas também como outras editoras assumiam uma linha editorial nas bordas dessas condutas editoriais: defendendo a difusão do livro como mecanismo em prol de práticas democráticas e de cidadania.

Na continuidade de R6, analisamos R7, onde o enunciador vem caracterizar a forma de eliminar os empecilhos à plena realização do povo por meio do livro, uma

arma branca:

R7: Para alcançar a eliminação desses empecilhos, púnhamos (e ainda pomos) muita fé na eficiência dessa **arma branca**, silenciosa e paciente, que é o **livro**. A despeito da externa perseguição que em todas as épocas e sociedades sempre lhe movem as forças do obscurantismo e da prepotência, **ele é instrumento capaz de revolver o mundo e levar os homens a repensá-lo criadoramente**.

Como forma de barrar as práticas dos grupos dominantes referidos no recorte 6, de exploração e retirada de direitos, o enunciador-apresentador deposita sua crença, “púnhamos (e ainda pomos) muita fé”, no livro. Qualificado como “arma branca”, o livro se desdobra em um artifício que, ainda que não intrinsecamente caracterizado para um fim de “atacar”, pode ser produzido e utilizado assim, se dessa forma se desejar⁷⁷. O livro, nesse funcionamento, adquire estatuto de arma, caracterizando uma posição-sujeito que, em meio à classe editorial, toma o livro como forma de defesa e ataque, como meio de proteção a um grupo de editoras que resiste às forças dominantes e que resiste às práticas antidemocráticas.

Por outro lado, ao enunciar que o livro “é instrumento capaz de revolver o mundo e levar os homens a repensá-lo criadoramente”, o enunciador-apresentador remete à ação dessa arma. Essa não mais se dá apenas na forma de defesa das editoras, mas na forma de instigar “o povo”, e aqui pensamos que povo não remete somente aos cidadãos comuns, mas, acima disso, aos leitores das publicações dessas editoras, a voltar-se contra as práticas dominantes de subjugação por meio de práticas materializadas na língua e no discurso e atuantes na forma de interpelação.

Podemos, ainda, associar esse funcionamento ao lema da Editora Civilização Brasileira que já mencionamos, “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”, que vem

⁷⁷ A denominação *arma branca* costuma estar, em um discurso do cotidiano, em oposição a arma de fogo, tomada como aquela que arremessa projéteis por propulsão de combustão. Dentro dessa concepção, arma branca pode remeter a facas e lâminas, por exemplo, mas também a qualquer artifício que, ainda que não seja especificamente projetado para causar danos, possa ser usado para tal fim, como parece ser um dos sentidos evidenciados no recorte analisado. Por outro lado, nos inquieta, ainda, a possibilidade de efeitos de sentidos de arma boa, ou pacífica, em oposição a arma nociva, efeitos a que nos remetem a cor da arma, *branca*, bem como seus atributos em meio ao recorte, “silenciosa e paciente”. Esses efeitos nos levam, ainda, a pensar em outra relação, que opõe uma arma enquanto aquela que pode ser utilizada para fins de uma causa justificável (socialmente, historicamente) a uma arma enquanto aquela que pode ser utilizada para fins de uma causa condenável (socialmente e, mesmo, legalmente).

caracterizar a linha editorial e a posição ideológica da editora. Se o livro é tomado pelo enunciador-apresentador como a arma contra a repressão compreendida nas práticas antidemocráticas e imperialistas, é pelo acesso ao livro que se rompe com a repressão e com as formas de exploração, e que se materializa, na forma de práticas, os sentidos que o lema está refratando: quem lê, fala bem, ouve bem e vê bem, ou melhor, aquele que lê, ouve e vê as condições que o permeiam e torna-se capaz de falar sobre elas e contra elas.

Ênio Silveira emerge, assim, como uma figura central em meio ao grupo de editoras que toma o livro como forma de resistência e veículo da difusão dos valores que permeiam práticas democráticas. Um grupo que tem sua formação às vésperas do Golpe Militar de 1964, em meio à forte atuação de forças internas e externas de dominação, e que se consolida nos anos 1970.

O diretor/editor da Editora Civilização Brasileira, ainda que proveniente de uma família mais abastada, e gerindo uma editora influente, se distancia das práticas estritamente comerciais do livro, que visam ao lucro. Ainda que não rompa com essas práticas totalmente, afinal é também dono da Editora, Ênio Silveira abre espaço para a publicação de autores desconhecidos e dedica grande parte de seu catálogo às publicações manifesto, sem um propósito estritamente financeiro.

Ainda que inserido em uma instituição predominantemente de direita, e mesmo na condição de genro de outro editor influente no meio editorial, conservador, também posicionado mais à direita, e alinhado ao movimento que deu origem ao Golpe, Ênio Silveira alinha-se à esquerda, em uma posição distante daquela que domina a classe editorial nos anos 1960, e reúne diferentes intelectuais e produtores culturais em um movimento de resistência ao Regime Militar.

Ao posicionar-se ideologicamente contra práticas antidemocráticas e a favor de práticas democráticas, contra o racismo e a favor do respeito aos Direitos Humanos, dessa posição-sujeito Silveira assume o livro como forma de combater aquilo a que é contrário. Acima disso, posiciona-se à margem das práticas ideológicas que permeavam, e permeiam, o movimento editorial, interferindo nas condições históricas e dando condições para a formação do movimento de resistência democrática formado por outros editores e editoras.

Especialmente, ao entender o livro em seu funcionamento simbólico, e trabalhar com essa materialidade de forma a torná-la um artifício ideológico, o editor

assume seu lugar de glosador: faz avaliações, volta-se para aquilo que avalia, e para o modo como avalia, direcionando os dizeres e intervindo nas condições de produção dos sentidos dessa materialidade. Ao assumir posições ideológicas, o editor orienta perspectivas, interpelando o leitor acerca de valores que permeiam práticas.

2.3.3.4 Da Nota de Apresentação como acontecimento

Antes de adentrar na análise, em dois momentos distintos deste estudo, fizemo-nos dois questionamentos relacionados entre si. O primeiro, que se deu ao final da seção de reconstituição teórica do acontecimento a partir de Pêcheux (2015) e Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020), foi: a Nota de Apresentação pode constituir um acontecimento que abre a narrativa para interpretações e dá condições a sua produção de sentidos?

O segundo questionamento, que de certa forma retoma o primeiro, delimitando-o, se deu após a reflexão sobre as condições de produção e após a apresentação teórica da glosa, logo antes da definição dos procedimentos metodológicos. A partir da instabilidade produzida pela contingência dos acontecimentos históricos e sociais em que a Nota adquire condições de existência e sobre as quais intervém funcionando como glosa, perguntamo-nos: em que medida se dá a desestabilização dos sentidos da narrativa de *To Kill a Mockingbird* identificada a partir de uma análise das condições de produção da Nota de Apresentação pela emergência das posições políticas assumidas pelo sujeito enunciativo que apresenta a obra?

Para responder a esses questionamentos, não de forma a encerrá-los em suas possibilidades de discussão, mas de realizar um enlace entre as questões teórico-práticas apresentadas neste estudo e a discussão realizada, retomamos as ideias centrais de Pêcheux (2015) e Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020) juntamente com o que analisamos.

Pêcheux (2015, p. 16) define o acontecimento como “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” em um trabalho em que explora as relações entre os modos como os sentidos perdem sua aparente condição estável diante dos acontecimentos. Nessa perspectiva, o acontecimento foge de qualquer determinismo, conferindo equivocidade ao discurso.

Tendo isso em vista, partimos da materialidade da Nota de Apresentação pensando nas relações que ela estabelece entre as condições históricas e sociais dos Estados Unidos e do Brasil à medida que apresenta, para os leitores brasileiros dos anos 1960, às vésperas do Golpe Militar, uma narrativa que transcorre nos Estados Unidos, tendo suas condições temáticas de produção nos anos 1930.

Nos propusemos, assim, a analisar a Nota como uma produção que se dá na relação de diferentes discursos, produzidos a partir de diferentes condições históricas e sociais, em um funcionamento que retoma alguns discursos e os desestabiliza, ressignificando-os. Assim, refletimos sobre o modo como a Nota movimenta uma rede de memórias ao inscrever as relações estabelecidas pela narrativa, tomadas a partir de suas condições de produção nos Estados Unidos, no Brasil, acarretando na produção de certos efeitos de sentidos.

Ao fazer essa análise, pudemos refletir: a) sobre o modo como a Nota reconstitui propriedades das práticas que fomentam a desigualdade social, o preconceito e o abuso do poder imperialista nos anos 1930 nos Estados Unidos, principalmente no que se refere à oposição de práticas de justiça dos tribunais e práticas de justiça social; b) sobre o modo como a Nota reinscreve essas propriedades nas condições históricas e sociais brasileiras dos anos 1960, tendo sua produção de sentidos à medida que o enunciador-apresentador toma, a partir de sua posição político-ideológica, a ação da personagem Atticus Finch como representante na formação de um imaginário de cidadania, ressignificando o funcionamento metafórico do título *O sol é para todos* e interferindo nas condições históricas de produção de sentidos da narrativa no Brasil. Esses dois movimentos, a e b, puderam ser refletidos pela observação do modo de funcionamento de glosa da Nota de Apresentação.

Ao assumir, em meio à instituição editorial, uma determinada posição-sujeito de resistência de esquerda, aquela que toma “o livro como arma”, como pudemos analisar a partir dos recortes da homenagem, o enunciador-apresentador cria juízos de valor em suas formulações, na forma de glosas, acerca dos contextos histórico e social, estadunidenses e brasileiros, desestabilizando os sentidos referentes à temática da narrativa no texto-fonte. Ao reportar-se às práticas de manutenção da desigualdade, do preconceito e da exploração norte-americana, reinscrevendo-as e atualizando-as na forma de práticas da desigualdade e da exploração no contexto

dos anos 1960 no Brasil, o enunciador-apresentador ressignifica os sentidos da narrativa de modo diverso de suas condições de produção em Língua Inglesa.

A partir dessa releitura, que questiona a segregação racial e política, o enunciador-apresentador desdobra os sentidos da narrativa na forma de defesa das práticas de respeito aos direitos humanos pela imagem criada em torno da personagem Atticus Finch, orientando os sentidos na forma de incentivo às práticas políticas de democratização. Nossa análise acerca desse funcionamento, entretanto, só foi possível ao se considerar a contingência dos acontecimentos históricos e sociais em que Nota adquire condições de existência em um contexto global, em meio à Guerra Fria e à expansão de práticas imperialistas, e em um contexto local, nas vésperas do acontecimento histórico do Golpe Militar no Brasil. Enquanto uma avaliação do enunciador-apresentador acerca desses contextos e da narrativa, a Nota de Apresentação caracteriza a posição desse enunciador, que faz do livro um artifício para a disseminação de valores que se revertem em práticas de reação às ameaças antidemocráticas que rondavam o cenário e as práticas políticas no Brasil dos anos 1960.

Por outro lado, Guimarães (2018, p. 37) define o acontecimento como “o que faz diferença na sua própria ordem” em uma perspectiva que, a seu próprio modo, considera a relação dos sentidos em sua constituição histórica e social. Se, nessa perspectiva, o acontecimento representa uma diferença em uma dimensão considerada, a partir de uma posição específica, produzindo sentidos que, principalmente, projetam uma futuridade de sentidos para outras enunciações, sob nossa ótica, tomamos também a Nota como acontecimento enquanto uma diferença na dimensão da leitura realizada em torno das questões sociais e históricas que dão sustentação à obra *To Kill a Mockingbird*. Especificamente: na relação de sustentação da versão da obra em Língua Inglesa e da sua primeira tradução para a Língua Portuguesa do Brasil.

Assumimos essa posição porque a Nota de Apresentação somente adquire expressão e se configura em uma relação, entre a narrativa em Língua Inglesa, e suas condições de produção, e a narrativa na tradução de 1963, que foi aquela a que demos destaque neste estudo, e suas condições de produção. Nessa relação, o acontecimento da Nota de Apresentação se dá como diferença na produção histórica e social dos sentidos da narrativa, o que nos levou a refletir sobre o modo

de funcionamento dos sentidos que emergem na Nota. Em meio ao processo histórico em que é produzida, mas, principalmente, através do modo como é formalizada, de modo a orientar sentidos nas formulações de um enunciador-apresentador, a Nota se realiza como diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo dissertamos acerca de uma pesquisa que toma como arquivo para análise discursiva e enunciativa a Nota de Apresentação do romance *O sol é para todos* (1963), tradução brasileira da obra *To Kill a Mockingbird* (1960), da escritora norte-americana Harper Lee. A pesquisa desenvolvida deu destaque à reflexão sobre a produção dos sentidos na forma como esta é problematizada a partir da constituição do sujeito e de sua representação no interior das formulações discursivas. Assim, centrou-se em algumas questões, como: a) as escolhas produzidas para a equivalência semântica entre títulos da obra, envolvendo operações metafóricas, a fim de orientar as condições de recepção da obra; b) o modo de produção da Nota de Apresentação da tradução brasileira e suas implicações políticas e discursivas; c) a influência das determinações editoriais no contexto brasileiro para a realização da tradução de uma obra.

Com base em pressupostos de teorias enunciativas e discursiva, demos destaque à constituição do sujeito e à produção dos sentidos ao refletir sobre o lugar de enunciador-apresentador ocupado por um editor. É Ênio Silveira, diretor e editor da Editora Civilização Brasileira, que assina a Nota de Apresentação, “**Como ser bom e democrata, apesar de branco e americano**”, que se desenvolve em torno da tradução de *To Kill a Mockingbird* realizada por Fernando de Castro Ferro e publicada por essa editora, que tomamos como arquivo para análise.

Enquanto inserido no processo editorial, Silveira não apenas é o diretor e editor dos livros da Editora Civilização Brasileira, mas também seu dono no período em que essa tradução é publicada. Ocupando uma posição de destaque no interior das relações de produção da Editora, portanto, Silveira detinha o poder de decisão sobre as obras que seriam publicadas, bem como sobre projetos de *marketing* e divulgação dos livros e sobre o formato de sua publicação. E por formato, por sua vez, pensamos não somente no poder do editor na escolha das capas e dos textos que acompanhavam as obras, mas, sobretudo, na escolha das notas de apresentação, prefácios etc. Desse modo, o diretor definia a linha editorial das publicações.

A partir dessas condições de constituição de lugares ocupados pelo sujeito Ênio Silveira, como editor e como enunciador-apresentador de suas publicações, autorizado institucionalmente a produzir certos dizeres, passamos a problematizar

as operações interpretativas no trabalho de elaboração da Nota de Apresentação em sua relação com a narrativa e com os contextos estadunidense e brasileiro.

Partindo da materialidade da Nota como uma formalização que se desdobra sobre a narrativa na tradução que “apresenta”, analisamos o processo de produção de sentidos através de seu funcionamento de glosa, haja vista que a Nota não apresenta, simplesmente, a narrativa, mas coloca em perspectiva questões histórico-sociais e políticas, demarcando posições do sujeito enunciador-apresentador.

É ao ocupar o lugar de enunciador-apresentador da obra que o diretor/editor Ênio Silveira assume determinadas posições e coloca em perspectiva essas questões. Enquanto enunciador-apresentador, relaciona práticas de desigualdade, preconceito e exploração características do Sul dos Estados Unidos de 1930, em seu funcionamento a partir das condições históricas de produção da narrativa, com práticas de desigualdade, preconceito e exploração características do Brasil de 1960, em funcionamento a partir das condições de recepção da narrativa na tradução. Por meio desse trabalho, o enunciador-apresentador mobiliza sentidos perante as condições históricas e sociais estadunidenses e brasileiras, em um movimento que suspende alguns sentidos e coloca outros em evidência, desdobrando e desestabilizando os sentidos da narrativa para os leitores brasileiros a partir da Nota que apresenta a tradução.

Por meio das análises realizadas, refletimos sobre o fato de que a desestabilização se dá à medida que a Nota ressignifica o título *O sol é para todos* a partir de seu funcionamento metafórico; e à medida que cria juízos de valor sobre a personagem Atticus Finch de modo a ressignificar o título e as possíveis leituras sobre a narrativa.

Os juízos de valor que o enunciador-apresentador cria sobre a narrativa e sobre as condições históricas e sociais em que a Nota é produzida, na forma de uma orientação argumentativa, partem de uma posição ideológica – que podemos analisar como a posição de resistência de esquerda da classe editorial – que está emergindo às vésperas do Golpe Militar no Brasil.

Enquanto singularidade em sua materialidade discursiva, tratamos da Nota de Apresentação, sobretudo, como um acontecimento: uma produção enunciativa com consequências para os sentidos da narrativa na relação que estabelece entre o funcionamento desta em Língua Inglesa e em Língua Portuguesa, especificamente na tradução de 1963, que constatamos ser a primeira tradução de *To Kill a*

Mockingbird no Brasil.

Aproximamos Pêcheux (2015) e Guimarães (1989; 2002; 2018; 2020), dialeticamente, como forma de pensar sobre o acontecimento da Nota enquanto aquele que abre os enunciados para a equivocidade, para a interpretação, e, ao mesmo tempo, intervém na produção de sentidos, sendo capaz de instaurar uma realidade. Enquanto funcionamento de glosa, na especificidade de sua produção, propusemos que a Nota caracteriza um acontecimento que desestabiliza os sentidos da tradução.

Em sua linearização discursiva, dentro das correlações sociais e históricas em que tem sua produção, a Nota desestabiliza os sentidos da narrativa na tradução sobre a qual interfere, permitindo determinadas leituras desta. Produzida em condições históricas e sociais ímpares, a Nota produz determinados efeitos de sentidos não previstos para o texto-fonte. Portanto, ao mobilizar as condições de produção da Nota de Apresentação, problematizamos uma dupla constituição: a emergência de novos sentidos na Nota em seu funcionamento, e a possibilidade dessa emergência abrir para a interpretação, intervindo nas condições de recepção da obra.

De um modo geral, mesmo que não explicitamente dito, ou conceituado teoricamente, nossa pesquisa volta-se para o sentido também na forma de interpretação. Enquanto, em um primeiro momento, a Análise do Discurso se propunha uma semântica discursiva, a disciplina se consolidou na condição de questionadora de qualquer fonte de evidência de sentidos, acolhendo a interpretação na forma de efeito ideológico. A partir disso, pensamos na formulação da Nota de Apresentação como uma interpretação da narrativa e de contextos históricos, e pensamos também na leitura da Nota como uma interpretação que será sempre outra em um dado momento histórico.

Acreditamos na importância deste estudo para o questionamento dos efeitos de evidência. A Nota, em sua constituição e produção discursiva, nos permitiu refletir sobre o movimento dos sentidos, tomados em suas condições de produção, a partir de posições ideológicas e lugares enunciativos. Acima disso, nos permitiu refletir sobre o modo pelo qual as ideologias se materializam no discurso e na língua, colocando em evidência e dissimulando sentidos que só são possíveis em uma relação, como aquela em que consideramos a Nota de Apresentação.

Salientamos, assim, que não partimos de uma visão universal, pela qual a Nota mecanicamente determina a narrativa; não consideramos que ela engessa os sentidos da narrativa. Essa seria uma concepção totalmente oposta a uma análise materialista e dialética. Consideramos, por outro lado, que, dado o modo como a Nota de Apresentação está disposta marginalmente na obra, ela pode muitas vezes nem ter sido lida, como por vezes praticamos ao iniciar a leitura das mais diversas obras pelo seu “conteúdo principal”. Cabe uma discussão sobre essa questão em outro momento.

Ainda nesta linha, salientamos as consequências de nosso próprio lugar de analista ao realizar o recorte de estudo e delimitar qual seria o objeto central de nossas análises. Dentre as muitas possibilidades daquilo que a materialidade da Nota permitia, escolhemos algumas características que nos possibilitaram pensá-la na forma de glosa e caracterizá-la enquanto acontecimento. Ademais, a razão de nossas escolhas não pode ser negada na realização do estudo.

Da mesma forma, precisamos reconhecer pontos que não pudemos abordar. De forma teórica, alguns pressupostos da AD, cruciais no desenvolvimento da disciplina, não foram tratados, como a noção de pré-construído, que tem sua relação, e implicações, com o que foi desenvolvido nesta pesquisa. A noção de inconsciente, que atravessa as noções de língua, ideologia e história, também não foi plenamente elaborada neste espaço. Isso se deve, principalmente, à incompatibilidade que a noção de inconsciente parece ter com outras noções, como a de contraidentificação e desidentificação, e com o viés que assume no escopo da disciplina, trabalhada de uma forma que ainda estamos compreendendo.

De forma prática, acabamos tratando tangencialmente do trabalho da tradução, que clama um lugar próprio de estudos sobre o sentido. Podemos sugerir que, naquilo que compete ao exercício da tradução e ao trabalho do tradutor, teríamos de lidar com a questão de equivalência de sentidos e com a impossibilidade da sinonímia exata, um funcionamento atravessado, também, pelos aspectos históricos, sociais e ideológicos. Precisamos, assim, enfatizar a importância de problematizar o funcionamento dos sentidos em tradução, na forma pela qual essa problemática não se trata de uma simples etapa no interior de um exercício profissional, mas do cerne desse exercício, em meio às relações de produção, e que nem sempre é questionado a partir de sua “evidente” realização.

Consideradas as questões apresentadas até aqui, e o enlace reflexivo que realizamos, resta comentar sobre a produção editorial. Ao considerarmos as possibilidades de interpretação da narrativa de *To Kill a Mockingbird* como uma abertura perante as formulações do enunciador que a apresenta, mobilizamos as condições históricas e sociais nas quais as formulações do enunciador ganham condições de existência e funcionamento de sentidos. Nessa linha, reconstituímos as condições históricas em que a Editora Civilização Brasileira teve sua formação, bem como as condições históricas em que seu diretor, Ênio Silveira, teve sua formação. Como consequência, por meio desse movimento, foi possível perceber o poder de influência desse sujeito no meio editorial e intelectual, bem como o impacto das produções da Editora no mercado editorial. Impacto que é estudado por diferentes autores, em diferentes linhas teóricas.

Portanto, como viemos observar ao longo desta Dissertação, a Editora Civilização Brasileira se sobressai na história editorial brasileira. Seja pela inovação na concepção do livro e na forma de vendê-lo, seja pelo espaço dado a autores que, na época, eram desconhecidos e hoje são renomados, a Editora definiu, de diferentes formas, a concepção da publicação do livro no Brasil e o desenvolvimento da produção intelectual, em uma escala difícil de determinar – e essa também não é nossa intenção.

Não à toa, nos recortes que analisamos, Silveira tem sua influência no leitor, que interpela a se posicionar. O lema da editora, “Quem não lê, mal fala, mal ouve, mal vê”, funciona em cada publicação de livro, provocando e instigando o leitor. A posição da Editora de ser resistência está, assim, manifesta na forma como o livro é concebido, fazendo dele a arma e, acrescentamos, por nossa crença, o estímulo, para a resistência às práticas de exploração e subjugação que viriam predominar após os anos 1960 no Brasil.

Na possibilidade de análise de um pequeno recorte, na dimensão que podemos tomar o domínio de funcionamento da Editora, pudemos pensar em alguns movimentos que nos ajudam a entender um pouco daquilo que encontramos no Brasil hoje: as publicações de livros sem um questionamento ideológico ou, ainda, com a tentativa de um “mascaramento” ideológico. A importância de nosso estudo, acreditamos, se firma sobretudo nessa problemática. Acreditamos que este estudo convoca os leitores a desconfiar da transparência evidente do que leem e convoca editoras a assumirem posições perante aquilo que publicam.

A provocação aqui estabelecida direciona-se a todos que leem e produzem leituras na forma de interpretação: “de que modo você lê?” A pergunta que deixamos é, em nossa visão, não o início, sequer o final da discussão, mas o meio, o caminho pelo qual vamos nos acercando das condições que nos interpelam a ser quem somos – a lente pela qual vemos o mundo e o outro – e pelo qual vamos transformando a forma de fazer o mundo.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Tradução de Walter J. Evangelista e Maria Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. Marxismo e humanismo. *In*: ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. p. 183-202.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ANTÔNIO, José. Revista do Livro: a história de uma revistinha famosa que marcou gerações de leitores. **Livros e opinião**, [s. l.], 16 fev. 2019. Disponível em: <https://www.livroseopiniao.com.br/2019/02/revista-do-livro-historia-de-uma.html>. Acesso em: 23 out. 2021.

ARISTÓTELES. **Organon**: III Analíticos anteriores. Tradução de Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

BARREIROS, Isabela. 56 anos do Golpe: afinal, existiu uma ameaça comunista em 1964? **Aventuras na história**, São Paulo, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-existiu-uma-ameaca-comunista-em-1964.phtml>. Acesso em: 09 maio 2020.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 3. ed. Campinas: Pontes, 1991.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 1989.

BERDON, Eileen; J. R., Tyler. Harper Lee: Biography. **IMDb**, [s. l.], c2021. Disponível em: https://www.imdb.com/name/nm0497369/bio?ref_=nm_ov_bio_sm. Acesso em: 25 out. 2021.

BOTTMANN, Denise. As traduções de Fernando de Castro Ferro. **BLM – Biblioteca do Leitor Moderno (1961-1980)**, [s. l.], 10 ago. 2017. Disponível em: <http://civilizacaoobl.blogspot.com/2017/08/as-traducoes-de-fernando-de-castro-ferro.html>. Acesso em: 06 out. 2021.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. Tradução de Ainda Ferrás, Eduardo Guimarães, Eleni Jacques Martins e Pedro de Souza. São Paulo: Pontes, 1992.

BRITO, Camila Faustino de. **Uma análise discursiva das traduções da obra**

Animal Farm. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211483>. Acesso em: 04 out. 2021.

CAMBRIDGE Dictionary. Mock. **Cambridge Dictionary**, Cambridge, c2022. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/mock>. Acesso em: 28 fev. 2022.

CBL. Associação Câmara Brasileira do Livro: sobre a CBL. **CBL**, São Paulo, c2016. Disponível em: <http://cbl.org.br/a-cbl/a-associação>. Acesso em: 19 abr. 2022.

CHURCHER, Sharon. Don't Mention the Mockingbird! The Reclusive Novelist Who Wrote the Classic Novel that Mesmerised 40 Million Readers. **Daily Mail**, Londres, 27 June 2010. Disponível em: <https://www.dailymail.co.uk/femail/article-1289793/Dont-mention-mockingbird-Meet-Harper-Lee-reclusive-novelist-wrote-classic-novel-mesmerised-40-million-readers.html>. Acesso em: 26 out. 2021.

CLINTON, Audrey. A 1961 Interview with Harper Lee, Author of 'To Kill a Mockingbird' from the Newsday Archives. **Newsday**, Nova York, 19 fev. 2016. Disponível em: <https://www.newsday.com/entertainment/books/a-1961-interview-with-harper-lee-author-of-to-kill-a-mockingbird-from-the-newsday-archives-1.11490765>. Acesso em: 01 mar. 2022.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck *et al.* São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CZAJKA, Rodrigo. "Sou brasileiro, democrata e editor": Ênio Silveira e a repressão à editora Civilização Brasileira (1963-1970). **Tempo Social**, v. 32, n. 2, p. 149-174, maio/ago. 2020. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.168574 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/168574>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DUCROT, Oswald. Esboço de uma Teoria polifônica da enunciação. *In*: DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1984. p. 161-218.

ESCÓSSIA, Fernanda. Ênio Silveira morre aos 70 anos no Rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jan. 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/13/brasil/33.html>. Acesso em: 07 out. 2021.

FÉLIX, Moacyr (org.). **Ênio Silveira**: arquiteto de liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FERREIRA, Jerusa Pires (org.). **Ênio Silveira**. São Paulo: Editora da USP; Com-Arte, 2003. (Editando o editor v. 3).

FERREIRA, Ricardo Alexino. Rosa Parks deflagrou luta pelos direitos civis dos negros nos EUA. **Jornal da USP**, São Paulo, 08 maio 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/rosa-parks-deflagrou-luta-pelos-direitos-civis-dos-negros-nos-eua/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

FONER, Eric. **ColumbiaX: HIST1.1x, The Civil War and Reconstruction - 1850-1861: A House Divided**. Columbia University, c2014. Disponível em: <https://www.edx.org/xseries/civil-war-reconstruction>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, [1969] 1986.

FRAZÃO, Dilva. Harper Lee: escritora norte-americana. **Ebiografia**, [s. l.], 30 jun. 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/harper_lee/. Acesso em: 25 out. 2021.

FRITZEN, Laís Callegaro. **As equivalências de sentidos no exercício tradutório: um estudo de “The Handmaid’s Tale”**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/190042>. Acesso em: 01 jan. 2022.

GARBER, Megan. Harper Lee: The Sadness of a Sequel. **The Atlantic**, [s. l.], 03 fev. 2015. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/entertainment/archive/2015/02/the-tragedy-of-harper-lee/385132/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

GLOSA. *In*: DICIONÁRIO Caldas Aulete Digital. [S. l.]: Lexikon Editora Digital, [2021]. Disponível em: <https://aulete.com.br/glosa>. Acesso em: 07 dez. 2021.

GRUPO Editorial Record. Civilização Brasileira. **Grupo Editorial Record**, Rio de Janeiro, c2019a. Disponível em: <https://www.record.com.br/editoras/civilizacao-brasileira/>. Acesso em: 07 out. 2021.

GRUPO Editorial Record. José Olympio. **Grupo Editorial Record**, Rio de Janeiro, c2019b. Disponível em: <https://www.record.com.br/editoras/jose-olympio/>. Acesso em: 27 set. 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e história. *In*: GUIMARAES, Eduardo. **História e sentido na linguagem**. Campinas: Ed. Pontes, 1989. p. 71-82.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica da Enunciação. *In*: **Semântica da Enunciação**. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (ca. 169 min). Publicado pelo canal Abralin. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6CMJ4iu-IYY&t=3005s>. Acesso em: 11 abr. 2021.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Ed. Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas: Ed. Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação: um estudo de conjunções do Português**. Campinas: Ed. Pontes, 1987.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande sertão: veredas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org.) **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.

HENGE, Gláucia da Silva. **Feitos e efeitos discursivos no processo tradutório do literário**. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132841>. Acesso em: 17 out. 2021.

IMDB (Internet Movie Database). O sol é para todos: Release Info. **IMDb**, [s. /], c2021. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt0056592/releaseinfo?ref_=tt_ov_rdat. Acesso em: 25 out. 2021.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2008.

LEE, Harper; FORDHAM, Fred. **O sol é para todos** [graphic novel]. Tradução de Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2019.

LEE, Harper. **O sol é para todos**. Tradução de Beatriz Horta. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.

LEE, Harper. **O sol é para todos**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

LEE, Harper. **O sol é para todos**. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Record, [1978?].

LEE, Harper. **O sol é para todos**. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEE, Harper. **O sol é para todos**. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. São Paulo: Círculo do Livro, c1960.

LEE, Harper. **O sol é para todos**. Tradução de Maria Aparecida Nóbrega de Moraes Rego. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LEE, Harper. **To Kill a Mockingbird**. 1. ed. New York: Perennial Classics, 2002.

MAIA, Maria Carolina. Harper Lee e o livro que deveria ter ficado na gaveta. **Veja**, [s. /], 10 nov. 2015 [atual. em 31 jul. 2020]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/meus-livros/harper-lee-e-o-livro-que-deveria-ter-ficado-na-gaveta/>. Acesso em: 04 out. 2021.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAUÉS, Flamarion. “Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio”: livros de oposição no regime militar, um estudo de caso. **Em questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 259-279, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/121>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MEIRA, Maurítônio. Vida literária. Editôra Civilização anuncia que lançará este ano 53 livros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 abr. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=sete%20len das&pagfis=4059. Acesso em: 07 out. 2021.

MOÏNFAR, M. Dj. Prefácio. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* Campinas: Pontes, 1989. p. 7.

NEW DEAL. *In*: THE EDITORS of Encyclopaedia Britannica. **Encyclopedia Britannica**. [S. l.: s. n.], [2021]. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/New-Deal>. Acesso em: 07 dez. 2021.

NEWQUIST, Roy. 'All I Want To Be Is the Jane Austen of South Alabama' an Interview with Harper Lee. *In*: NEWQUIST, Roy (org.) **Counterpoint**. [S. l.]: Rand McNally, 1964. Disponível em: <http://www.thebluegrassspecial.com/archive/2010/july10/harper-lee-interview.php>. Acesso em: 25 out 2021.

NOGUEIRA, André. Por que Jânio Quadros renunciou? O presidente revelou a verdade em seu leito de morte. **Aventuras na história**, São Paulo, 16 fev. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/por-que-janio-quadros-renunciou-o-presidente-revelou-verdade-em-seu-leito-de-morte.phtml>. Acesso em: 09 maio 2020.

O GLOBO. Harper Lee, autora de 'O sol é para todos', morre aos 89. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 fev. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/harper-lee-autora-de-sol-para-todos-morre-aos-89-18708770>. Acesso em: 25 out. 2021.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

ORLANDI, Eni P. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. *In*: MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003. p. 9-13.

O SOL é para todos. **Editora José Olympio**, Rio de Janeiro, c2015 Disponível em: <http://www.osoleparatodos.com.br/>. Acesso em: 15 jun. 2016.

- PÊCHEUX, Michel. **Analyse Automatique du Discours**. Paris: Dunod, 1969.
- PÊCHEUX, Michel. Metáfora e interdiscurso. *In*: ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 151-161.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni. P. Orlandi. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 1988.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni. P. Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). Tradução de Péricles Cunha. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-252.
- PUBLISHNEWS. RR Donnelley pede falência. **PublishNews**, São Paulo, 01 abr. 2019. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2019/04/01/rr-donnelley-pede-falencia>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- RANDALL, Alice. Why Are We Still Teaching 'To Kill a Mockingbird' in Schools? Think: Opinion, Analysis, Essays. **NBC News**, [s. l.], 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/think/opinion/why-are-we-still-teaching-kill-mockingbird-schools-ncna812281>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- RAPTIS, Adrienne. To Kill a Mockingbird First Edition Issue Points. **Raptis Rare Books**, Palm Beach, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://www.raptisrarebooks.com/to-kill-a-mockingbird-first-edition-issue-points/>. Acesso em: 04 out. 2021.
- ROMAGNOLLI, Luciana. A patrulheira das traduções. Entrevistada: Denise Bottmann. **O tempo**, [s. l.], 02 abr. 2011. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/a-patrulheira-das-traducoes-1.372755>. Acesso em: 30 set. 2021.
- ROMEIRO, Gabriel. Nosso livro começou com ele. **Correio do livro**, v. 3, n. 31, p.11, mar. 1970.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SHIELDS, Charles J. **Mockingbird**: A Portrait of Harper Lee from Scout to Go Set a Watchman. New York: Henry Holt and Co., 2016.

SILVA, Sérgio Ricardo França. **Cicatrizes**: a trajetória de Ênio Silveira e a Editora Civilização Brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em História, política e bens culturais) – Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2020.

SILVEIRA, Ênio. Biblioteca do leitor moderno. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=20762. Acesso em: 06 out. 2021.

SILVEIRA, Ênio. Como ser bom e democrata, apesar de branco e americano. *In*: LEE, Harper. **O sol é para todos**. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963. [orelhas].

SILVEIRA, Maria Rita C. Jobim. **A Revista Civilização Brasileira**: um veículo de resistência intelectual. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=10690@1>. Acesso em: 01 maio 2022.

SOL. *In*: DICIONÁRIO Caldas Aulete Digital. [S. l.]: Lexikon Editora Digital, [2021]. Disponível em: <https://aulete.com.br/sol>. Acesso em: 01 mar. 2022.

SUAIDEN, Emir. Apresentação. *In*: HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p. 19-20.

TAMANAHAN, Nádia. Como se traduz um título de filme? **Superinteressante**, [s. l.], 01 jul. 2010. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-se-traduz-um-titulo-de-filme/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

TAUSZIK, Brandon. **Pale Blue Dress**. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://palebluedress.com/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

TOPPING, Seymour. History of the Pulitzer Prizes. **The Pulitzer Prizes**, Nova York, c2022. Disponível em: <https://www.pulitzer.org/page/history-pulitzer-prizes>. Acesso em: 27 abr. 2022.

TSATSAS, Lou. “They Don’t Believe the Civil War Was Fought over Slavery at All”. **Fisheye**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.fisheyemagazine.fr/en/discoveries/interview-discoveries/ils-pensent-que-la-guerre-de-secession-na-rien-a-voir-avec-lesclavage/>. Acesso em: 08 dez. 2021.

VEJA. Líder da Ku Klux Klan é acusado de atacar manifestantes nos EUA. **Veja**, São Paulo, 09 jun. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/lider-da-ku-klux-klan-e-acusado-de-atacar-manifestantes-nos-eua/>. Acesso em: 30 set. 2021.

VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma

sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, p. 139-192, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiwlfWhmpz2AhUBH7kGHSWuDXQQFnoECAYQAQ&url=https%3A%2F%2Fbrapci.inf.br%2Findex.php%2Fres%2Fv%2F77763&usg=AOvVaw3LWOTr-fpfM0WQZKopE1r->. Acesso em: 25 fev. 2022.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

WIKIAVES. Sabiá-da-praia. **Wikiaves**, [s. l.], 05 fev. 2021a. Disponível em: [https://www.wikiaves.com.br/wiki/sabia-da-praia?s\[\]=mimus](https://www.wikiaves.com.br/wiki/sabia-da-praia?s[]=mimus). Acesso em: 28 fev. 2022.

WIKIAVES. Sabiá-do-campo. **Wikiaves**, [s. l.], 27 jul. 2021b. Disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/wiki/sabia-do-campo>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ZANDWAIS, Ana. Ler o acontecimento. Memória nacional e construção identitária no estado novo: formas de significar o sujeito migrante através de dispositivos jurídico-políticos. *In*: BERTI-SANTOS, Sonia S. (org.). **Teorias e práticas de leituras**: olhares e percepções. São Paulo: Terracota, 2012. p. 47-66.

ZANDWAIS, Ana. O ensino formal em um espaço informal de interlocução. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 51, n. 1, p. 121–132, 2011. DOI: 10.20396/cel.v51i1.8637223. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637223>. Acesso em: 08 dez. 2021.

ANEXO A – Nota editorial de apresentação da tradução de 1963

Como ser bom e democrata, apesar de branco e americano

É propositadamente provocador, reconhecemos, o título que damos a esta nota de apresentação do belo romance de Harper Lee O SOL É PARA TODOS (*To Kill a Mockingbird*). No entanto, é mesmo necessário que se estabeleça de pronto uma diferença radical entre o povo norte-americano, no seu todo, e aquêles pequeno grupo de homens de negócios, de militares retrógrados, que o domina e quer impor às nações mais fracas a lei do tacão de ferro imperialista.

Aquêles, – o povo – é básicamente bom, generoso e democrata. Entende que todos os problemas, tanto nacionais como internacionais, podem ser resolvidos no estrito respeito à lei e aos direitos humanos. Seu despreparo político, sua falta de maturidade, entretanto, levam-no a delegar poderes de argumentação exatamente àqueles menos adequados a representar suas boas qualidades inatas. Enquanto trabalha, ordeiro e dinâmico, os outros – o pequeno grupo que manobra Wall Street e o Pentágono – usam a fôrça da grande Nação americana para desencadear campanha sem tréguas de intimidação, de chantagem, contra aquêles países que exploram ou querem explorar.

Êste romance, usando da liberdade que a ficção permite, mostra-nos que há sempre tempo e condição para que um homem, sendo autêntica e esclarecidamente democrata, possa reagir contra as fôrças do obscurantismo e da boçalidade. Sabemos todos que há nos Estados Unidos, hoje, milhões de homens com H maiúsculo, como êste admirável Atticus Finch que O SOL É PARA TODOS nos revela. É preciso, porém, que todos se decidam a agir, como êle agiu, sempre que um direito esteja sendo violado, sempre que um ser humano esteja sendo injustiçado.

Atticus Finch, de quem passamos a gostar logo nas primeiras páginas do romance, é um advogado de cidade do interior, no Sul dos Estados Unidos. Viúvo e pai de dois filhos pequenos, procura sempre mostrar-lhes que o ódio e os preconceitos nada constróem, e que a vida deve ser encarada de frente para que seja bem sentida e vivida.

Circunstâncias diversas levam-no a ser patrono da causa de um negro, Tom Robinson, acusado de haver violentado uma rapariga branca. Convencido da

injustiça da acusação, esforça-se ao máximo, como homem e como advogado, para restituir à liberdade o seu cliente. Sendo democrata autêntico, não admite que a côm de um ser humano possa constituir agravante quando êle é julgado por um crime que, afinal, nem sequer cometera.

Mas a estória se desenrola no Sul do Estados Unidos, não nos esqueçamos, e tanto Atticus Finch e seus filhos, como o pobre Tom Robinson, se vêem envolvidos por uma violenta onda de ódios e preconceitos, que sòmente poderia terminar, como de fato termina, em injustiça, sangue e morte.

Harper Lee, a autora dêste emocionante romance, conseguiu realizar uma obra de tão vivas qualidades humanas que recebeu o Prêmio Pulitzer, a mais consagrada honraria que um escritor americano pode receber. O filme nela baseado recebeu nada menos de três *Oscars*: pelo melhor desempenho artístico (Gregory Peck, como Atticus Finch), pela melhor direção e pelo melhor roteiro. Foi o livro, também, um *best-seller* internacional, que comoveu a pessoas de tôdas as raças e culturas.

Estamos seguros de que agradará, também, ao leitor brasileiro.

Editora Civilização Brasileira S. A.

Ênio Silveira

Diretor

ANEXO B – Síntese da primeira edição de *To Kill a Mockingbird* em Língua Inglesa de 1960 (orelhas)⁷⁸

To Kill a Mockingbird

By Harper Lee

At the age of eight, Scout Finch is an entrenched free-thinker. She can accept her father's warning that it is a sin to kill a mockingbird, because mockingbirds harm no one and give great pleasure. The benefits said to be gained from going to school and keeping her temper elude her.

The place of this enchanting, intensely moving story is Maycomb, Alabama. The time is the Depression, but Scout and her brother, Jem, are seldom depressed. They have appalling gifts for entertaining themselves – appalling, that is, to almost everyone except their wise lawyer father, Atticus.

Atticus is a man of unfaltering good will and humor, and partly because of this, the children become involved in some disturbing adult mysteries: fascinating Boo Radley, who never leaves his house; the terrible temper of Mrs. Dubose down the street; the fine distinctions that make the Finch family “quality”; the forces that cause people of Maycomb to show compassion in one crisis and unreasoning cruelty in another.

Also, because Atticus is what he is, and because he lives where he does, he and his children are plunged into a conflict that indelibly marks their lives-and gives Scout some basis for thinking she knows just about as much about the world as she needs to.

O sol é para todos

de Harper Lee

(tradução nossa)

Aos oito anos, Scout Finch teimosamente pensa por conta própria. Ela até aceita a advertência do pai de que matar um *mockingbird* é pecado porque *mockingbirds* não machucam ninguém e trazem alegria. Já os tais benefícios obtidos

⁷⁸ Retirada de Raptis (2017).

ao ir à escola e controlar o temperamento ela deixa escapar.

O lugar desta história encantadora e bastante comovente é Maycomb, Alabama. A época é a Grande Depressão, mas Scout e seu irmão, Jem, raramente ficam deprimidos. Eles têm habilidades assombrosas para se manter entretidos – assombrosas para quase todos, a não ser seu sábio pai, o advogado Atticus.

Atticus é um homem de boas intenções e humor inabaláveis e, em parte por causa disso, as crianças se envolvem em alguns mistérios inquietantes do mundo dos adultos: o fascinante Boo Radley, que nunca sai de casa; o péssimo temperamento da Sra. Dubose do final da rua; as finas distinções que compõem a "essência" da família Finch; as forças que fazem com que as pessoas de Maycomb mostrem compaixão em uma crise e crueldade irracional em outra.

Além disso, é porque Atticus é o que é, e porque vive onde vive, que ele e seus filhos são mergulhados em um conflito que marca suas vidas para sempre – e que dá a Scout uma base para pensar que ela sabe tanto do mundo quanto precisa.